



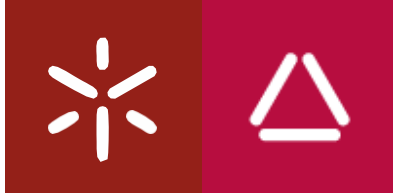
**Universidade do Minho**

Instituto de Ciências Sociais

Patrícia Fernandes Barros

**A Economia Criativa e as  
Periferias Globais: O Caso de  
Joanesburgo**





**Universidade do Minho**

Instituto de Ciências Sociais

Patrícia Fernandes Barros

**A Economia Criativa e as Periferias Globais: O Caso de Joanesburgo**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Sociologia

Área de Especialização: Políticas Sociais

Trabalho efetuado sob a orientação do

**Professor Doutor José Fernando Bessa Ribeiro**

Dezembro de 2021

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição**

**CC BY**

*<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>*

## AGRADECIMENTO

Finalizar o mestrado é sem dúvidas uma grande vitória. É o resultado de muito esforço e dedicação que se iniciou quando eu ainda estava nos primeiros semestres da graduação no Brasil. Um sonho que muitas vezes pareceu ser impossível. Me recordo das diversas noites que passei acordada sonhando com o mestrado, assim, vivo a realização de um grande sonho, e são muitos a quem tenho que agradecer.

Agradeço profundamente a minha querida mãe, Sarys Capeleiro. Aquela que abdicou dos próprios sonhos e desejos para realizar os meus sonhos, que me ensinou sobre o poder da educação e sobre as necessidades de sermos fortes e corajosos frente aos desafios. Obrigada mãe pela sua bondade, seu carinho infinito, seu apoio físico, financeiro e emocional. Eu não teria chegado aqui sem você, a senhora é a maior responsável pelo meu sucesso.

Agradeço à minha avó Miriam Silva, que juntamente com a minha mãe, me educou para alcançar os meus sonhos, para ser forte, para não desistir jamais. Sua história de vida é uma motivação diária. Obrigada por todo amor, pelas orações, e pelos abraços que acalmaram a minha alma.

Agradeço ao meu namorado, Joe Treherne, que foi fundamental durante todo o período do mestrado. Me trouxe paz e leveza quando o processo de escrita me causava estresse e ansiedade. Sou eternamente grata ao seu bondoso amor e dedicação.

Agradeço ao Professor Dr Fernando Bessa. Primeiro por ter aceitado ser o meu orientador; eu não poderia ter feito uma escolha melhor. Segundo, pelo conhecimento compartilhado, pelos elogios, pelas correções pontuais, pelas críticas que me fizeram ir além, e por ter me ajudado a concluir essa tese em tempos tão difíceis. Ainda, sou eternamente grata com o apoio que me deste com as aplicações para o doutorado, finalizo esse ciclo com duas grandes conquistas, algo impossível de ter sido alcançado sem as suas orientações.

Agradeço ao Professor Dr Paulo Resende, que despertou em mim o amor ao conhecimento científico e a pesquisa. Obrigada por ter me ensinado tanto.

Agradeço as minhas queridas amigas Fernanda Dethling, Lorraine Reinoso, Pietra Sipolati, Ercília Leite, Amanda Silva e Naylla Fabris, que mesmo a um oceano de distância física, estiveram sempre muito presentes em cada fase do mestrado. Obrigada pelo apoio emocional e efetivo que vocês me derão. Agradeço ainda aos amigos com quem morei, Yuval Feldman & Júlia Peçanha, e Heloá Dumas & Sara Sá. Escrever a tese durante a pandemia foi um grande desafio, e foram vocês que me trouxeram um pouco da normalidade. Obrigada pelas nossas gargalhadas, conversas, carinho, suporte e amizade. Vocês foram responsáveis pelo meu bem-estar durante esse processo.

Agradeço ainda a minha supervisora Wendy Solesbury e a Cruz Vermelha Britânica, que me permitiram trabalhar e estudar ao mesmo tempo, sem fazer deste um processo penoso.

Por fim mas não menos importante, devo lembrar a força que a fé religiosa desempenha na minha vida. Com a ajuda de Deus o meu sonho transformou-se em realidade, dando-me forças física e espiritual para prosseguir.

Obrigado a todos(as)!

*Para Sarys e Miriam,  
Pelo incondicional amor e esforço.*

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Do mais, declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.



## RESUMO

O jornal 'The Guardian' (2019) informa que o setor de Arte & Cultura do Reino Unido contribuiu com quase onze bilhões de libras para os cofres públicos em 2016, uma contribuição maior que a contribuição da agricultura nas cidade de Sheffield e Liverpool, por exemplo. Ao lado, os pesquisadores Sanches *et al.* (2016) mostram a experiência da EC no arquipélago de Cabo Verde. Os autores destacam que o setor cultural emprega 10,6% da força de trabalho do país, que historicamente já se apoia no turismo e na cultura como meio de renda local da população. Na África do Sul, o relatório da UNCTAD (2008) destaca que o uso da EC no país está causando impactos explícitos nos objetivos de desenvolvimento social, como a participação da comunidade em atividades culturais e o alívio da pobreza em comunidades carentes. Assim, observa-se a presença da Economia Criativa (EC) em diversos países como política de desenvolvimento socioeconômico. Dito isto, o principal objetivo desta pesquisa é investigar as possibilidades da EC no combate à pobreza e as desigualdades nos países em desenvolvimento. Para isto, este estudo focou-se na cidade de Joanesburgo, especialmente nas zonas periféricas da cidade onde se encontram os *townships* para avaliar os impactos da EC. Por meio de revisão bibliográfica e busca de dados privados e governamentais, esta pesquisa averiguou que nas camadas mais pobres a EC se manifesta por meio de atividades precárias e de baixo valor agregado, como o artesanato, o turismo nos *townships* e os festivais. Observou-se que, muito embora a EC tenha potencial para gerar desenvolvimento socioeconômico, sem investimento público e privado a mesma é incapaz de por si só gerar renda e qualidade de vida aos grupos sociais mais marginalizados. Por último, também se destacou que a EC é incapaz de reduzir significativamente a precarização do trabalho e as desigualdades, apesar de ter algum impacto na atenuação da pobreza e das disparidades de classe, raça e gênero.

**Palavras-Chave:** Economia Criativa; Desenvolvimento; Joanesburgo; Pobreza.

## ABSTRACT

The Guardian newspaper (2019) reports that the UK Arts & Culture sector contributed nearly eleven billion pounds to public coffers in 2016, a contribution greater than the contribution of agriculture in the cities of Sheffield and Liverpool, for example. Additionally, researchers Sanches *et al.* (2016) show the experience of EC in the Cape Verde archipelago. The authors point out that the cultural sector employs 10.6% of the country's workforce, which historically has already been based on tourism and culture as a means of local income for the population. In South Africa, the UNCTAD report (2008) highlights that CE use in the country is having explicit impacts on social development goals, such as community participation in cultural activities and poverty alleviation in underserved communities. Thus, the presence of the Creative Economy (CE) is observed in several countries as a socio-economic development policy. That said, the main objective of this research is to investigate the possibilities of EC in combating poverty and inequalities in developing countries. For this, this study focused on the city of Johannesburg, especially in the peripheral areas of the city where the townships are located to assess the impacts of CE. Through a bibliographic review and the search for private and governmental data, this research found out that the CE manifests in the poorest areas through precarious activities with low added value, such as handicrafts, tourism in townships and cultural festivals. It was observed that, although the EC has the potential to generate socioeconomic development, without public and private investment the CE alone is incapable of generating income and wellbeing for the most marginalized social groups. Finally, it was also highlighted that EC is incapable of significantly reducing job insecurity and inequalities, despite having some impact on alleviating poverty and class, race and gender disparities.

**Keywords:** Creative Economy; Development; Johannesburg; Poverty.

## Índice

<b>Introdução: Objeto e Problema .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I - Desenvolvimento e Pobreza .....</b>	<b>5</b>
1.1 O Desenvolvimento como Política Internacional .....	7
1.2 Combate à Pobreza nos Países em Desenvolvimento .....	20
<b>Capítulo II – Economia Criativa: Desenvolvimento, Organização e Cultura.....</b>	<b>31</b>
2.1 Economia Criativa, Dependência e Desenvolvimento.....	38
2.2 Economia Criativa e Cultura.....	42
2.3 Economia Criativa e Sua Organização Estrutural.....	44
2.4 Economia Criativa no Sul Global: Narrativas Periféricas .....	46
2.5 Críticas à Economia Criativa: Precarização Laboral e Políticas Neoliberais .....	52
<b>Capítulo III – Economia Criativa na África do Sul: Experiências e Desafios .....</b>	<b>56</b>
3.1 Desenho Geral da Economia Criativa na África do Sul.....	59
3.2 Joanesburgo e o Setor Criativo: o quadro geral .....	67
3.3 A Cartografia da Economia Criativa em Joanesburgo .....	71
3.4 Economia Criativa Desenvolvida nos <i>Townships</i> .....	77
3.5 Economia Criativa e o Alívio da Pobreza em Joanesburgo .....	86
<b>Conclusão .....</b>	<b>91</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>95</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)  
Associação de Turismo de Alexandra (ATA)  
Banco Mundial (BM)  
Black Economic Empowerment (BBE)  
Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE)  
Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)  
Departamento de Arte, Cultura, Ciência e Tecnologia (DACST)  
Departamento de Cultura Mídia e Esportes (DCMS)  
Distrito Central de Negócios (CBD)  
Economia Criativa (EC)  
Estados Unidos da América (EUA)  
Federação das Indústrias Culturais e Criativas da África do Sul (CCIFSA)  
Fundo Monetário Internacional (FMI)  
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)  
Índice de Pobreza Humana – Human Poverty Index (HPI)  
Índice de Pobreza Multidimensional – Multidimensional Poverty Index (MPI)  
Indústrias Criativas (IC)  
Krioll Jazz Fest (KJF)  
Novas Parcerias para o Desenvolvimento Africano (NEPAD)  
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)  
Objetivos Do Milênio (ODM)  
Observatório Cultural Sul Africano – South African Cultural Observatory (SACO)  
Organização das Nações Unidas (ONU)  
Organização Internacional do Trabalho (OIT)  
Organização Mundial de Saúde (OMS)  
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)  
Organizações Não Governamentais (ONG)  
Paridade de Poder de Compra – Purchasing Power Parity (PPP)

Plano Nacional de Desenvolvimento (NDP)

Produto Interno Bruto (PIB)

Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD)

Projeto de Desenvolvimento do Turismo em Alexandra (ATDP)

Projeto de Renovação de Alexandra (ARP)

Time de Herança de Alexandra (AHT)

Turismo de Gauteng (GTA)

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1:** Mapa da cidade de Joanesburgo

**Figura 2 :** Mapa da distribuição das Indústrias Criativas em Joanesburgo

## **Introdução: Objeto e Problema**

Calcula-se que, em todo o mundo, 3,4 bilhões de pessoas (quase metade de toda a população) sobrevivem com uma renda igual ou inferior a 3,20 dólares por dia, [...] valor insuficiente para assegurar as necessidades mínimas de alimentação, moradia e outros cuidados básicos (Gomes, 2019, p.23).

Como coloca Gomes (2019), quase metade da população mundial vive em situação de pobreza e precariedade, sem ou com restrito acesso à saúde, saneamento, comida, educação e trabalho. Uma realidade que apresenta maior proeminência nos chamados “países em desenvolvimento”. Muito embora sejam estes mesmos que, ao longo dos últimos setenta anos, de forma incansável, buscam pela graça do desenvolvimento, e o alcance da prosperidade econômica. Nessa infundável busca, diversas políticas e teorias para fomentar o desenvolvimento e aliviar a pobreza foram pensadas, aplicadas, criticadas e reformuladas ao redor do globo (Chew e Sklair, 1995; Sachs, 2009).

Algumas das políticas mais notórias são: as Metas do Milênio, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030, entre outras (Bessa Ribeiro, 2017). Pensadas e arquitetadas por organismos como Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, e demais governos e pesquisadores científicos. Ao mesmo tempo, essas políticas se mostram insuficientes ou pouco eficazes para os desafios presentes nas periferias globais, principalmente com a crise sanitária e socioeconômica causada pela pandemia no início de 2020.

O que se vê, todavia, é o avanço contínuo e veloz das políticas neoliberais. Uma política econômica, que cria dependência com o capital estrangeiro, que privatiza as riquezas nacionais, que precariza a mão de obra, que favorece pequenas elites globais, e que alargam os fossos das desigualdades. Ainda assim, é utilizada em larga escala e anunciada como o caminho mais promissor para o desenvolvimento, tendo como propaganda o sucesso de Taiwan, Hong Kong, Singapura e Coréia do Sul, que alcançaram o desenvolvimento (Duménil e Lévy, 2007; Neto, 2015; Prates, Carraro e Zacarias, 2020).

Nesta seara, uma das principais peculiaridades da política neoliberal é o seu poder de disfarce: o modo como o capitalismo se camufla e readapta em meio aos discursos de progresso social. Para exemplificar, toma-se como exemplo as políticas de

flexibilização laboral que prometiam a criação de mais postos de emprego e geração de renda. Alguns países em desenvolvimento fizeram reformas trabalhistas adotando tais medidas, acreditando que, desta forma, captariam mais transnacionais e facilitaria o mercado de trabalho local (é o caso da reforma trabalhista no Brasil em 2021) (Krein, 2008).

O resultado, no entanto, foi a precarização da mão de obra e o aumento do desemprego para os trabalhadores, tão quanto a maximização dos lucros para os empresários. Ou seja, a ideia vendida era o aumento da geração de emprego, mas o que se viu foi a degradação das condições de trabalho (Nuzzi, 2019). E assim acontece em outras esferas, como o incentivo a redução do Estado no mercado e demais.

Deste modo, é nesse contexto que se observa a Economia Criativa (EC). Um setor econômico que se destaca dos demais setores por apresentar algo simples em seu cerne: a criatividade. Uma característica intrínseca a espécie humana, sendo também inerente a classe, sexo e gênero. Em outras palavras, trata-se de uma economia acessível a todos. Junto a isso, tem como segundo pilar a cultura, também intrínseco nas sociedades, cujo valor não é somente simbólico, mas também monetário. É a promessa de uma economia que pode prover trabalho e geração de renda nos diversos estratos sociais.

Embora seja recente, foi oficialmente usada como política econômica na Inglaterra do meio para o final da década de 90, ganhando força internacional no final da primeira década dos anos 2000 (Schlesinger, 2017). A EC é considerada um dos setores econômicos mais proeminentes do início do século XXI (Bakhshi, Hargreaves e Mateos-Garcia, 2013; Giovinazzo e Williams, 2019). De modo resumido, o primeiro relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) sobre economia criativa afirma que,

A economia criativa está onipresente em nosso dia a dia, seja na educação e no trabalho, seja nos momentos de lazer e entretenimento. Na sociedade contemporânea dominada por imagens, sons, textos e símbolos, a conectividade está influenciando nossas atitudes e é parte integrante de nosso estilo de vida (UNCTAD, 2008, p.35)

Então, consolidada como a economia acessível para todos, a mesma ganha cada vez mais espaços nas agendas políticas dos países em desenvolvimento, tão quanto no dia a dia dos indivíduos. E neste sentido, o problema que essa pesquisa se concentra, é



entender como a economia criativa se manifesta nas zonas mais periféricas dos países em desenvolvimento, procurando responder à seguinte questão: qual é capacidade da economia criativa para gerar renda e contribuir para a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida das populações mais marginalizadas, tendo como contexto a cidade de Joanesburgo?

Para isto, foca-se nos *townships* da cidade de Joanesburgo na África do Sul. Locais que são ricos em história e cultura em razão da importância destes lugares na luta contra o *Apartheid*. É também moradia para milhares de pessoas que ainda vivem predominantemente na pobreza. Além disso, Joanesburgo é o principal *hub* criativo de todo o continente africano, contribuindo para ser um campo ideal de estudo e pesquisa na África (Gregory, 2016). De modo geral, o principal objetivo dessa pesquisa é observar como a EC se comporta frente à pobreza e às desigualdades, verificando os impactos socioeconômicos da mesma.

É importante desde já ressaltar a principal dificuldade e, ao mesmo tempo, desafio em conduzir esta pesquisa: a coleta de dados. Apesar da importância da EC em Joanesburgo, há uma enorme carência de dados qualitativos e quantitativos. Algumas redes de pesquisa são as principais responsáveis pela coleta, análise e compartilhamento de dados por meio de relatórios e artigos, havendo também alguns dados disponibilizados pelo governo. Contudo, faltam informações sobre alguns setores da EC e sobre a EC nas zonas periféricas da cidade.

Dessarte, esta pesquisa encontrou limitações para explorar com melhor rigor de detalhes a presença da EC nos *townships*. Por exemplo, não há dados que expressem quantas pessoas nos *townships* trabalham em festivais culturais, entre homens e mulheres, os dados encontrados são de Joanesburgo como um todo. Falta também mais estudos que analisam de modo direto o impacto da EC nas regiões periféricas das cidades, na maioria das vezes os dados são gerais e não dão uma visão singular de determinado objeto de estudo.

Então, justamente pela insuficiente disponibilização de dados, principalmente, dados na língua portuguesa, essa pesquisa se faz importante ao contribuir com as análises de pobreza e EC em comunidades periféricas, procurando inserir-se nomeadamente no campo da sociologia econômica, dando um contributo para futuros

estudos a empreender neste campo. Finalmente, o método empregado para a realização desta pesquisa foi o de revisão bibliográfica com análise de dados qualitativos e quantitativos encontrados em websites do governo, relatórios de organizações internacionais e artigos científicos publicados.

Por último, essa pesquisa está estabelecida em três objetivos centrais: (i) entender quais são os esforços mundiais para combater a pobreza e promover o desenvolvimento nos países periféricos. Para isso, realizou-se uma revisão teórica sobre pobreza e o desenvolvimento nos países em desenvolvimento, o que permitirá entender o contexto onde a EC se aplica. (ii) Buscar entender a EC em sua totalidade. Concentra-se em estudar a sua história, estrutura, desafios e impactos socioeconômico e políticos para assim compreender o porquê desta ser considerada um caminho viável para o combate a pobreza. (iii) Observar na prática o comportamento da EC em uma zona periférica. Nesta parte faz uma longa análise da EC em Joanesburgo, considerando a geografia da cidade e as atividades desenvolvidas em suas diversas regiões para então entender como a EC é usada nos espaços mais periféricos da cidade e observar a relação da mesma com as camadas mais pobres da população.

Para concluir, este estudo entende que, as análises e resultados aqui apresentados são apenas fragmentadas evidências de uma ampla e complexa realidade, que não pode ser completamente traduzida e esmiuçada em apenas um estudo. Ao contrário, este estudo ao fim se torna um instrumento para aprofundar o conhecimento na área, e servir como guia para o desenvolvimento de futuras pesquisas que relacione pobreza, desenvolvimento e EC.

## Capítulo I - Desenvolvimento e Pobreza

Em uma pequena vila do Maláui observou-se que os moradores eram predominantemente algumas dezenas de crianças, criadas majoritariamente por suas avós. Quando indagados pela presença dos jovens na comunidade, a resposta foi comovente: a maioria havia morrido por uma epidemia de AIDS na região, situação que persiste há anos. Outras problemáticas como a malária e a extrema pobreza também afetam o país, sendo um dos fatores que condiciona o Maláui a estar na lista dos Países Menos Desenvolvidos<sup>1</sup> do mundo (*Least Developed Countries*), de acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.

Quando questionado sobre a situação do país, o então Vice-presidente, Mulawesi, relata que foi criada uma proposta na qual o governo nacional solicitou ajuda aos seus doadores internacionais – os Estados Unidos e alguns países europeus, para um tratamento de prevenção à AIDS à base de medicamentos que atingiria trezentas mil pessoas dentro de cinco anos. Entretanto, a proposta foi considerada muito ambiciosa e cara, sendo disponibilizados fundos para o tratamento preventivo de apenas vinte mil pessoas no prazo total de cinco anos.

Em uma região mais distante de Maláui, notamos Bangladesh, um pequeno país vizinho da Índia, que conta com 140 milhões de habitantes, o que o caracteriza como um dos países mais populosos do mundo. Desde a sua independência do Paquistão (1971), sua renda *per capita* dobrou e a expectativa de vida foi dos quarenta e quatro anos para os sessenta e dois anos de vida.

O país felizmente também alcançou resultados positivos na redução da mortalidade infantil, no entanto, sua população também está dentro do raio da extrema pobreza, e a nação também se encontra na lista dos Países Menos Desenvolvidos. Muito embora Daca, a capital do país, seja tomada por fábricas de famosas marcas como GAP, Polo, Yves Saint Laurent e demais, sendo esta é a principal renda das mulheres. Ocupam-

---

<sup>1</sup> De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os Países Menos Desenvolvidos do Mundo são um grupo de 47 países que apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano ao redor do globo. Estes países lidam com severos entraves econômicos, políticos e sociais que dificultam a promoção do desenvolvimento econômico (United Nations, 2019).

se com trabalhos cuja precarização do serviço se faz presente com longas jornadas de trabalho, ausência de direitos laborais e assédio moral e sexual.<sup>2</sup>

Todavia, a situação é ainda mais complexa do que se mostra. Algumas dessas mulheres ao serem entrevistadas afirmam que tais trabalhos mudaram as suas vidas para melhor, acreditando que estão tendo uma oportunidade única. A maioria dessas mulheres foi criada na zona rural (76% do território), sem acesso à educação, em condições de extrema pobreza e atreladas a uma lógica patriarcal que desvaloriza a mulher na comunidade. Dessa forma, trabalhar nessas fábricas, ainda que em situações precárias, significa liberdade e acesso a recursos financeiros, a elas e seus respectivos filhos. No longo prazo, isso representa independência, planejamento familiar e crescimento socioeconômico para estas mulheres e para o país.

As respectivas informações de Maláui e Bangladesh são alguns dos cenários apresentados por Sachs (2005) retirados da sua obra *“The End of Poverty”* (O Fim da Pobreza), que faz uma leitura e reflexão sobre a temática desenvolvimentista através da busca pelo fim da pobreza. Maláui e Bangladesh representam o cenário dos países periféricos em busca de progresso<sup>3</sup>.

Cada país com suas particularidades, entretanto, todos ao longo dos últimos anos compartilham de inesgotáveis esforços em prol de alcançar o ‘desenvolvimento’. E para entender os motivos que construíram o atual cenário e as razões dos esforços que foram implementados, é necessário regressar ao ano de 1949, com o discurso do presidente norte-americano Henry Truman,

Precisamos embarcar em um novo programa ousado para tornar os benefícios de nossos avanços científicos e o progresso industriais disponíveis para a melhoria e crescimento das áreas em subdesenvolvimento. O velho imperialismo – exploração por lucro estrangeiro – não tem lugar nos nossos planos. O que nós buscamos é um programa de desenvolvimento baseado em conceitos de democracia e negociação justa (Citado por Esteva, 2009, p.1).

---

<sup>2</sup> Em virtude das alterações climáticas, o Bangladesh tem sido extremamente afetado por desastres naturais. A subida drástica do nível do mar provoca graves danos às atividades agrícolas; estima-se que 18% do território de toda a área costeira do país ficará submersa ao longo dos anos, contribuindo para a migração para a cidade de Daca que já se encontra superpovoada (Pires, 2016).

<sup>3</sup> Por progresso, a compreensão científica e econômica do termo o define como “as eficácias do desenvolvimento e do crescimento em partes ou componentes duma sociedade global, eficácias que são, precisamente, dissimuladas por cálculos e médias” (Perroux, 1987, p.175).

Truman elucidava em sua fala o estabelecimento de um novo momento na História, a 'Era do Desenvolvimento' no qual a partir desse discurso, substituíam-se as diferenças entre metrópole e colônia pela classificação em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, a partir desse discurso, dois bilhões de pessoas tornaram-se subdesenvolvidos (Esteva, 2009), e a prioridade mundial passava a ser a necessidade de alcançar e promover o desenvolvimento em países periféricos. W. Sachs (2009) destaca que os países, independentemente de serem regimes democráticos ou ditatoriais, aspiravam pelo desenvolvimento, pois a modernização<sup>4</sup> (Rostow, 1960) e o desejo pelo mesmo foram estabelecidos transversalmente, ainda que aplicados de diferentes formas.

### **1.1 O Desenvolvimento como Política Internacional**

Esteva (2009), W. Sachs (2009) e Bessa Ribeiro (2017) esclarecem que, sobretudo, o subdesenvolvimento surge como um produto do desenvolvimento. Um desenvolvimento que ao longo do seu processo apresenta-se como contraditório, por vezes assertivo, porém insuficiente e muitas vezes falho. No mais, para Sunkel (2000), a busca pelo desenvolvimento traduz uma relação do qual o mundo está dividido entre centro e periferia, e tem como o principal objetivo a evolução do sistema capitalista internacional.

E pensando sobre a afirmação do Sunkel (2000), do desenvolvimento como uma ferramenta para a ampliação global do sistema capitalista, Sklair (1995, p.165) ao dissertar sobre a combinação entre capitalismo e desenvolvimento nos Países do Terceiro Mundo, aponta dois importantes tópicos. O autor elucidava primeiro que o

capitalismo produz formas distorcidas de desenvolvimento [...] no qual os 'sucessos de desenvolvimento' do capitalismo no Terceiro Mundo, [...] consistem principalmente em resolver parcialmente os problemas [destes países] (como privações absolutas de materiais) e substituí-los por problemas do Primeiro Mundo (como novas doenças, algumas formas grosseiras de degradação ambiental e tédio).

---

<sup>4</sup> De acordo com (Castilho (2011, p.1) "A modernização se apresenta como um projeto da modernidade feita a partir de uma ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade. Como expansão do modo de produção capitalista pelos lugares, ela se estabelece a partir de dois modelos principais: um político e ideológico; e outro de base técnica e infra estrutural. Nesse sentido, [...] justificam e até "naturalizam" a modernização como um processo necessário ao "progresso social"".

Sklair (1995) entende que a política desenvolvimentista baseada no capitalismo como modo operacional em nada pode de fato promover o progresso nesses países. Para ele, o desenvolvimento desta forma é um meio que o capitalismo tem de expandir a presença das corporações transnacionais ao redor do mundo, e persuadir os indivíduos sobre as virtudes e necessidades do sistema capitalista por meio da cultura/ideologia de consumo, sendo este o segundo tópico relevante que o autor traz para o debate. Sklair (1995) afirma que as corporações transnacionais representam os interesses dos Países do Primeiro Mundo. Desde 1960 têm migrado para diferentes Países do Terceiro Mundo em busca de vantagens sobre matéria-prima mão de obra barata.

Essas corporações justificam sua presença nestes países por gerarem emprego e renda, e conseqüentemente, cooperarem para o desenvolvimento. Contudo, o que se vê é que as corporações transnacionais enfraquecem as indústrias nacionais e precarizam a mão de obra, além de explorarem os recursos naturais destes países. Por último, essas corporações transnacionais também são responsáveis por difundirem a lógica do consumismo e da necessidade do poder de compra nas sociedades, ainda que os seus indivíduos não tenham renda para a aquisição destes bens.

Apesar do inesgotável debate sobre a veracidade dos objetivos da política desenvolvimentista, é nítido que após o discurso de Truman, incontáveis instituições e organismos internacionais passaram a importá-las e aplicá-las em diversos países. Como é colocado por Bessa Ribeiro (2017) e Barros e Carvalho (2019), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) mostraram-se como os principais agentes no fomento dessas práticas, presentes na maioria dos países, onde estão sempre a elaborar novos métodos e estratégias em torno do desenvolvimento.

Dito isto, de modo a estabelecer uma conceituação formal do desenvolvimento dentro da academia, Harriss (2014) explica que, a ideia de desenvolvimento conota percepções de crescimento, mudança e progresso. Ele acrescenta que a comunidade internacional majoritariamente enxerga o desenvolvimento a partir da lente do crescimento econômico e acúmulo de riquezas.

O autor inglês destaca que, apesar de usarem o termo crescimento econômico como um sinônimo para o desenvolvimento, há muitas críticas em relação a essa perspectiva, sendo a principal delas a do economista Amartya Sen. É necessário frisar que, há muitas definições sobre o conceito de desenvolvimento, e por configurar-se de modo polissêmico (Bessa Ribeiro, 2017), essa característica permitiu que ao longo dos anos os acadêmicos refletissem a partir de dimensões históricas, econômicas, sociais, ambientais e outros.

Observando então a crítica designada por Sen (1988), o mesmo inicia explicando que o desenvolvimento além de ser interpretado como crescimento econômico, também é empregado pela comunidade internacional como um instrumento para pensar sobre o alcance e mensurar a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos, apresentando como o principal indicador o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país. Entretanto, afirma que não se pode medir a qualidade de vida e bem-estar da sociedade baseando-se somente no PIB, sendo fundamental considerar outras variáveis como crime e violência, por exemplo.

O economista destaca que usar somente o PIB para analisar o bem-estar significa que iremos saber o que as pessoas têm, e não o quê e como as pessoas estão fazendo para obter esses bens. Com isso, o autor baseia-se que o desenvolvimento deve ser fundamentalmente focado em analisar a liberdade do qual as pessoas possuem para serem ou fazerem algo em sociedade. Ou seja, as oportunidades e os acessos dos indivíduos são fatores tão importantes quanto o PIB para determinar o nível de desenvolvimento de um país. Essa perspectiva traz para o debate desenvolvimentista a importância de considerar os direitos humanos nos planos de desenvolvimento socioeconômico.

Assim, a expansão de liberdade para pensar no conceito de desenvolvimento alarga o escopo de uma visão puramente econômica, o que permite avaliar critérios mais subjetivos, porém, essenciais para colaborar com a ideia de desenvolvimento. Exemplificando o conceito, considerar questões como liberdade de expressão, de movimento, de comunicação, de acesso, dentre outros que devem ser considerados tão importantes quanto considerar o crescimento econômico de um país.

Deste modo, atualmente há diversos índices que medem o desenvolvimento das sociedades por critérios variados, como aspectos políticos, econômicos e sociais, o que permite uma visão mais ampla sobre o desdobramento das políticas de desenvolvimento que não sejam exclusivamente baseadas nas questões financeiras e econômicas. Notoriamente, o mais destacado, e também o primeiro índice que permitiu uma análise mais ampla do desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que fora elaborado pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), do qual o economista Sen também esteve presente na elaboração do mesmo (Bessa Ribeiro, 2017).

Nele, de acordo com o relatório do Desenvolvimento Humano, considera-se a longevidade – mortalidade infantil e expectativa de vida; a educação – os anos médios de escolaridade dos adultos e a escolaridade esperada à entrada do sistema educativo; e a renda – PIB e Paridade de Poder de Compra (PPP) (Cove, 2019). Tal possibilita ver o progresso de uma nação por distintas lentes. Buscando ainda outras definições acadêmicas de desenvolvimento, Bessa Ribeiro (2017, p. 43), define o conceito como “um produto concreto de um sistema político e econômico, melhor dito, de uma civilização. Ou seja, [...] uma construção social e política”. Em outras palavras, é um produto fruto de uma civilização (ocidental), que tem por objetivo ditar como deve ser o sistema político e social de demais países a fim de controlar e dominar.

Ainda nessa linha de pensamento, Escobar (1995) afirma que se trata de um modelo eurocêntrico, etnocêntrico e tecnocrata. Isto é, os autores entendem que o desenvolvimento é uma criação dos países dominante do Norte Global (Europa Ocidental e América do Norte) que atuam nos demais países reproduzindo perfis eurocêntricos, colocando-os a si próprios como parâmetros mundiais de como os demais governos, em que se pese, os governos em desenvolvimento e instituições devem submeter os seus esforços e agirem.

Para W. Sachs (2009), o etnocentrismo no desenvolvimento faz com que os países não queiram ser mais ‘indianos’ ou mais ‘brasileiros’, ao contrário, tais aspiram ao alcance e semelhança da modernidade industrial presente nos países centrais. Sobre esse desejo em se assemelhar aos países desenvolvidos, Hall (2017) alerta aos quadros de standardização da cultura (homogeneização da cultura) na sociedade. Processo que está correlacionado aos desdobramentos da globalização e modernização. Porém, cabe



dizer que não se trata de um processo homogêneo, havendo a resistência de alguns grupos sociais.

Não obstante, o desenvolvimento também é interpretado como uma nova política de cooptação entre as nações (Nye, 1990), intrinsecamente associado à descolonização e aos conflitos remanescentes entre os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Bessa Ribeiro, 2017); utilizado como uma ferramenta de disputa entre sistemas políticos, além de ser socialmente uma amostra da preponderância da colonização de mentes no Sul Global (Quijano, 2000; Sachs, 2009), que por fim reorganizou o mundo em um sistema de centro-periferia (Wallerstein, 1976).

Assim, esta pesquisa ampara-se na conceituação de Sen (1988), defendendo a ideia de um desenvolvimento que seja capaz de alcançar liberdades tão quanto às potencialidades (sociais, econômicas, físicas e psicológicas) dos cidadãos. Considera-se ainda que a preservação de elementos culturais e subjetivos são cruciais para compor a análise dos processos de desenvolvimento. Todavia, reconhece-se veemente o caráter etnocêntrico e eurocêntrico das políticas e indicadores de desenvolvimento que são utilizados como parâmetros na comunidade internacional.

Nye (1990) explica que os muitos Estados nacionais, principalmente, os EUA, têm usado da política do *Soft Power* como ferramenta para alcançar os seus objetivos nacionais dentro do cenário internacional. O mesmo explica que tal política consiste em exercer poder por meio de persuasão e/ou cooptação ao invés de coerção a fim de obterem seus interesses. Nesse cenário, o uso do *Hard Power* (força militar) não é necessariamente descartado, entretanto, privilegia-se uma política de domínio que alcance aspectos culturais e principalmente, a disseminação de valores políticos e ideológicos. Assim, a segunda metade do século XX foi marcada pela independência das nações na África, Ásia e América Latina, juntamente com a polarização de forças entre os EUA com o sistema capitalista e a antiga URSS com o sistema socialista.

O conflito entre esses dois centros culminou na Guerra Fria que se caracterizou pela disputa por força política, ideológica, tecnológica e militar. A disputa também significou na busca por aliados, influenciando e cooptando as nações recém-independentes e oferecendo-lhes condições para os seus respectivos desenvolvimentos.

Bessa Ribeiro (2017) é claro ao afirmar que as instituições como o FMI, USAID e o BM, sob o discurso de planos de ajuda e ajustamentos estruturais na economia e desenvolvimento, agiram como instrumentos a fim de facilitar o controle e a dominação em diversos países que eram aliados da antiga URSS.

Em paralelo a isso, o século XX também foi marcado pelas alterações dos modelos econômicos a serem seguidos dados aos próprios acontecimentos políticos e econômicos, que conduziu posteriormente à formulação das Teorias do Desenvolvimento. No início do século havia uma predominância do modelo ortodoxo da economia que expunha os pensamentos liberais de Adam Smith e David Ricardo como meio para o enriquecimento das nações. Alicerçavam seus pensamentos nas ideias de autorregulação do mercado, meritocracia, iniciativa privada, produção e exportação em massa, e participação mínima do Estado como meio de enriquecimento.

Entretanto, a Grande Depressão – crise econômica de 1929, contestou os princípios liberais e questionou a viabilidade do capitalismo, uma vez que o tradicional modelo não estava sendo capaz de responder às demandas do pleno emprego e acumulação de riqueza e renda. Nesse contexto, o economista inglês John M. Keynes afirma que para recuperar a economia era necessário a intervenção do Estado no mercado, ainda sob os moldes capitalistas, a fim de limitar os efeitos dos ciclos econômicos e da superprodução. O keynesianismo se tornou a principal alternativa ao modelo liberal, consagrando uma nova variante do capitalismo como modelo econômico a ser seguido (Bessa Ribeiro, 2017; Piketty, 2014).

O keynesianismo foi consagrado internacionalmente como política econômica de sucesso e àquela a ser seguida até a década de 1970, sendo substituída após a vitória eleitoral da Margaret Thatcher no Reino Unido (1979) e o do Ronald Reagan nos EUA (1981), pelo neoliberalismo<sup>5</sup>. Uma nova diretriz político-econômica de ambos os governantes, do qual juntamente com as instituições internacionais, influenciaram o mundo a seguirem pela mesma direção do neoliberalismo a partir do Consenso de Washington (1989).

---

<sup>5</sup> Como coloca Duménil e Lévy (2007, p.1), “o neoliberalismo é uma nova fase do capitalismo”. Os autores explicam que após a Crise do Petróleo em 1970 e o retrocesso hegemônico e financeiro experienciado pelas grandes potências do Norte Global, o neoliberalismo surge como uma nova forma e configuração de poder, com o foco a restauração dos privilégios da classe burguesa e dos setores corporativos e financeiros.

Iniciava-se um novo período na história humana, cujo capitalismo expandia o mercado para a sociedade, orientado no estabelecimento de uma economia “dominada pela austeridade orçamental<sup>6</sup>, privatizações e liberalizações do comércio [...] livre da intervenção governamental, e para os mais radicais, da própria regulamentação estatal”.

Para alcançar a aceitação da sociedade nacional e internacional, o neoliberalismo foi e segue sendo colocado como “o melhor dos mundos [...] inevitável e irresistível” (Bessa Ribeiro, 2017, p. 90-91). Dessarte, como em outros fenômenos como a globalização e a consolidação do desejo desenvolvimentista, a política neoliberal tornou-se a principal determinação dos países centrais para os países periféricos. O que não obstante, alargou o fosso de desigualdades entre os países gerando mais pobreza para alguns e riqueza para outros (Sachs, 2009), devido à característica neoliberal do aumento e concentração de riqueza viabilizada por meio da exploração de trabalho, redução da participação estatal e aplicação de políticas de austeridade (Prates, Carraro, e Zacarias, 2020).

Todavia é necessário considerar que muitos países em desenvolvimento não apresentam uma iniciativa privada consolidada e forte o suficiente para suprir as demandas da oferta de emprego e geração de riquezas da nação. Em suma, as medidas de austeridade enxugam os gastos públicos inviabilizando programas e apoios sociais do governo, deixando a população mais vulnerável às oscilações do mercado e ao empobrecimento. Entendendo a problemática em uma perspectiva histórica, Prebisch (2000) e Cardoso e Faletto (2000) indicam que as estruturas econômicas e o modo como os países em desenvolvimento entraram no sistema econômico internacional não os favorecia nos posteriores processos de desenvolvimento conduzindo-os à dependência do capital internacional.

Esse pensamento estabelecido por Prebisch (2000) e Cardoso e Faletto (2000) é uma das bases para consolidar a principal crítica e reflexão sobre o modelo de

---

<sup>6</sup> De acordo com Carmo e Barata (2017, p.321) “a austeridade pode ser entendida como uma ou mais de um conjunto de políticas possíveis que visam corrigir uma situação de déficit reiterado e, conseqüentemente, de aumento imparável da dívida pública e/ou da dívida externa, através de uma baixa forçada do consumo, privado ou público. Esta baixa de consumo [...] é alcançada [...] por meio de cortes na despesa pública, predominantemente na despesa relacionada com as funções sociais do Estado, repercutindo numa baixa do consumo dos seus beneficiários, ou por uma alta nos impostos, onerando o consumo e, simultaneamente, incrementando a receita pública.

desenvolvimento internacional – a Teoria da Dependência. A construção dessa teoria, todavia, não fora baseada somente nos pensamentos de Prebisch e Cardoso e Faletto. Como mostra Leite (2020), nomes como Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotônio dos Santos também foram fundamentais neste processo. Este último, Theotônio dos Santos, segundo Leite (2020), foi responsável por projetar a Teoria da Dependência ao nível internacional após constantes diálogos teóricos com Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Autores que introduziram a Teoria da Dependência como primeira etapa para entender a Teoria do Sistema Mundo.

A teoria busca entender as razões pela qual após anos de esforços para alcançar o desenvolvimento os países em desenvolvimento obtiveram poucos resultados, e assim buscaram algumas respostas para entender os seus verdadeiros papéis nas agendas das políticas liberais do desenvolvimento. Abordando brevemente sobre essas respostas, Kufakurinani, Kvagraven, Santana e Styve (2017) fizeram uma série de entrevistas com teóricos da dependência, dentre eles o diretor do Fórum do Terceiro Mundo, Samir Amin. Tal explica que a partir de uma visão holística, deve-se pensar em Teorias da Dependência, ao invés de uma em singular, e assim destaca três delas. A primeira corrente defendida por Amin é a dependência a partir da divisão internacional da força de trabalho.

A segunda é dada pela Escola Latino Americana, do qual tem como os principais autores Prebisch, Cardoso e Faletto dentre outros acadêmicos latinos. E por fim, o Sistema Mundo defendido principalmente por Wallerstein. Na primeira corrente, na busca de baratear os custos do produto, grandes empresas de produção em massa se instalam em países onde há ampla mão de obra a preços mais baixos que em seus mercados nacionais, permitindo-lhes aumento de lucro, fazendo com que o país seja dependente dessas empresas.

E, apesar da precarização e flexibilização da mão de obra, os países se tornam dependentes desse capital para geração de renda no país. Os relatos anteriormente já feitos nessa pesquisa sobre Bangladesh exemplifica essa perspectiva. Na segunda corrente os teóricos da dependência argumentam que entraram na economia mundial como países colonizados e mesmo ao tornarem-se independentes, suas economias foram fadadas à periferia do sistema capitalista, colocando-os em desvantagem para alcançar os países desenvolvidos. Ou seja, passam a ser condicionados ao domínio econômico dos

países centrais. Por último, sob a perspectiva de Wallerstein, o Sistema Mundo que é dividido entre centro, periferia e semiperiferia é o que proporciona as condições ao desenvolvimento de cada país.

Sobre esta última perspectiva, Martínez-Vela (2011) fala que o Sistema Mundo se trata de uma compreensão do globo por meio dos mercados invés de uma visão estritamente política. Um mundo onde os países se conectam por meio do mercado de alimentos, de combustível, dentre outras mercadorias que os tornam interdependentes. Nesse sentido, centro, periferia e semiperiferia são divididos pela ótica da divisão de trabalho. Ou seja, aos países centrais designa-se a produção intensiva de capital, e para os países periféricos, tem-se o foco no trabalho laboral intensivo. Os países semiperiféricos oscilam entre um perfil e outro por apresentarem um mix de atividades e instituições de produção de capital e trabalho laboral intensivo. Essa estrutura parte de uma visão hierárquica, do qual os países centrais possuem poder e domínio sobre a base da pirâmide.

Retomando a Amin *apud* (Kufakurinani *et al.*, 2017), todas as perspectivas concordam entre si sobre a polarização econômica como uma das principais razões para inibir os países periféricos de alcançarem os mesmos resultados e patamar dos países centrais, tornando essas distintas realidades como duas faces da mesma moeda. Para o diretor do Terceiro Fórum Mundial, uma vez que os países periféricos entram nos processos capitalistas de globalização, eles não irão avançar estágios até se tornarem desenvolvidos, ao contrário, para ele é necessário sair desse sistema para então alcançar os demais países.

E assim foi como pensou Mao Tsé-Tung para mudar o desenho do desenvolvimento chinês. Quando vira o olhar para o Oriente, nota-se que apesar do desejo em alcançar o desenvolvimento, a ideia de pensar em alternativas para o modelo tradicional é algo que há anos já é estudado e dialogado. No continente africano e asiático, por exemplo, Kufakurinani, Kvagraven, Santana e Styve (2017) relata sobre a Conferência de Bandung (1955) na Indonésia, organizada pelas nações recém-independentes a fim de promover a cooperação econômica e cultural Afro-Asiática, como modo de se oporem ao neocolonialismo.

Ikechukwu (2016) destaca os pensamentos que floresceram no continente como o Pan-Africanismo, cujos teóricos acreditavam que o desenvolvimento só seria possível fora do ambiente colonizador. Há também o Consciencismo defendido pelo líder político Nkrumah, que acreditava que era necessário passar pelo processo de decolonização, isto é, remoção dos valores da colonização para alcançar um desenvolvimento humano e libertar a África. Houve também a busca por um socialismo puramente africano dentre outras experiências como alternativa aos tradicionais modelos econômicos de desenvolvimento.

Porém, Kufakurinani, Kvagraven, Santana e Styve (2017) explica que com a ascensão dos Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan), a industrialização e modernização dos mesmos, fez com que as premissas da Teoria da Dependência fossem questionadas. E, ainda que essa ascensão tenha sido acompanhada do aumento das atividades informais e precárias, desemprego, miséria e fome nos países asiáticos<sup>7</sup> (Bessa Ribeiro, 2017), aos críticos da Teoria da Dependência, fica o entendimento que as políticas neoliberais são medidas corretas e coerentes a serem tomadas, reforçando a ideia de que esta é a melhor opção para os países em desenvolvimento. Ainda, Bessa Ribeiro (2017) acrescenta que muito embora a teoria tenha sido questionada, é importante ressaltar que tal não fora anulada ou desconsiderada para pensar a problemática do desenvolvimento nos países periféricos.

Apesar disso, Ndlovu-Gatsheni, professor sul-africano, também entrevistado por Kufakurinani, Kvagraven, Santana e Styve (2017), destaca que a Teoria da Dependência afirmou e comprovou que há de fato uma diferenciação entre centro e periferia, nomeada atualmente entre as diferenças entre o Norte e Sul Global. Ainda de acordo com ele, essa teoria também veio para servir de ferramenta para compreender que as nações desenvolvidas não se desenvolveram em razão de descobrimentos científicos e

---

<sup>7</sup> Jenkins (1995) explica que os Tigres Asiáticos na década de 90 alcançaram altos índices de desenvolvimento, superando o PIB de alguns países europeus, como Portugal e Grécia. Os Tigres assistiram seus produtos manufaturados a ganharem espaço no mercado internacional devido a agregação de valor tecnológico, alcançaram altos índices de escolaridade, redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida dentre outros fatores positivos em seu desenvolvimento. Contudo, ao mesmo tempo, o autor afirma que estes países alcançaram esses marcos a partir da superexploração da mão de obra, da erosão do solo (danificação do meio ambiente) devido ao uso da agricultura extensiva, do abuso das forças autoritárias, e da constante violação dos direitos humanos, dentre outros.

tecnológicos, mas sim por meio da acumulação de riqueza na Era da Colonização e continuam a obter a maximização de seus lucros com as políticas neoliberais.

Então, a forma como as nações do Norte Global fizeram para se desenvolver e consolidarem-se como países desenvolvidos foi por meio do acúmulo e exploração de capital, não sendo justo colocá-los como ponto de referência para promover políticas de desenvolvimento nos países em desenvolvimento. Contudo, muito embora a Teoria da Dependência evidencie importantes tópicos e mostra as desigualdades entre as nações, sendo também a política neoliberal um agravante das desigualdades, a experiência dos tigres asiáticos reforçou a entrada presença do neoliberalismo nos países em desenvolvimento. Como coloca Amin (*apud* Kufakurinani, Kvagraven, Santana e Styve, 2017, p. 17) “nós não vivemos em tempos democráticos para que diferentes ideias econômicas sejam toleradas pelos convencionais”.

Ou seja, o neoliberalismo não dá espaço para que outras alternativas econômicas sejam consideradas. Entretanto, apesar da consolidação do neoliberalismo, no final do século XX, devido à necessidade de se pensar em questões como mudanças climáticas, igualdade de gênero, consumo e produção responsável dentre outros elementos, no desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu que o desenvolvimento deve ser pensando de forma sustentável. O pensamento se estabeleceu com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida por Comissão de Brundtland, em 1983.

A comissão defendeu o Desenvolvimento Sustentável como uma forma de garantir que as necessidades do presente sejam alcançadas sem comprometer as gerações futuras de também alcançarem as suas necessidades. Para mais, o Desenvolvimento Sustentável busca caminhos do qual seja possível balancear a tríade do crescimento econômico, do meio ambiente, e da comunidade. Questões relacionadas ao desenvolvimento humano também ganham ênfase, intensificando o foco na busca por educação, igualdade de gênero, empregabilidade, saúde e demais (Kates, Parris e Leiserowitz, 2005).

Em soma, com a inclusão destes tópicos nos debates sobre desenvolvimento, pensar sobre isto deixou de ser uma tarefa concernente somente às organizações e governos nacionais. Observou que era necessária uma adoção e um engajamento por

parte da sociedade civil, a fim de alcançar mais resultados positivos. Desse modo, a ONU criou um plano de ação para serem estabelecidas a partir dos anos 2000, as chamadas Metas do Milênio, também conhecido por Objetivos Do Milênio (ODM) que tinham como o principal fim a erradicação da fome e da pobreza nos próximos quinze anos.

As oitos metas eram: (i) Erradicar a extrema pobreza e a fome; (ii) Garantir o ensino básico fundamental a todos; (iii) Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; (iv) Reduzir a mortalidade infantil; (v) Melhorar a saúde materna; (vi) Combater a AIDS, a malária e outras doenças; (vii) Assegurar a sustentabilidade ambiental e (viii) Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Em 2015, para seguir adiante com as Metas do Milênio, e considerando demais demandas do século, a ONU estabelece os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que orientam as atuais políticas desenvolvimentistas até 2030, envolvendo as esferas públicas, privadas, nacionais e internacionais nos esforços. As metas são: (i) Erradicação da Pobreza, (ii) Fome zero, (iii) Boa saúde e Bem-estar, (iv) Educação de qualidade, (v) Igualdade de Gênero, (vi) Água limpa e Saneamento, (vii) Energia limpa e Acessível, (viii) Trabalho decente e Crescimento econômico, (ix) Indústria, Inovação e Infraestrutura, (x) Redução das Desigualdades, (xi) Cidades e Comunidades Sustentáveis, (xii) Consumo e Produção Responsáveis, (xiii) Ação Climática, (xiv) Vida embaixo da Água, (xv) Vida na Terra, (xvi) Paz, Justiça e Instituições fortes, (xvii) Parcerias para os objetivos.

E aqui observa-se uma dualidade, porque se de um lado existe a predominância de uma política capitalista de extração de recursos e maximização dos lucros, de outro, há a política que busca a sustentabilidade ambiental que prioriza mitigar os impactos da ação humana na natureza a fim da não destruição do meio ambiente. Trata-se de dois caminhos diferentes cujos objetivos não dialogam entre si. Porém, apesar de serem relativamente antagônicos, ideias e propostas onde ambos possam atuar em conjunto são altamente incentivadas no cenário internacional. Tendo em conta essa problematização, Bessa Ribeiro (2017) argumenta que pensar o desenvolvimento sustentável atrelado ao funcionamento capitalista não é suficiente para responder aos efeitos sociais e ecológicos negativos causados pela busca da modernização.



Como evidência disto, observa-se que no último relatório climático da ONU, divulgado em agosto de 2021, António Guterres, o secretário-geral da organização, alerta que “o documento é um código vermelho para a humanidade”, com evidências irrefutáveis que a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento tem degradado o meio ambiente a ponto de colocar em risco a vida na terra. O aumento do nível do mar e dos níveis de temperatura podem conduzir a catástrofes irreversíveis (Organização das Nações Unidas, 2021).

Portanto, vemos que embora a sociedade internacional desde o final do século XX tenha amadurecido quanto à ideia de um desenvolvimento que envolve aspectos de bem-estar, de sustentabilidade e de responsabilidade de produção e consumo ao invés só de pensar nos aspectos puramente econômicos do desenvolvimento, tais medidas ainda são insuficientes para a realidade da crise ambiental que o mundo vive.

Vale dizer que movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONG) e outros agentes estão sistematicamente elaborando e aplicando com alternativas viáveis e cabíveis para um desenvolvimento verde, tais ainda não são levadas seriamente adiante por empresas e governos por não condescenderem com a lógica de consumo e lucro. O economista francês Comelieu (2010) adverte que é uma emergência tornar as políticas econômicas e sociais coerentes com as prioridades do meio ambiente.

Emergência que segundo ele se dá devido ao modelo liberal ser o agente direto de desigualdades sociais, condição que exprime efeitos nos desequilíbrios ecológicos. Comelieu (2007) chama a atenção para a problemática da desigualdade social e seu impacto no meio ambiente. Para exemplificar, o autor argumenta que, com o crescimento populacional as dificuldades em utilizar recursos de energia renováveis e o aumento do fosso das desigualdades a partir da marginalização de grupos sociais, cria um cenário de poluição acelerada que destrói o ecossistema de modo irreversível. Bessa Ribeiro (2017), ressalta os argumentos de Mike Davis, e sublinha que neste cenário que emerge o fenômeno da “Favelização”<sup>8</sup>, que vem avançando ao longo dos anos, além de ser uma determinante para o aumento da extrema pobreza.

---

<sup>8</sup> Na obra ‘Planeta Favela’ escrita por Davis (2009), o autor explica que devido ao crescimento populacional global acelerado e a concentração da população nos centros urbanos em decorrência do êxodo rural, o mundo passa a observar o surgimento de megacidade, àquelas com mais de 8 milhões de

Para finalizar a discussão sobre desenvolvimento, com as contribuições de Ndlovu-Gatsheni, Comelieu (2007) e Bessa Ribeiro (2017) notam que o desenvolvimento na sua forma atual é obsoleto em relação às necessidades sociais e ecológicas, ainda que tenha havido avanços desde o momento da sua idealização como política socioeconômica.

Posto isto e entendido o que é desenvolvimento e suas características, para trabalhar com a temática de EC e entender melhor sobre a sua contribuição na redução da pobreza e das desigualdades, conclui-se ser mais coerente fazer uma análise tendo como base o cenário dos países em desenvolvimento, principalmente, as partes periféricas dos países em desenvolvimento, onde as políticas estatais e privadas estão menos presentes. Contudo, antes de ir adiante com a temática da EC, debruçar-se-á nos esforços de combate à pobreza a modo de ampliar a visão sobre este tema.

## **1.2 Combate à Pobreza nos Países em Desenvolvimento**

Definir o que é a pobreza é uma complexa e multidimensional tarefa. Apesar dos diversos estudos ao longo dos séculos sobre o tema, os acadêmicos ainda não chegaram a uma conclusão final sobre sua definição. Contudo, para uma maioria na academia, a pobreza se refere a uma condição de privação de um grupo e/ou pessoa. Nessa perspectiva, a pobreza pode ser relativa ou completa.

Quando a pobreza é relativa significa que o indivíduo apresenta renda para a subsistência, porém essa renda não é capaz de suprir com suas necessidades básicas, limitando-o de ter acessos a bens e serviços. Na outra via, a pobreza absoluta está relacionado àqueles que não têm uma renda, ou a mesma é insuficiente para adquirir uma cesta básica (Estenssoro, 2003; Haughton e Khandker, 2009; Seipel, 1997).

E assim como não há uma concordância sobre uma definição singular de pobreza, também não há um único indicador padrão para mensurar a pobreza. As

---

habitantes, e hipercidades, àquelas com mais de 20 milhões de habitantes. Para abrigá-los, cidades invisíveis são criadas (favelas), onde há pouco ou nenhum planejamento urbano para acomodar estas pessoas, criando concentrações gigantescas de pobreza, impactando o meio ambiente de forma devastadora. Daca, Jacarta, Mumbai e outras cidades são exemplos reais desse processo.

principais organizações que lidam com a temática no aspecto internacional, ONU e BM, apresentam alguns indicadores internacionais para avaliar a pobreza, contudo, cada país apresenta seus índices nacionais, gerando resultados diferentes entre si. Tratando dos índices usados pela ONU e BM, os principais são o Índice de Pobreza Humana – *Human Poverty Index* (HPI), e o mais recente, o Índice de Pobreza Multidimensional – *Multidimensional Poverty Index* (MPI) (Besley e Burgess, 2003; Seipel, 1997).

No primeiro mensura-se pobreza não só pela renda, mas também avalia as taxas de mortalidade, desnutrição, alfabetização e acesso à saúde e água potável. O segundo por outro lado, foca em avaliar somente a renda disponível ao indivíduo. Em 1985 o PPP colocava como base o valor de US\$1 por dia para determinar a linha de pobreza dos indivíduos. Aqueles que tivessem menos de US\$1 por dia estariam abaixo dessa linha, e se encontravam no estado de extrema pobreza. Atualmente o valor é de US\$1,90 (Castañeda *et al.*, 2016).

O terceiro índice, assim como o HPI, busca analisar a pobreza por um olhar multifacetado, e se diferencia do HPI por incluir novos indicadores, além de ser um índice que vai de encontro com os ODS. O índice considera a educação, a saúde, e a qualidade de vida com base no acesso à eletricidade, água potável, saneamento básico, moradia, acesso a gás e acesso a bens como bicicleta, carro e afins (Alkire e Conconi, Pinilla-Roncancio, Vaz, 2019; Alkire e Santos, 2010; Besley e Burgess, 2003; Mosleh e Larsen, 2007; Seipel, 1997)

Assim, tendo explicado a definição de pobreza que é usada pelo BM, ONU e demais especialistas, e, explicado as principais formas de como se pode mensurar a pobreza, cabe agora entender quais são as teorias utilizadas para explicar as razões/origens e motivos da perpetuação da pobreza. Observa-se também o impacto dessas teorias nos países em desenvolvimento. De modo geral, há muitas teorias sobre a origem da pobreza global e, porque algumas nações continuam nesse cenário apesar dos esforços mundiais para o combate da pobreza.

É importante frisar que algumas teorias apresentam um viés discriminatório, mas ainda assim são considerados e acreditados na academia e no imaginário popular, pois servem para defender os ideários de alguns grupos em particular. Outras teorias,

contudo, são perspicazes e nos ajudam a ter uma visão mais ampla sobre uma problemática tão complexa quanto a pobreza.

Deste modo, começando pela teoria defendida por Bhattacharyya (2016), as principais causas que explicam a origem da pobreza nos países em desenvolvimento está relacionada ao: i) tipo de colonização (colonização de povoamento ou exploração); ii) tráfico negreiro; iii) instituições; e iv) geografia. Começando pelo tipo de colonização, Bhattacharyya (2016) explica que quando os europeus migraram para as novas colônias nos novos continentes – Américas e Oceania, as colônias anglo-saxãs receberam pessoas predominantemente de zonas industriais da Europa Ocidental, o que agregou com um conhecimento industrial e intelectual, dando início a um processo de industrialização e modernização nessas colônias.

Do outro lado, as colônias que foram ocupadas por Portugal e Espanha receberam menos imigrantes europeus e mais imigrantes escravizados do continente africano, o que segundo o autor, contribuiu para um baixo nível de capital humano com conhecimento e habilidades industriais. Em relação ao mercado negreiro realizado entre os séculos XVI e XIX, o autor explica que há muitas literaturas (Inikori, 1996; Inikori e Engerman, 1992; Nunn, 2008) que indicam que o tráfico negreiro deixou profundos danos às sociedades africanas, sendo uma das justificativas para explicar os altos índices de pobreza no continente atualmente.

Bhattacharyya (2016) explica que a captura e escravização de africanos conduziu a uma massiva redução da população, intensificação dos conflitos étnicos, ao aparecimento da corrupção e da criminalidade, acontecimentos que enfraqueceram as instituições locais por mais de quatrocentos anos, o que gerou um impacto direto como o retardamento do desenvolvimento econômico africano.

E nesse sentido, abordam-se as instituições. Embora considere-se a composição das classes e demais fatores políticos como decisivos para explicar as desigualdades, Bhattacharyya (2016) diz que as instituições são os fatores mais importantes para explicar as diferenças dos níveis de vida entre países pobres e países ricos atualmente. De acordo com ele, as instituições estabelecidas nas colônias espanholas e portuguesas foram instituições extrativistas, que provocaram uma reversão de fortuna, transferindo as riquezas das colônias para as metrópoles (Lange, Mahoney e Vom Hau, 2006).

Essas instituições atendiam aos interesses de uma pequena classe burguesa, que colaborou com a corrupção e o enfraquecimento dos poderes legislativos e jurídicos nestes países, contribuindo para uma sociedade menos desenvolvida. Diferentemente, nos países algo-saxãs e nas suas respectivas colônias, as instituições tinham um caráter industrializador, moderno e condutor do capitalismo. Assim, as nações que tiveram sob o colonialismo britânico por exemplo, experienciaram um desenvolvimento mais rápido devido a esse tipo de instituição.

Por último, Bhattacharyya (2016) argumenta que a geografia é o último fator que explica a origem da pobreza em alguns países (Henninger, 1998; Zhou e Liu, 2019). De modo resumido, esse argumento se baseia na ideia da agricultura e da pecuária como alicerces para o desenvolvimento inicial da Europa. A teoria explica que com quando as pessoas migraram da área do Crescente Fértil (região correspondente ao Oriente Médio) para a Europa e Eurásia, trouxeram consigo a prática da agricultura e da pecuária, onde obteve êxito devido ao solo temperado (favorável) da Europa.

Assim, estes grupos se organizaram de forma produtiva e centralizada mudando o estilo de vida das pessoas. Em consequência, a população cresceu, conflitos se iniciariam e toda a ideia de Estado, sociedade, poderio militar, arrecadação de impostas e produção de tecnologia deram-se início. Ao lado, veio também a proliferação de doenças que contribuiu para criar imunização, tão quanto desenvolverem conhecimentos médicos (Diamond, 2009; Olsson e Hibbs, 2005).

Em contraste, essa mesma teoria explica que na África, por exemplo, a agricultura começou quase 700 anos depois da Europa, e o solo africano não era favorável e fértil tal como o solo europeu o que não conduziu a concentração da população. Por sua vez, doenças típicas do clima tropical, como a malária e a febre-amarela, atrapalharam e continuam a atrapalhar o desenvolvimento africano.

Outros autores como Gallup, Sachs e Mellinger (1999) defendem a ideia e dizem que nações com uma longa história de agricultura tendem a serem mais ricas que as nações com menor tempo de desenvolvimento de agricultura. Ao lado, os teóricos que defendem essa tese explicam que os solos nos países tropicais possuem menos nutrientes e têm mais facilidade em apresentarem erosão e acidificação. Onde o solo é glacial, como o norte da América e na Europa, o solo é mais fértil.

Por último, Bhattacharyya (2016) finaliza a sua explicação sobre geografia como uma das explicações da pobreza dizendo que para alguns teóricos, como Montesquieu, o clima tropical e a abundância de comida fez com que muitas populações vivessem no ócio afetando diretamente no desenvolvimento socioeconômico da nação. Essa teoria é “confirmada” por Parker (2000) ao explicar que o hipotálamo (região do cérebro), no clima quente libera hormônios negativos ao senso de motivação e empreendimento dos indivíduos, o que faz com que as pessoas que vivam em climas frios sejam naturalmente mais trabalhadoras do que aquelas que vivem em climas quentes. Como resultado, Bhattacharyya (2016) argumenta que foi com a vantagem da geografia, das instituições, e do tipo de colonização que fez com que europeus e norte-americanos se tornassem mais prósperos do que o resto do mundo.

Em uma outra vertente, Brady (2018) aponta que as principais teses que explicam a pobreza são categorizadas em teorias comportamentais, políticas e estrutural. De acordo com ele, as teorias comportamentais são aquelas que justificam a pobreza por meio das ações dos indivíduos e suas respectivas culturas. As teorias políticas são as teses que se concentram nas instituições e relações de poder como causa e/ou permanência da pobreza. Por último, as teorias estruturais são aquelas que explicam a pobreza ao observar os aspectos demográficos da sociedade, como mão de obra, aspectos históricos, divisão de renda e outros.

Já Davis e Sanchez-martinez (2014) adicionam que dentro da economia as diferentes políticas econômicas apresentam respectivas explicações para justificar a pobreza. Assim, existe uma teoria clássica da economia que explica a pobreza analisando-a a partir do valor e distribuição dos bens na sociedade. Para estes, devido à existência do livre mercado, a pobreza é resultado de más escolhas individuais feitas pelos indivíduos. Os principais nomes que defendem essa teoria é Adam Smith e David Ricardo.

Existe também a teoria neoclássica do qual entende que as desigualdades iniciais (talento, capital e habilidades) é o que determina a pobreza dos indivíduos dentro do mercado competitivo. Já a Teoria Keynesiana/Liberal argumenta que não é só a competitividade do mercado que causa a pobreza, há também outros fatores que contribuem, como geografia, governança, barreiras culturais e outros. E finalmente, a

teoria marxista que explica a pobreza é o resultado da divisão de classes e de disfunções estruturais de uma sociedade como corrupção e estratificação do mercado laboral.

Em uma reflexão crítica sobre as teorias apresentadas, no que se refere às instituições e geografia como causas fundamentais da pobreza, Acemoglu (2003) destaca que pode sim haver uma correlação entre geografia e prosperidade, porém, a geografia não é a causa da pobreza. Segundo Acemoglu (2003), se a geografia fosse um problema causal, os lugares que eram ricos antes da chegada dos europeus deveriam se manter ricos após o fim da colonização europeia. Ele indica que durante a colonização aconteceu uma reversão de fortuna (Sankof, Zheng e Lenert, 2005).

Os Incas e Astecas na América, por exemplo, que eram uma das civilizações mais ricas do mundo no século XVI, se encontram no século XIX como uma das sociedades mais pobres do mundo. Em contrapartida, a Nova Zelândia, América do Norte e Austrália, que no século XVI eram pobres, são as nações mais desenvolvidas do presente século. Assim, não é o clima, as doenças ou o meio ambiente tropical que explica a pobreza de algumas nações.

Acemoglu (2003) continua explicando que, nas colônias de exploração, onde havia muito material para ser extraído e enviado para a Europa, isso era feito por meio do trabalho forçado, sem a necessidade de ter muitos europeus no local, o colonialismo estabeleceu instituições extrativistas com abuso de poder e nenhum direito legal à população local. Já nas colônias onde se havia pouco para ser extraído, onde a maioria das terras eram menos povoadas e a proliferação de doenças era mais controlável, os europeus se estabeleceram e consigo estabeleceram legislações para protegerem a si próprios. Assim, mesmo após o fim da colonialização, essas instituições continuaram a servir para as elites, e mudar o sistema para beneficiar o país como um todo iria tirar o privilégio dessas elites, o que reflete diretamente no desenvolvimento econômico da nação.

Ao lado, Rahnema (2009) diz que a pobreza é, na verdade um mito que foi inventado e estabelecido por uma civilização específica. E neste aspecto a autora se refere ao pós-discurso de Truman, do qual dezenas de nações passaram a ser consideradas pobres. Um marco onde a definição de ser pobre foi baseada e estabelecida de acordo com os interesses das classes dominantes do Norte Global.

A autora segue dizendo que a pobreza global como se entende hoje é um produto da modernidade, cujo principal aspecto é a economização da vida humana e o resultado da entrada forçada de sociedades vernaculares no sistema econômico global. Rahnema (2009) destaca que a pobreza global é vista pelos desenvolvimentistas como um ‘fenômeno patológico’, presente nas sociedades pré-industrializadas – países em desenvolvimento; do qual a cura para essa patologia, segundo os econômicos especialistas, se dá somente por meio do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Assim dito, uma vez que tenha sido explicado as principais teorias sobre as origens da pobreza, nota-se que apesar das divergências entre elas, em todas as teorias há algo em comum: elas refletem sobre o efeito (degradante) do capitalismo nas sociedades e nos indivíduos. Muitos teóricos afirmam que o capitalismo (crescimento econômico) é a solução para a pobreza do mundo. Contudo, estudando essas teorias, viu-se que é o próprio capitalismo o princípio geracional da pobreza e também a razão pela qual a pobreza continua a ser parte da agenda global.

Em uma análise dos estudos de Alfred Marshall, Mattos (2011) aponta que Marshall muito embora tenha sido um dos principais nomes a defender a liberdade econômica dos indivíduos e das empresas, ele também reconhecia que essa liberdade (capitalismo) gerou demasiados problemas sociais. Tal como péssimas condições de trabalho, moradia de vida, e aumento da pobreza, fatores que, por consequência, segundo ele, também degradaram o caráter de uma parte da população. Nessa mesma linha de pensamento, Carvalho (2018, p.151) diz que,

a reprodução da pobreza é fundamental para o avanço do sistema [capitalista], pois quanto maior for a quantidade de riqueza socialmente produzida, maior será o nível de acumulação para um pequeno percentual de detentores do capital, conseqüentemente, aumenta-se também o número de pauperizados que não usufruem da riqueza socialmente produzida.

Embora Carvalho (2018) esteja se referindo à lógica individual de pobreza, pode-se usar seu pensamento para pensar nas razões pela qual dezenas de países ainda são considerados pobres apesar das décadas de produção e estudo de políticas sociais para combater a pobreza global. Não se trata de esforços feitos ou não feitos por esses países para superarem a pobreza, mas sim da lógica capitalista que sempre fará com que alguns países continuem à margem do sistema internacional. Contudo, admitir que é essa a razão dos países periféricos continuarem à margem é admitir que o sistema



internacional é falho, e assim, encontram outras razões para justificar a presença da pobreza nos países do Sul Global.

Desta forma, estudiosos e analistas justificam a pobreza no Sul Global devido à estagnação e/ou declínio econômico, má distribuição de renda, crescimento do débito externo, e descomprometimento com a educação (Aguiar De Medeiros, 2002; ONU, 2020b, 2020a; Seipel, 1997; Senadza, Fiagbe e Quartey, 2018). Explicando cada uma das causas apontadas, começando pela estagnação e declínio econômico, o último relatório de prospecção econômica realizado pela ONU (2020b), mostrou que, em 2019 a economia mundial teve o seu menor desempenho desde a crise de 2008.

O que refletiu na desaceleração do crescimento econômico em diversas nações, exceto na África, que em termos absolutos, continua com índices crescentes. Os Países Menos Desenvolvidos do Mundo, cuja maioria fica no continente africano, demonstraram significativo crescimento de econômico e do PIB. Contudo, embora os tenha tido bons resultados, o relatório também indica que esses países juntos não alcançam 7% de crescimento do PIB por ano. Ainda, a prospecção para as nações em desenvolvimento segundo eles, é queda e estagnação da economia devido à queda dos preços das commodities.

Quanto a má distribuição de renda, gerar crescimento econômico não é suficiente para combater a pobreza, ao contrário, é fundamental distribuir esse crescimento entre a população. Como evidência, Aguiar De Medeiros (2002) relata que nos países da América Latina, por exemplo, observa-se um crescimento econômico, e junto a este, observa-se também uma forte desigualdade da distribuição de renda, provocando assim uma assimetria entre crescimento e superação da pobreza, o que leva muitos países a terem dificuldade em ultrapassar os desafios de superar a pobreza. O Brasil, para ter como ilustração, teve um alto crescimento entre 1950 e 1980, mas veio acompanhado de pobreza e exclusão social persistente.

Em referência à quarta causa apontada como a razão da permanência da pobreza em países em desenvolvimento, o aumento da dívida externa e a dificuldade desses países em negociá-las, Seipel (1997) Senadza, Fiagbe e Quartey (2018) explica porque muitos países em desenvolvimento são dependentes dos empréstimos internacionais como forma de financiamento de seus projetos desenvolvimentistas.

O problema dos empréstimos internacionais de acordo com os autores, são i) os altos juros, ii) fuga de capital (investidores), iii) incapacidade de reforma econômica, o que por consequência causa instabilidade financeira e social no país. Em uma análise dos países sub-saarianos, notou-se que os empréstimos internacionais impedem o crescimento econômico. Não obstante, os países são dependentes destes para financiar programas de curto e médio prazo, e muitas vezes os projetos para onde o dinheiro é aplicado não traz retorno econômico que seja suficiente para cobrir a dívida e os juros da dívida, como é o caso dos investimentos na saúde (Senadza, Fiagbe e Quartey, 2018).

Por último, o descomprometimento com a educação, Seipel (1997) afirma que muitos países não estão verdadeiramente comprometidos com a educação o que contribui com a permanência da pobreza. Para Seipel (1997), a educação é a alternativa mais eficaz para aliviar e combater os altos índices de pobreza a longo prazo. E se tratando de alternativas e métodos estratégicos de combate a pobreza, Chibba (2008) informa que cada organização internacional e país tem a sua própria perspectiva de como melhor combater a pobreza, o que gera por vezes conflitos entre instituições internacionais e nacionais. De modo geral, Chibba (2008) indica que as políticas e teorias de combate a pobreza são diversas e ajustadas de acordo com as necessidades da população local.

Recentemente, os métodos que tem ganhado mais força e visibilidade como melhor método de combate à pobreza são os relacionados com a busca e alinhamento com os direitos humanos e liberdades individuais. Tal como é a Agenda 2030, as Metas do Milênio e as ODS. Em um estudo sobre isso, Bustillo-Pérez (2017) destaca que organizações internacionais, como a ONU, o Banco Mundial, e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD), são alguns dos corpos que buscam esse alinhamento.

Aliás, é contraditório porque essas mesmas organizações também estão alinhadas com as políticas neoliberais que contribuem com a proliferação da pobreza global. Deste modo, Bustillo-Pérez (2017) sugere que as políticas anti-pobreza mais eficazes serão aquelas contra-hegemônicas e orgânicas provenientes das esferas mais baixas da sociedade, políticas resultantes da ação de indígenas, pobres, imigrantes e demais vítimas do sistema excludente vigente.

Bustillo-Pérez (2017) chama a atenção para os movimentos sociais, e suas ações e políticas como caminho verdadeiramente viável para o combate à pobreza. Grupos que são caracterizados pela resistência ao sistema de injustiça há séculos na história (globalização, neoliberalismo, colonialismo, machismo, racismo e outros), que lutam pelo bem público na sociedade em seu sentido genuíno.

Pensar nos movimentos sociais como articulação com as políticas anti-pobreza é uma proposta que foge das contradições e desejos dos grandes capitais e organizações internacionais, e foca em ações concretas que possam realmente ter algum efeito positivo nas formas atuais de dominação que culminam na pobreza. Para isso, segundo o autor é necessário repensar o lugar dos movimentos sociais na história e na prática dos direitos humanos. Para Bustillo-Pérez (2017) a pobreza global e as desigualdades constituem um crime contra a humanidade e deve ser tratado como tal, não somente um assunto concernente às políticas socioeconômicas.

E assim sendo, questiona-se: quem são as vítimas da pobreza global? Castañeda *et al.* (2016) responde essa questão indicando que são àqueles que vivem nas zonas rurais, cuja maioria são jovens adultos entre 15 e 24 anos, que trabalham no setor agrícola. De forma mais específica, os autores mostram que em 2016, 44% da população pobre que vive linha da pobreza extrema tinham quinze anos ou menos. 15% da população pobre do mundo (adultos) não tem acesso à educação formal e entre 27% e 38% deles têm ensino secundário.

Em termos geográficos, de acordo com Mahembe e Odhiambo (2018), até 2015, 80% da população extremamente pobre, menos que U\$1,90 por dia, vivia na Ásia Oriental (região do Oceano Pacífico). Porém, a partir de 2015, em razão às políticas anti-pobreza que foram implementadas, a região passou a abrigar somente 4% da população extremamente pobre. Tornando então a África Sub-Saariana como a região mais pobre do mundo, do qual 35% de sua população vive com menos de U\$1,90 por dia, sendo a única região do mundo que ainda não alcançou as metas do milênio.

Por fim, com a pandemia, devido ano novo coronavírus, SARS-CoV-2, e os seus efeitos econômicos, políticos e sociais desencadeados em todo o mundo, os esforços e resultados já obtidos ao combate à pobreza foram gravemente atingidos. De acordo com o BM, até o fim de 2021, 150 milhões de pessoas serão empurradas para a extrema

pobreza (World Bank, 2020), comprometendo os esforços alcançados nos últimos vinte anos, ao aumentar o número de pessoas na linha da extrema pobreza. Número que vinha decrescendo desde 1998.

Porém, os especialistas acreditam que para voltar aos índices positivos de redução e combate a pobreza que havia antes da pandemia, será necessário ao menos quatro anos, ou mais em alguns países. A Ásia, por exemplo, que tinha por expectativa acabar com a extrema pobreza até 2030, vê-se agora com 21% da sua população na extrema pobreza (Kharas e Dooley, 2021).

Para concluir, existem diversas formas de se pensar, observar e agir sobre a pobreza e o desenvolvimento global. Aqui foram mobilizados diversos autores com diferentes pontos de vista e diferentes práticas de se lidar com tais tópicos e notou-se que muitas vezes eles não acordam entre si. Contudo, o que fica evidente e também o que se espera reter ao fim desse capítulo é entender que tanto a pobreza quanto o desenvolvimento são ferramentas de poder e são elementos essenciais na balança de poder global.

Tais têm servido para estabelecer políticas globais e, por vezes, defender interesses específicos que nem sempre dialogam com os discursos humanitários. E ao fim disso, ainda que pobres consigam migrar do *status* de extrema pobreza para pobreza moderada, não se libertam da pobreza. Não obstante, apesar do viés crítico às formas capitalistas de política e atuação, este trabalho também reconhece que apesar das falhas, o capitalismo, ainda que minimamente, tem vindo a cooperar com a redução da pobreza. Como mostra as taxas de redução de pobreza na Ásia antes da pandemia. O objetivo deste trabalho, apesar das críticas, não é para se opor ao capitalismo, mas sim repensar em como o capitalismo vem sendo usado para reduzir a pobreza global.

## Capítulo II – Economia Criativa: Desenvolvimento, Organização e Cultura

Para explorar e compreender as construções feitas e espaços ocupados pela EC na sociedade, este estudo entende que antes é necessário buscar o conceito de trabalho e suas significantes. Dando início ao tópico, Zucchetti (2016) aponta que o trabalho tem múltiplas conotações. A principal, segundo ela, é o trabalho como labor, ou seja, criação e/produção de algo. O trabalho também apresenta significações religiosas – forma de dominar a natureza e criar riqueza; e no imaginário – o ‘trabalho’ de parto, como coloca a autora. Ainda, Etges (1992, p.82) conceitua que, “o trabalho é um processo de exteriorização e objetivação do homem no mundo, pela qual ele assume o mundo e a finitude que este lhe opõe a sua vontade infinita”.

Martins (2000) explica que ao longo dos séculos, o conceito de trabalho fora moldado de acordo com as características da sociedade. Segundo o autor, na Antiga Grécia, por exemplo, Platão e Aristóteles viam o trabalho como algo negativo que envolvia somente a força física. Para estes, a dignidade do homem se dava por meio de sua capacidade de participar dos negócios da cidade. Contudo, sofistas como Hesíodo e Protágoras viam o trabalho como algo que criava riquezas e agradava aos deuses.

Martins (2000, p. 169) segue explicando que na época do feudalismo, o trabalho era considerado um castigo, não cabendo isto aos nobres, e sim aos servos. Ainda em tempos remotos, por diversos anos concentrou-se também a ideia do trabalho na imagem do escravo. Este, segundo o autor, “era considerado apenas uma coisa, não tendo qualquer direito [...] apenas o de trabalhar”. Ainda de acordo com o autor, é somente no século XV, a partir da introdução das corporações de ofício<sup>9</sup> que o trabalho começa lentamente a tomar uma perspectiva em direção ao que é hoje. Com as corporações de ofício, introduziu-se a ideia de aprendiz, mestre, salário, capacidade produtiva e estrutura hierárquica.

Com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial o trabalho transformou-se em emprego, com remuneração e nova cultura/visão sobre o significado de trabalho na

---

<sup>9</sup> De acordo com Pellin e Engelmann (2016, p. 374), as corporações de ofício eram: “[...] formações associativas de profissionais. Esses grupos de artífices ou mercadores se uniam em solidariedade e ajuda mútuas para o fortalecimento e expansão do comércio e avanço das cidades e, sobretudo, o desenvolvimento e crescimento das sociedades [...] durante o Sistema Feudal”.

sociedade (Martins, 2000). Neste sentido, o sociólogo espanhol Prieto (2012), expõe que já no início do século XX, havia uma perspectiva de trabalho nas economias centrais que seguia em torno de critérios como o estabelecimento de um salário e a centralidade dos trabalhadores por meio dos sindicatos. O trabalho passava agora a servir de elemento para legitimar um indivíduo na sociedade. E deste modo, como coloca Offe (1989), o trabalho tornou-se parte central na vida dos indivíduos, afetando diversas outras áreas (sociais, econômicas, políticas, afetivas, etc), emanando subseqüentes correlações, mudando a forma como os sistemas familiares, políticos, morais, religiosos e urbano funcionam.

Atualmente, com a ascensão do neoliberalismo, destaca-se a flexibilização laboral condicionando a uma modificação das normas, traduzindo-se em menos ofertas de emprego, contratos temporais e parciais, além de uma limitação no poder de proteção ao desemprego (Beck, 2010). Prieto (2012) entende que o resultado dessas ações contribui diretamente para uma segmentação e fragilidade dos postos de trabalho. O sociólogo acrescenta que, em paralelo a essa transição, a entrada das mulheres no mercado de trabalho rompeu com as formas tradicionais de mercado, acrescentando às atividades laborais os valores relacionados a diversidade de classe, raça e gênero. Assim, outros modelos de trabalho foram evidenciados e seu significado tornou-se polissêmico.

Em adição, Castillo (1998, p. 131) ao analisar os aspectos da modernidade sob a lente da Sociologia do Trabalho, evidencia que com a troca da mão de obra humana pela mecanização e robotização nas atividades laborais, “o trabalho já nunca mais será o que foi”. O autor concorda com a ideia de que a modernidade e globalização ressignificaram o que a sociedade entendia por trabalho e tal se caracteriza agora como algo fluido, disperso, invisível, desregulamentado, mas ainda assim, trabalho.

E como coloca Costa (2001, p.233), essa nova visão também colaborou para pensar o trabalho “no campo dos direitos humanos mais amplos, pavimentando e sustentando, na verdade, a criação de novos direitos”. Dessarte, é a partir desse contexto de novos modelos de trabalho e de uma sociedade pós-fordista, alicerçada nas políticas neoliberais que a EC se estrutura.

Assim, articular sobre EC é, como foi apontado, refletir sobre uma nova perspectiva de trabalho da pós-modernidade<sup>10</sup> e logo, ver-se-á que é também reaprender as relações entre sociedade, cultura e economia. Analisar e estudar as complexidades em torno da EC considerando estes aspectos mencionados, é um trabalho minucioso, que nesta pesquisa se inicia a partir do traço de uma perspectiva histórica, delonga-se em um enquadramento conceitual e segue para um ensaio das suas especificidades políticas, econômicas, estruturais e culturais da EC. Em um segundo plano, direciona o olhar para as narrativas (experiências) periféricas da mesma, buscando entender a sua dinâmica no quadro composto das desigualdades e pobreza, finalizando com um olhar atento às críticas em relação a tal. Ao fim, ter-se-á um cenário que exhibe a sua caracterização e relevância no plano local e global.

Dando início à análise a partir da perspectiva histórica, entre 1930 a 1940 a Escola de Frankfurt<sup>11</sup> introduz o termo *Cultural Industries* – Indústrias Culturais, cujo objetivo é a comunicação de massa, usando de aspectos artísticos e culturais, e legitimando-os como elementos capitalistas (UNDP e UNESCO, 2013), consagrando a primeira experiência em transformar cultura em valor econômico. O termo, porém, foi criticado por alguns grupos que viam com pessimismo a relação entre cultura e capitalismo (Schlesinger, 2017).

Posteriormente, em 1960 alguns analistas e estudiosos da área reconheceram que a relação entre as duas esferas não significava propriamente uma degeneração da cultura e da expressão cultural. Ao contrário, estudiosos passavam a enxergar tal relação como uma produção de bens culturais como um positivo impacto na sociedade (UNDP e UNESCO, 2013). Assim, figuras como Garnham no Reino Unido e Miège na França, dentre

---

<sup>10</sup> Perspectiva sociocultural para explicar os acontecimentos da globalização e seus efeitos na sociedade. Novos limites e estruturas internas foram contempladas na sociedade. Para Bauman (1995), se trata do desmantelamento e a ruptura com a época moderna e o questionamento para com a mesma. Uma época marcada pelo consumismo, tecnologia, pelas mídias e afins.

<sup>11</sup>A Escola de Frankfurt é a reunião de um grupo de teóricos europeus que se dedicou a estudar uma teoria crítica sobre a sociedade e os veículos de mídia na metade do século XX. Para eles, “A indústria cultural se refere sim ao processo social de transformação da cultura em bem de consumo tendo como plano de fundo uma sociedade imersa no capitalismo avançado. [...] Para os frankfurtianos, a cultura de mercado fez com que a subjetividade passe a se identificar com a posse dos bens; conseqüentemente, a satisfação das necessidades passa a estar muito mais relacionada com o ato da compra, uma vez que é o mercado que vai apontar quais são esses valores culturais que precisam ser “adquiridos”” (Mogendorff, 2012, p.155).

outros acadêmicos da época, desenvolveram uma visão política econômica marxista das indústrias culturais que tem como cerne central as mídias.

Abrangia-se a música, a arte, a escrita, as revistas, as rádios, a moda, o design, a produção televisiva e cinegráfica, onde além de simbolizarem expressivas significações culturais e sociais, também se caracterizam significativamente nos quadros econômicos (Schlesinger, 2017; UNDP e UNESCO, 2013). Em uma definição clara e sucinta do termo, a ONU define as Indústrias Culturais como “indústrias que combinam criação, produção e comercialização de materiais que são intangíveis e culturais” (UNCTAD, 2008, p. 11).

Como aponta Schlesinger (2017), a transformação político-econômica da cultura consolidou a base intelectual das indústrias culturais, instrumento que foi utilizado na época pelos formuladores de políticas como resposta ao declínio urbano e à desindustrialização em algumas regiões, como na França, por exemplo. Nesse percurso, no início da década de 1990 surge o termo *Creatives Industries* – Indústrias Criativas. Usado pela primeira vez na Austrália, cuja leitura define como o “estabelecimento de um setor mais largo, incluindo produção de bens e serviços produzidos pela indústria cultural e aquelas [produções] que dependem de inovação” (UNDP e UNESCO, 2013, p.20; UNCTAD, 2008, grifo nosso).

Prosseguindo nessa trajetória, em 1997-1998 o Governo Britânico liderado pelo Primeiro-Ministro Tony Blair utiliza o termo ‘indústrias criativas’ como ferramenta de marketing político, e colocando-o na agenda nacional do país, como um projeto político-econômico do Departamento de Cultura Mídia e Esportes (DCMS). O conceito se espalha para outros países para além do contexto anglo-saxão e se efetiva como um “novo objetivo político do qual a proposta é a maximização do impacto econômico” (Schlesinger, 2017, p.77).

Finalmente, é em 2001 que o célebre pesquisador inglês John Howkins menciona pela primeira vez na academia a Economia Criativa em sua obra *“The Creative Economy: How People Make Money from Ideas”* – A Economia Criativa: Como as Pessoas Fazem Dinheiro a Partir de Ideias, em tradução livre. O autor defende a ideia de que a EC se estrutura como uma alternativa ao tradicional desenvolvimento (trabalho e capital), estabelecendo um ecossistema que se considera o capital humano como criatividade e inovação para o desenvolvimento econômico. Então, nota-se que a EC tem



originalmente um conceito político e de *stricto sensu*, cujo objetivo é essencialmente econômico, mas que, no entanto, transborda para o cenário social (Howkins, 2001; Poli, 2016; Schlesinger, 2017).

Como elucida as Nações Unidas, “é um dos setores econômicos com o maior e mais rápido crescimento em termos de geração de renda, assim como criação de trabalho e exportação de bens” (UNDP e UNESCO, 2013, p.15). Ainda, a ONU afirma que “não há uma única definição de EC, trata-se de um conceito subjetivo que ainda está sendo formado”. Mas, que de modo geral, trata-se de uma economia que emerge com foco e atenção no papel da criatividade como força motora da vida econômica contemporânea e uma interface entre criatividade, cultura e economia (Giovinazzo e Williams, 2019; UNCTAD, 2008, p.15).

Contudo, na busca de teorizar uma definição mais próxima do que se designa a EC e as Indústrias Criativas, a primeira é lida como algo que

[...] pode promover a geração de renda, a criação de empregos e os ganhos de exportação, promovendo a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano; [...] É um conjunto de atividades econômicas baseadas no conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e conexões transversais nos níveis macro e micro à economia geral; é uma opção de desenvolvimento viável que exige respostas políticas multidisciplinares inovadoras e ação interministerial (UNCTAD, 2008, p. 4, grifo nosso).

Já as Indústrias Criativas (IC), dizem a respeito sobre os bens e serviços produzidos pelas indústrias culturais, no entanto, dependem da criatividade para inovação, pesquisa e técnicas de desenvolvimento (UNDP e UNESCO, 2013). É considerado como o “núcleo da economia criativa, e também [...] o setor mais dinâmico do comércio mundial” (UNCTAD, 2008, p. 4). Os campos que integram as indústrias criativas são: Literatura, Música, Arte, Performance, Filmes, Museus e Livrarias, Patrimônio Cultural, Publicação, Rádio e Televisão, Vídeo Games e Computadores, Produção Musical, Publicidade, Arquitetura, Design e Moda.

Todos esses campos apresentam em comum uma forma de produção e consumo cultural que dependem da inovação e da criatividade como princípio motor (Boccella e Salerno, 2016). Deste modo, as IC compõe o núcleo central da EC. Ainda, o relatório da UNCTAD (2008) diz que não há uma única definição de EC, portanto, esse estudo compreende que a EC é o dispositivo responsável por unificar as indústrias culturais em

um só segmento econômico, responsável também por analisar seus efeitos e impactos socioeconômicos.

Para finalizar a perspectiva histórica sobre a EC, em paralelo à publicação de Howkins em 2001, outros dois importantes acadêmicos americanos deram significativas contribuições na área. O economista Richard Caves em 2000 traz para as leituras uma análise sobre os produtos e bens criativos de modo a organizar a indústria criativa para o cálculo do sucesso e fracassos relativos a esse setor. Ao lado, o também economista Richard Florida teoriza sobre as classes criativas<sup>12</sup>, sendo estas compostas por grupos criativos que possibilitariam a transformação de cidades e regiões em zonas criativas (Schlesinger, 2017), contribuindo com a regeneração urbana.

De modo geral, a EC se concretizou nos âmbitos políticos, econômicos e sociais em diferentes partes e regiões do Norte e Sul Global. As indústrias criativas tornaram-se parte da agenda nacional do Partido Comunista Chinês (Schlesinger, 2017), também compuseram a proposta das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNDP e UNESCO, 2013) e ainda em 2000, as Indústrias Culturais e Criativas também assumiram espaços na agenda da Comissão Europeia. Então, uma vez que já fora exposto seu traço histórico e conceituação teórica, indaga-se: Por quê a Economia Criativa com suas Indústrias Culturais e Criativas se fazem importantes para a economia do século XXI?

Newbiggin (2010, p. 17) destaca alguns pontos essenciais para entender o papel que a EC criativa assume nas diferentes áreas. O primeiro ponto para entender isto, é a partir da fala de Edna dos Santos, chefe do Programa de Economia Criativa das Nações Unidas, que assegura que “todos os indivíduos do mundo, onde quer que estejam consomem produtos criativos diariamente, nos âmbitos da educação, trabalho, do lazer e do entretenimento [...] nos vestimos, ouvimos música, lemos jornais, assistimos TV, ouvimos rádio [...]”. Ou seja, é uma atividade econômica que faz parte do cotidiano da população mundial que reflete e influencia (novos) comportamentos entre os agentes

---

<sup>12</sup> De acordo com Haddad (1997), o conceito de classe nasce como um objeto de estudo da economia política, que em segundo plano se torna também objeto da ciência política e sociologia. Tem como marco inicial os estudos que Karl Marx desenvolve para entender as relações de produção. Sua intenção era compreender quais eram os grupos presente nesta dinâmica e como os mesmos se comportavam. A partir disso, o estudo de classe se amplifica para outras áreas de estudos, possibilitando compreender as novas dinâmicas sociais.

sociais. Ainda, Edna dos Santos acrescenta a EC também se lança como uma plataforma possível para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Outro ponto levantado por Newbiggin (2010), é o fato de que a criatividade é o núcleo da EC. E a criatividade é uma habilidade e característica da espécie humana que não está necessariamente atrelado a um recurso financeiro, mas sim a capacidade de ter ideias criativas e inovadoras. Assim sendo, é algo que é inerente a sexo, idade, nacionalidade, classe e outros marcadores sociais. Além disso, também é um recurso infinito, isto é, não existe limite a quantidade e/ou capacidade criativa de uma pessoa, podendo ser empregada quantas vezes for necessário, em diferentes contextos e formas. Portanto, é uma habilidade que pode ser usadas de diversas formas por diversos grupos, o que no final, agrega um valor imensurável. Neste sentido, como forma de proteger as ideias e criatividade das pessoas, junto a isto há a ideia de propriedade intelectual<sup>13</sup>, a fim de proteger e garantir segurança às ideias dos indivíduos.

Howkins (2001, p.8) explica essa situação do seguinte modo: “pessoas com ideias passam a ser mais poderosas do que pessoas que trabalham com máquinas, em muitos casos, essas pessoas são ainda mais poderosas que os próprios donos da máquina”. Portanto, a criatividade e a propriedade intelectual ocupam espaços ao topo dos processos de produção, que ao lado dos avanços tecnológicos estabelece o cenário de que ideias são capitalizadas e transformadas em *commodities*. Como colocado por Visoná (2017), a criatividade é uma tendência sociocultural na atualidade. Todavia, este estudo observa que com o avanço da EC, principalmente da EC por meio das mídias sociais, a criatividade começa a ser colocada como uma necessidade para inserção e perpetuação no mercado de trabalho.

Por último, Newbiggin (2010) explica que, no mundo globalizado, dominado por políticas neoliberais e pela evolução dos transportes, a EC permite que as empresas migrem constantemente para locais onde mão de obra seja abundante e barata, o que atribui um peso maior para os processos criativos e habilidades individuais que geram riqueza. Ao observar a sua trajetória histórica e as razões pela qual a EC vem se concretizando no mercado e na sociedade, em consonância, a exibição do seu valor,

---

<sup>13</sup> Barbosa (2010, p.10) explica que a propriedade intelectual “é a soma dos direitos relativos [...] à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico”.

importância e necessidade, entende-se que é indispensável o estudo da área. Assim como pensar na mesma como objeto de políticas públicas, e introdução da temática para a população em todos os níveis sociais, analisando seus impactos e consequências.

Falar de EC é então falar sobre os (novos) modelos econômicos, tecnológicos, ecológicos e sociais. Entender as novas formas de trabalho e como a sociedade e governos têm se colocado frente a isso, e adiante observar-se-á que é também falar sobre as novas formas de controle e domínio do capital. Ao fim desse recorte histórico e enquadramento conceitual destacando a importância da EC, cabe agora dedicar o olhar às implicações políticas, desenvolvimentistas e culturais ligadas à temática, dando espaço também para compreender como funciona a sua estrutura organizacional.

## **2.1 Economia Criativa, Dependência e Desenvolvimento**

Como citado anteriormente, Celso Furtado é um dos principais nomes para estudar as relações de dependência entre os centros e periferias desde a década de 60. Assim, em 1978 o autor escreve a obra intitulada “Criatividade e Dependência da Civilização Industrial”. Aqui, ele se ocupa de entender o que é uma civilização industrial para assim explicar o porquê de a periferia estar ligada a essas civilizações industriais de modo indireto e dependente mesmo após sua entrada no processo de industrialização, e no mercado de capital internacional.

Furtado observou que uma civilização industrial tem por característica “a transformação social que subordina a força física e a capacidade intelectual, criativa, à lógica da acumulação de riqueza [...]”. Isto é, a civilização industrial é uma organização do qual a “[...] acumulação, criatividade, técnica, cultura e padrão de consumo constituem-se em um mecanismo lógico fundador [...]” (Sawaya, 2008, p. 329). Assim, interpreta-se que Furtado coloca a capacidade criativa e intelectual como elementos chave nas sociedades industriais, o que conseqüentemente contribui para o progresso e o alcance do desenvolvimento das civilizações industriais.

Diferentemente, nas sociedades periféricas, o processo de industrialização aconteceu por meio de uma transferência de tecnologia e valores industriais. Um processo exógeno ao invés de endógeno (Pacheco e Benini, 2018), que desfavoreceu no alcance de uma modernização plena por parte dos países periféricos. Ou seja, Furtado

chama a atenção para pensar em como os valores centrais de uma sociedade são capazes de influenciar no desenvolvimento da mesma. De acordo com o autor, a “dependência não é senão um aspecto do desenvolvimento, e este [o desenvolvimento] não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo” (Furtado, 2008, p. 160).

Em adição a isto, Do Amaral Filho e Farias (2016) explicam que Furtado acredita que os indivíduos são e devem ser mais que puros capitais humanos e elementos de produção. Para ele, os indivíduos são os responsáveis por inventarem e expandirem os processos sociais, usufruindo de suas próprias capacidades intelectuais para alcançar tais feitos. Assim, a criatividade é uma capacidade intrinsecamente humana, presente em todos os indivíduos e extremamente necessária para confrontar os desafios e necessidades dentro das sociedades industriais, e assim, criar novos meios e produtos desenvolvimentista.

Portando, entende-se que Furtado acredita que os valores da criatividade que já são presentes na essência humana devem ser empregados para alcançar o desenvolvimento e encerrar a dependência. É importante lembrar que, a tese de Furtado é muito anterior ao conceito e formulação da ideia de EC. Contudo, seus ensaios contribuem para entender o lugar da criatividade na sociedade industrial nos países em desenvolvimento, o que conseqüentemente, contribui para entender a atuação da EC nestes locais. Então, de acordo com Furtado, é necessário entender a criatividade e trazê-la para o cerne do debate como aquela que é capaz de criar uma cultura genuína de desenvolvimento tecnológico e emancipação das economias nacionais.

A criatividade foi o insumo utilizado durante a Revolução Industrial para promover o avanço tecnológico e a ampliação das prospecções científicas e humanas, e continua a ser utilizada pelos países do centro como ferramenta de domínio e controle da periferia (do Amaral Filho e Farias, 2016; Sawaya, 2008). Assim, baseado no que Celso Furtado expressa sobre criatividade, dependência e desenvolvimento, pode-se compreender as razões pela qual alguns cientistas sociais e econômicos analisam-se a EC atualmente como potencial alternativa para alcançar a transformação social e a obtenção de tecnologia em países subdesenvolvidos.

Retornando ao relatório da UNCTAD (2008), que embora reconheça que nos países em desenvolvimento a EC não tenha exercido plenamente a sua capacidade

econômica e laboral da EC em razão dos défices e barreiras governamentais e socioeconômicas que estes países já enfrentam, o mesmo destaca que a EC apresenta um significativo potencial para trabalhar no alcance de seis das oitos Metas do Milênio. Inicialmente defendendo a capacidade da EC como meio de mitigar a pobreza e a reduzir as desigualdades.

A UNCTAD acredita que por se tratar de um segmento econômico do qual se baseia na cultura como insumo para a produção econômica, pressupõe que todos da comunidade local, por estarem sob o mesmo arcabouço cultural, independentemente do *status* social, todos serão impactados positivamente. Também observam que a EC facilita no desenvolvimento de pequenos negócios que são capazes de contribuir significativamente com a redução da pobreza e desigualdade, e que além de oferecerem a possibilidade da geração de renda, também oferecem a empregabilidade que permite conciliar família e obrigações locais.

A organização também indica a EC como caminho a promover a igualdade de gênero. A produção de bens e serviços criativos, tal como o artesanato e a culinária, por exemplo, é uma oportunidade para as mulheres participarem ativamente de modo econômico e cultural em sociedade. Reforçando a ideia de que pela EC também se enxerga a possibilidade de gerar estratégias de desenvolvimento sustentável. Por apresentar uma produção de bens e serviços que, na maior parte das vezes, é voltada para o campo microeconômico com menor impacto ambiental em uma escala global. A EC contribui para diferenciar as estratégias de inovação de desenvolvimento sustentável, além de permitir o avanço da consciência cultural, o engajamento cívico nos processos de desenvolvimento, e a promoção da diversidade cultural.

Em seguida, acredita-se na potencialidade da EC de incentivar parcerias globais para o desenvolvimento, uma vez que estimula a cooperação entre as nações Norte-Sul, mas principalmente as relações internacionais entre o Sul-Sul. Por último, chamam atenção para a inclusão social da juventude e a sua função no acesso aos novos meios de comunicação da era tecnológica.

No primeiro, através da arte e das atividades culturais espera-se o maior engajamento da juventude que muitas das vezes sofre com o desemprego e encontra nesse mercado uma opção para o desenvolvimento de habilidades profissionais. No

segundo, a EC está intimamente relacionada com o uso de novas tecnologias, principalmente, tecnologias de comunicação, como meio de propagação de bens e serviços. Assim, o uso e o avanço da EC em países em desenvolvimento significa também a abrangência dessa tecnologia. De modo geral, a UNCTAD acredita e defende a EC nos países em desenvolvimento como

fonte de geração de emprego, crescimento econômico, exportação de bens e ao mesmo tempo, a promoção da inclusão, diversidade cultural, e desenvolvimento humano [...] a EC tem um recorte que se conecta com a econômica no nível micro e macro, o que consequentemente alcança a dimensão desenvolvimentista. Apresenta a criatividade, ao invés de capital, como o principal condutor [econômico], a EC se mostra como a opção mais factível e estratégia de desenvolvimento mais orientada para a obtenção de resultados em países em desenvolvimento (Santos-Duisenberg, 2008, p. 58)

Demais pesquisadores como Bilan *et al.* (2019), Schultz e Gelder (2007), e Suryanata (2018) também acreditam na EC e as suas indústrias criativas como a melhor opção para os países em desenvolvimento em razão da riqueza cultural que estes países têm. E assim, por essa compreensão e crença na EC ser um caminho factível para alcançar o desenvolvimento socioeconômico, observa-se que diversos países periféricos têm realizado programas de implementação e fomentação da EC nos níveis nacionais e locais.

Dito isto, em uma perspectiva do ponto de vista do desenvolvimento local – das cidades, Scott (2010) trabalha sobre a ideia das cidades criativas que são constituídas e planejadas considerando os aspectos da EC e das indústrias criativas, tão quanto da abrangência das facetas da globalização nos diferentes níveis sociais. Para ele, a EC é também um motor do desenvolvimento urbano e cultural de uma cidade, além de introduzir rendimento, geração de novos postos de trabalho e, em alguns casos, conduz à abrangência turística na região.

Para ele, as cidades são os locais que oferecem condições apropriadas para a ampliação das habilidades técnicas dos trabalhadores criativos. Ainda defende que a presença da EC nos espaços urbanos permite uma sinergia criativa, promovendo a integração de projetos multidimensionais que reflete em vários aspectos da economia local e o desenvolvimento de outras infraestruturas que contribuem positivamente para o desenvolvimento local.

Capello *et al.* (2020) contribui com esse estudo colocando que, de modo geral, a cultura e o patrimônio cultural de uma sociedade são subestimados em seu papel e contribuição para o desenvolvimento econômico. Porém, para eles, ambos os fatores são hábeis para gerar um positivo impacto socioeconômico. Waitt e Gibson (2009) ainda afirmam que a EC também pode atuar como modo de regenerar o desenvolvimento urbano das pequenas áreas a partir da intersecção e qualidade dos projetos desenvolvidos. Outros reconhecidos autores acadêmicos como o australiano David Throsby e o inglês John Howkins, já citado anteriormente, são enfáticos e diretos em afirmarem que a EC é um novo modelo de desenvolvimento. Para eles, um modelo alternativo ao desenvolvimento tradicional (Howkins, 2001; Poli, 2016), acordando com o posicionamento da UNACTD.

Para concluir, observa-se que o pensamento da criatividade e inovação como o cerne para o desenvolvimento urbano tão quanto para o desenvolvimento endógeno de uma sociedade é amplamente discutido no cenário acadêmico e político-econômico, e visto como um caminho viável para o desenvolvimento de sociedades. É verdade que de fato que existe uma íntima ligação entre o capital cultural<sup>14</sup> de um povo e a sua capacidade desenvolvimentista. Contudo, também se recobra a necessidade do estabelecimento de uma infraestrutura para que as ideias possam sair da teoria e entrarem em prática. Isto é, embora a EC tenha como principal insumo a criatividade, é fundamental que também haja investimento público e privado para promover uma estrutura adequada.

## **2.2 Economia Criativa e Cultura**

É possível refletir sobre Cultura a partir de dois modos: no primeiro modo onde se busca observar a cultura como o elo social de um grupo, cujos hábitos, arte, tradições, história e costumes de um povo são usados para uni-los e integrá-los. De outro lado, reflete-se na cultura como um “documento de barbárie” (Löwy, 2011).

Löwy (2011) ao explicar o que pensa Walter Benjamin, relata que, para Benjamin, a cultura é consagrada a partir de elementos da luta de classe, de gênero e de raça, e resultante do trabalho das minorias sociais, tal como o trabalho operário,

---

<sup>14</sup> Capital cultural é de acordo com Bourdieu (1986) os recursos e/ou competências culturais e educacionais que podem ser convertidas em capital econômico.



camponês e escravo. Com isso, bens culturais, tradições e demais surgem da injustiça e da opressão dos indivíduos e se consolidam como símbolos nacionais. Para exemplificar esse pensamento, cita-se o Arco do Triunfo em Paris que celebra as vitórias imperiais.

Tendo isso posto, quando pensamos na EC e na cultura a partir dessas duas perspectivas, vemos que a mesma pode ser ambígua e ter diferentes significados sociais. A mesma cultura que serve para exaltar conquistas e história, também revela a exclusão e alienação de povos minoritários. Contudo, para Garewal *et al.* (2005) a cultura exerce um papel importante para o desenvolvimento urbano, preservação e resgate de tradições nas sociedades modernas. Giovinazzo e Williams (2019) evidenciam que a EC tem sido responsável por reacomodar a cultura no centro da esfera pública e econômica do cenário global.

A EC também tem promovido a intersecção da cultura com as esferas políticas, sociais e econômica. Contudo, ao trazer a cultura para o cerne do cenário econômico, questiona-se sobre o acesso que as sociedades periféricas têm aos diferentes níveis e tipos de cultura. De acordo com Giovinazzo e Williams (2019), em muitos países em desenvolvimento ainda existe uma lacuna no investimento e elaboração de uma infraestrutura que permita que as diversas classes sociais de uma comunidade tenha acesso igual a todos os arranjos econômicos culturais.

Stern e Seifert (2008) observam o impacto da cultura sobre a perspectiva da arte informal, analisando a relação da mesma com a EC e os seus efeitos na comunidade. Eles explicam que a arte informal está relacionada com a economia informal, onde artesões e artistas atuam sob a lógica dos subempregos como meio de criação de renda. De acordo com eles, a arte informal nos centros urbanos está diretamente associada com a presença de imigrantes e outras minorias sociais que veem nesta a possibilidade de garantir suas rendas.

Em uma pesquisa etnográfica feita no Vale do Silício e Chicago, notou-se que grupos de mexicanos imigrantes na região utilizam os recursos artísticos para se integrarem socialmente e terem renda, ampliando suas redes de contato e fortalecendo a relação entre os membros da comunidade. Ainda, a cultura para esse perfil de comunidade é a que coopera para a melhoria na qualidade de vida, além de promover a diversidade étnica no centro urbano.

Capello *et al.* (2020) reafirmam que as heranças culturais de uma comunidade agem como fonte de inspiração e recurso criativo para o desenvolvimento de atividades econômicas e promoção do desenvolvimento socioeconômico. Somado a isso, a UNCTAD (2008) também relembra que a cultura é fundamental para o processo de formação e preservação identitária da comunidade. A cultura é responsável por produzir a singularidade nas comunidades, que conseqüentemente agrega um valor intangível aos seus bens econômicos, contribuindo para a diversidade da EC.

Em uma visão mais crítica sobre a interação financeira e cultural presente, embora Jameson (2001) não esteja falando especificamente sobre a EC, o autor chama a atenção para o fato de que, com a globalização e as mudanças capitalistas ocorridas nos últimos tempos, a cultura tem estado a serviço do dinheiro. Ele explica que a cultura não é mais a expressão social dos conflitos e sínteses sociais. A cultura, para ele, é a forma de capitação de massa que tem como fim a expansão do lucro.

Para concluir, é verdade que falar de cultura é algo complexo, uma vez que tal se articula de diferentes modos e formas, em seus diversos significados, impactos e percepções para uma sociedade, e neste estudo não se tenciona explorar todas as suas complexidades. No entanto, neste subtópico buscou-se entender que a cultura está no cerne da EC, e também é um elemento que contribui na promoção de renda, inclusão e desenvolvimento.

Deste modo, a cultura também tem um papel importante na agenda desenvolvimentista. E como foi dito, a EC tem sido responsável por resgatar e destacar o papel e a importância que da cultura no contexto socioeconômico, uma vez que como Sen (2004) coloca, sociólogos, antropólogos, economistas e historiadores não têm dado a devida atenção à característica desenvolvimentista que a cultura pode exercer.

### **2.3 Economia Criativa e Sua Organização Estrutural**

Dando procedência à compreensão dos aspectos da EC, direciona-se o olhar para entender como tal se estrutura de modo organizacional. Poli (2016) explica que a EC é fortemente caracterizada por pequenos e médios empreendimentos com profissionais autônomos. Destaca-se também o papel fundamental dos *hubs* e *clusters*

criativos que serão discutidos e ilustrados a seguir. Florida (2005) também colabora para entender a estrutura da EC ao desenvolver a ideia de classe criativa elucidando sobre seus efeitos e impactos práticos no meio urbano e no próprio desenvolvimento da EC.

Sobre a característica de micro e médias empresas e profissionais autônomos, Poli (2016) explica que o setor se organiza deste modo em razão dos baixos custos de produção, da temporalidade dos projetos desenvolvidos, tão quanto da ausência de recursos para a expansão empresarial, fatores que também cooperam para a informalidade da EC. A autora ainda destaca que este é um ramo econômico ocupado por uma maioria de jovens que busca alcançar uma carreira cultural e artística. Grupo que na maioria das vezes, quando há um cenário de escassez de capital econômico, são os mais afetados com o desemprego. Deste modo, esse grupo de empreendedores culturais, seja por micro e médias empresas ou profissionais autônomos, tem a necessidade de trabalharem em rede, o que nos leva ao conceito de *hubs* e *clusters* criativos.

Por *clusters* criativos, Johnston (2019) e Knop e Olko (2017) definem como um aglomerado geográfico ou digital de empresas criativas que cooperam entre si. Um local onde existe uma mutualidade entre as empresas a fim de propor um ambiente cultural e econômico favorável aos negócios, reduzindo o custo de transações, e promovendo o aumento da competitividade local. Um *cluster* pode ser um bairro, uma região, ou outra localidade específica, e apresentam por princípio o compartilhamento de conhecimento e rede de contatos.

O bairro Soho em Londres é um exemplo ilustrado por Newbiggin (2010). O bairro apresenta pequenas empresas que trabalham com a indústria cinematográfica e midiática, do qual na década de 90 transformou-se em um consórcio a fim de competir por contratos para empresas cinematográficas maiores, como as localizadas em Hollywood. Atualmente, o bairro cedia uma das maiores empresas de produção de imagens geradas por computador, a CFC Framestore. Ao lado, há os *hubs* criativos. Pratt et al. (2016) colocam que os *hubs* criativos são espaços cuja criatividade é o centro da atividade atraindo pessoas, negócios, engajamento comunitário e estabelecendo relações entre cultura, criatividade e tecnologia.

A priori essa definição pode se confundir com a definição de *clusters* criativos. Porém, o autor explica adiante que enquanto os *clusters* são vistos como uma política e arranjo industrial, os *hubs* são enxergados como espaços culturais, mais relacionados

com a interação da população. Um dos principais focos dos *hubs* é oferecer serviços culturais, além de transferir e produzir conhecimentos culturais na sociedade (Pratt *et al.*, 2016; Virani, 2015).

Assim, as pessoas que estão envolvidas na EC por meio dos *clusters*, *hubs* e outras formas de engajamento formam uma “classe criativa”. Florida (2005), autor americano responsável pelo desenvolvimento deste conceito, descreve que a classe criativa diz respeito àqueles que trabalham no setor criativo criando novas formas e significados de produção e consumo. Florida esclarece que dentro desta classe se destaca os cientistas, engenheiros, professores universitários, romancistas, poetas, artistas, comediantes, atores, designers, arquitetos, escritores, figuras culturais, pesquisadores, analistas, e outros formadores de opiniões.

Também cita os profissionais do setor tecnológico e de negócios. Por fim ressalta que se trata de uma classe em expansão, um grupo que é pago para trabalhar diretamente com a produção e desenvolvimento da criatividade, que atualmente representam 38.3 milhões de norte-americanos, por exemplo. Poli (2016) resume o conceito de classe criativa como todos àqueles que empreendem algo novo que esteja ligado à criatividade.

Então, a fim de concluir este tópico e capítulo, observou-se que a EC é em primeiro lugar analisada e interpretada como uma política de desenvolvimento que apresenta como ponto de partida a criatividade e a cultura como insumos para consumo, produção e desenvolvimento. Neste sentido, de fato a EC tem sido a responsável por retomar a cultura como uma ferramenta socioeconômica, capaz de criar um movimento orgânico sobre a importância da cultura no mundo globalizado e interconectado.

Também se viu que a EC se estrutura principalmente a partir do método de conexão de rede entre pessoas e empresas, do qual por meio dos arranjos locais adquirem mais força para ampliarem seus trabalhos culturais. Finalmente, compreendeu-se que classe criativa diz respeito à força de trabalho que compõe a EC, sendo considerado todos aqueles que empreendem algo novo e criativo.

## **2.4 Economia Criativa no Sul Global: Narrativas Periféricas**

Assim, tendo exposto todos os pressupostos e expectativas em relação à EC, e lembrando que este estudo analisa a EC nos países em desenvolvimento, observa-se a

seguir os exemplos da EC nos países periféricos, notando seus impactos no combate às desigualdades e no alívio da pobreza. Um estudo realizado sobre a EC na China, os autores Liu e Xie (2013) explicam que o país apresenta um profundo crescimento econômico nos últimos anos, tornando-se o maior exportador de bens criativos em 2005, onde talento, inovação e empreendedorismo assumem um importante papel na economia chinesa.

Entretanto, os autores afirmam que ao lado dessas conquistas, a China também tem se caracterizado como uma das economias com maior disparidade de renda. Assim, os autores questionam se haveria uma relação direta entre a ascensão da EC e o crescimento das disparidades de renda nas regiões urbanas do país. Liu e Xie (2013) relataram em sua pesquisa que, devido ao acelerado crescimento e uso da tecnologia nas indústrias criativas, houve uma necessidade de formar e trabalhar com uma mão de obra muito especializada, refletindo no aumento desproporcional do salário deste grupo em específico.

Devido a essa diferenciação, Liu e Xie (2013) afirmam que ao fim, a média dos salários dos trabalhadores da EC na China além de serem maiores que de trabalhadores de outros ramos, também foi a renda que cresceu mais rápido entre 1998 e 2008. Contribuindo diretamente para as desigualdades de renda nas cidades analisadas. Liu e Xie (2013) destacam que as desigualdades salariais são infelizmente observadas em diversos centros criativos ao redor do mundo, sendo um produto resultante da EC.

Assim, os autores baseando-se nos estudos de Florida, concluíram que onde há a consolidação da EC, há também um aprofundamento das desigualdades. Outro estudo realizado por Hariri e Kassis (2017) para analisar a EC em Marrocos, Tunísia, Egito, Palestina e Líbano, evidencia que cada um desses países apresentam diferentes características e principais produtos na área. Os autores destacam que de modo geral, nesses países, a EC ainda não tem grande expressividade e, exceto a Tunísia, os estímulos destinados à área da cultura não chegam a 1% do investimento público. Os artistas locais se sustentam majoritariamente de fundos internacionais.

Porém, com a possível mudança na distribuição de donativos internacionais, dando preferência para causas humanitárias e efeitos da pandemia (2020), artistas independentes e ONG's ligas à área da cultura, podem vir a sofrer profundas alterações

em capital disponível. Em paralelo, Hariri e Kassis (2017) destacam que em razão a uma predominância dos postos públicos no mercado de trabalho nos países em tela, com exceção do Líbano, muitas universidades não ensinam habilidades voltadas para a área da EC. Por exemplo, ensino de empreendedorismo, mídias sociais, criatividade online e outros, o que condiciona a uma falta de mão de obra especializada nessa área. Também ainda são poucas as políticas voltadas para a regulamentação de artistas e trabalhadores da EC, o que resulta em baixos salários e trabalhos informais.

Revelando um cenário mais otimista, um estudo feito no Brasil por Maimon, Carvalho e Afonso (2014) na favela da Mangueira no estado do Rio de Janeiro, onde vivem cerca de quinze mil pessoas. O estudo identificou que em razão da realização da Copa do Mundo em 2014, foram realizados alguns programas de moradia e infraestrutura na favela. Não obstante, o complexo da favela também é um dos principais palcos da maior e mais antiga festa brasileira, o Carnaval. Igualmente, o local atrai incentivos à cultura e conseqüentemente, o estabelecimento de estruturas cabíveis para o desenvolvimento da EC. Os autores mapearam as iniciativas de EC na favela e identificaram 21 iniciativas, entre Museus, Escolas de Samba, Escolas de Música, Produção e Gestão Cultural, etc.

A pesquisa revelou que os estabelecimentos são, em sua maioria, sustentáveis a partir de patrocínio privado e prestação de serviços e/com venda de produtos culturais. Com isso, os autores finalizaram que o desenvolvimento desse setor, principalmente os estabelecimentos ligados ao Carnaval, alavancam a produção artística além de atrair o turismo para a região.

Na Indonésia, especificamente em Bali, uma pesquisa apontou o uso estratégico da EC por parte do governo como meio para aliviar a pobreza local. De acordo com o pesquisador responsável, Suryanata (2018), o governo desenvolveu por meio da EC o empoderamento/desenvolvimento comunitário. Por meio do ensino de habilidades e competências criativas à comunidade, e o investimento no setor criativo, os cidadãos tiveram acesso ao aperfeiçoamento da mão de obra o que lhes permitiam trabalhar para si próprios ou para outros. Uma estratégia que não depende da geração de emprego em massa e consegue alcançar eficiência mesmo com poucos recursos.

Por último, Sanches *et al.* (2016) mostram a experiência da EC no arquipélago de Cabo Verde. Os autores destacam que o setor cultural em 2016 empregava 10,6% da força de trabalho do país, onde 58% destes trabalhadores exercem um serviço informal, enquanto 42% estão empregados formalmente. O país que historicamente já se apoia no turismo e na cultura como meio de renda local da população, enxerga então na EC uma resposta à diminuição das desigualdades e pobreza, além de fomentar o crescimento econômico e o reforço a competitividade nacional. O carnaval e o *Krioll Jazz Fest* (KJF), são algumas das referências de manifestações culturais atreladas à EC no país.

Embora a EC seja colocada pela UNCTAD (2008) como uma oportunidade de crescimento econômico e meio de alcance das Metas do Milênio, como o alívio da pobreza, os cenários acima evidenciam que a EC apresenta contribuições significantes, porém, não são mudanças estruturais que possam inverter a lógica da pobreza e da desigualdade na periferia. Isso se dá, primeiramente, devido a uma insuficiência estrutural e/ou apoio governamental para o desenvolvimento da atividade, mas principalmente porque a EC faz parte da lógica ligada ao funcionamento do capitalismo neoliberal, onde produção de riqueza e pobreza fazem parte da mesma “moeda”.

Como evidência um relatório mais atual sobre a EC divulgado pela UNDP e UNESCO (2013) é objetivo afirmar que a EC é também caracterizada pela desigualdade. Esclarece que há uma dominação de recursos e força de produção. Richard Florida também reconhece que o crescimento da “classe criativa” tem contribuído para o crescimento das desigualdades econômicas (Stern e Seifert, 2008). Como já dito no primeiro capítulo, falar sobre pobreza e desigualdade é sobretudo entender que tais estão vinculadas ao sistema capitalista. Giddens (2006) ressalta que é o resultado inevitável do sistema de livre-mercado. Rousseau (1754) esclarece que é por meio da lógica de propriedade privada, divisão de bens, poder, regulamentação e diferenciação entre os sujeitos que se dá as desigualdades.

Marx [1890] (2017), exprime que a acumulação primitiva na sociedade se inicia no período feudal, e se solidifica na Revolução Industrial, configurando o atual desenho social das relações de capital e poder. As desigualdades da acumulação de capital segundo ele, “datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender se não a si mesma” (Marx, 2017, p.435). Carvalho (2018) descreve que a exploração da classe trabalhadora é o elemento

principal para a perpetuação das desigualdades e geração de pobreza. Afinal, a lógica por trás da manutenção e expansão do capitalismo é o acúmulo de riqueza por parte da burguesia, que acontece por meio da exploração dos trabalhadores.

E apesar das décadas que separa as afirmações destes pensadores e a realidade do início do século XXI, Silva (2005, p.8), expõe que as desigualdades são atualmente um “pré-requisito das sociedades modernas, cujas consequências negativas poder-se-ão minorar, mas nunca eliminar ou erradicar no quadro do capitalismo”. Ou seja, o capitalismo é versátil e se reestrutura de acordo com o ambiente, mas continua a reproduzir desigualdades, pois tal faz parte do seu núcleo. Não é possível gerar riqueza sem consequentemente gerar pobreza, e assim é também a EC, que pode vir a gerar renda, mas também é uma das responsáveis pela precarização da mão de obra.

Crocco (2017) relata que no final do século XX, com a crise mundial em 1970, o modelo de trabalho taylorista/fordista perde força e faz com que o capitalismo reinventasse o seu *modus operandi*<sup>15</sup>, sem perder, no entanto, sua essência de acumulação de riqueza. Assim, a transformação do capitalismo tomou proporções nas esferas produtivas, organizacionais e na dominação social. O capitalismo então se apoia nos elementos da imaterialidade, da informação, da comunicação, do símbolo, e da cultura. É um novo espectro socioeconômico e político do capital.

Crocco (2017, p. 154) acrescenta que antes o capitalismo se centrava na indústria e no Estado para a dominação central do capital, agora, no entanto, com a chegada do neoliberalismo, o capitalismo direciona o seu olhar para o indivíduo como instrumento de poder. “[...] o projeto ideológico capitalista promoveu o culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador em apologia ao individualismo”. Porém, esse novo olhar para o indivíduo não significa uma solidariedade coletiva ou uma mudança de base social. Se constitui, na verdade, da exploração e alienação do trabalho pela via individual, do qual os domínios artísticos e culturais aparecem como suporte à essa nova via de exploração e acumulação de capital. A Economia da Cultura, como o autor coloca, é o recurso do capitalismo contemporâneo.

---

<sup>15</sup> *Modus operandi* faz parte do conceito da praxiologia como método desenvolvido por Bourdieu. O termo significa processo, e é empregado para pensar nos mais complexos processos sociais (Freitas, 2012).



Meira, Costa e Sarria (2016) acrescenta que nessas formas neoliberais de atuação do capitalismo, que se sustenta nos elementos da imaterialidade, da informação, da comunicação e etc, confere ao capitalismo uma característica pluralista, onde por meio disto, converte os conflitos sociais em problemas de escolha dos indivíduos. Neste sentido, o pluralismo segundo Meira, Costa e Sarria (2016) condiciona a ideia de que temos todos os mesmos direitos políticos, e ambas as concepções, juntas eliminam o discurso da luta e divisão de classes.

O que também colabora com a perpetuação do falso pensamento de que a globalização é um processo homogêneo e harmonioso entre os sujeitos, atingindo a todos do mesmo modo (Estanque, 2001). Isso abre espaço para aprofundar a ideia do empreendedorismo como o caminho que leva ao sucesso dos indivíduos e à pacificação social das desigualdades no país. Assim, por meio da lógica neoliberal, a responsabilidade de formação de capital, geração de renda e emprego se desloca. A função que antes era responsabilidade do Estado, passa para o indivíduo, tornando-o responsável pela sua própria sobrevivência. É a figura do microempreendedor. No entanto, correlato a essa deslocação, encontra-se a precarização e vulnerabilidade da atividade econômica individual, que contribui para a desigualdade e pobreza.

Portanto, o capitalismo desloca as funções, mas a base de exploração e maximização dos lucros com pouca participação do Estado permanece a mesma. E é neste cenário onde a EC encontra fundamento para se estabelecer e consolidar ao nível mundial. Para os autores críticos, é uma ferramenta aprimorada que nasce com o enfraquecimento da indústria manufatureira e cria valor na diversidade cultural. Crocco (2017) segue falando que a EC tem a vantagem de agregar todos os setores da economia sob sua égide de atuação, uma vez que a criatividade está presente nos mais diversos tipos de indústrias, o que amplifica as chances de empreendedorismo e produção de capital cultural em setores diversos. Infelizmente, há poucos estudos que tragam análises abrangentes, com uma visão global, sobre os impactos EC focados exclusivamente na redução da pobreza.

As poucas pesquisas disponíveis apresentam um recorte e/ou análise muito específica de um dado segmento, ou sociedade. O que faz com que este estudo seja um significativo contributo para o estudo do campo. Dessarte, atenta-se então às atuais

críticas do campo econômico e seus desafios para entender mais a fundo sobre EC e o alívio da pobreza.

## **2.5 Críticas à Economia Criativa: Precarização Laboral e Políticas Neoliberais**

De Peuter (2011) assinala que a EC trata-se, na verdade de uma composição do capital contemporâneo que se centra no trabalho imaterial. Uma política que é exibida como um novo caminho para o desenvolvimento, onde indústrias e governos adotam políticas para a anexação deste em suas economias, e o trabalhador precisa ser a todo custo criativo qualquer que seja a sua posição laboral. A EC para ele é também uma fonte de insegurança financeira e social promovida pela flexibilização do mercado. É configurada pela instabilidade, aumento da carga horária diária de trabalho, incerteza sobre empregabilidade e ausência de representação coletiva. O autor por fim ainda afirma que a forma tradicional de trabalho, aos poucos, será uma exclusividade ao privilegiado grupo de homens brancos do norte global. Ao Sul Global se destina as formas mais precárias de condições de trabalho. Deste modo, consolida-se a primeira e principal crítica à EC, a precarização e flexibilização laboral.

Contratos de curta duração, *freelancing*, empregos de meio período, atividade autônoma, e outras variações da flexibilização laboral são algumas das características da era ‘pós-fordista’ como coloca De Peuter (2011). Atributos que, no seu entender, possuem profundas ligações com o trabalho cultural. Ao lado do que De Peuter argumenta, Crocco (2017) diz que, em um primeiro olhar, esse modelo de trabalho soa como algo versátil, moderno e adequado ao novo perfil da sociedade contemporânea. Isso também induz a ideia de liberdade, independência e governo de si próprio, o que, na verdade, trata-se de uma ‘governabilidade neoliberal’.

Sobre tal perspectiva, Lorey (2011) retrata sobre a subjetividade da precarização laboral, o que ela chama de ‘auto precarização’. O conceito é baseado na livre decisão de escolha, que tem uma ambivalente correlação entre empoderamento e subjugação. Descende de movimentos sociais que buscam a emancipação e superação da dominação patriarcal que se estabelece nos domínios de trabalho e remuneração. Contudo, essa lógica tornou-se o combustível dos novos mecanismos do mercado e do capitalismo neoliberal, atuando em favor da precarização e flexibilização dos indivíduos. Em suma, no mercado da EC encontramos trabalhadores que

possuem trabalhos temporários, buscam empregos temporários, ganham a vida em projetos e de contratos de trabalho de vários clientes simultaneamente e de clientes consecutivos, principalmente sem qualquer subsídio de doença, férias pagas ou seguro-desemprego, sem proteção contra despedimento sem justa causa - basicamente com proteção social mínima ou nenhuma (Lorey, 2011, p. 86).

Assim, com esta primeira crítica, o que fica evidente é que a reestruturação do capitalismo passa pela reestruturação da forma de trabalho, e essa reestruturação tende a enfraquecer o *modus operandi* dos trabalhadores e das economias formais. Porém, falar sobre trabalho informal em países periféricos é uma temática complexa, que exige, uma visão mais ampla sobre tal.

Nesta seara, observamos o que Giddens (2004, p. 268) retrata sobre as exclusões sociais sofridas por parte da juventude, grupo que mais atua no mercado da EC, e coloca o mercado de trabalho como um dos principais motivos para essa exclusão. Afirma que “o mercado de trabalho para os jovens é menos seguro do que o que já foi”, os empregadores exigem cada vez mais a profissionalização, porém, há uma significativa parcela de jovens que estão fora da área da educação que acabam em desvantagem para estar em par com as necessidades do século – capacitação. Então, nesse cenário, se acentua os empregos informais<sup>16</sup>.

De acordo com Afonso *et al.* (2015), é a partir dessa economia baseada no trabalho informal que é possível a sobrevivência de pequenos negócios apresentando um relativo impacto significativo na pobreza. Contudo, Afonso *et al.* (2015) também alerta que a ausência de proteção formal designa um risco e vulnerabilidade ainda maior para àqueles que já se encontram em situação de marginalização.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2017 a juventude representava mais de 35% da população desempregada de todo o mundo, aproximadamente 70 milhões de jovens ao redor do mundo. Nos países emergentes e em desenvolvimento, o relatório apresenta que, em 2017, 39% dentro dos 160 milhões de jovens trabalhadores vivem em pobreza extrema ou moderada, com menos de 3,10

---

16 a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005, p. 7) define como: [...] “todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidos, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou impor encargos excessivos”.

dólares por dia. Acrescenta que esses jovens, três em cada quatro estão no emprego informal em comparação com três a cada cinco adultos (International Labour Organization, 2017).

E é neste cenário que se coloca a segunda crítica à EC, a elitização do setor e exclusão das camadas mais baixas da sociedade. Oakley (2016) enfatiza que pessoas com menor poder aquisitivo estão sub-representadas nos cargos criativos. A maioria dos estágios no setor não contam com remuneração, o que afasta pessoas da classe baixa a ocuparem espaços no mercado cultural, pois é muito improvável que estes possam se sustentar com um trabalho não pago. Em soma, as oportunidades neste ramo são principalmente provenientes do networking criado em ambientes elitistas, aprofundando ainda mais o fosso da desigualdade. Por fim, essas diferenças evidenciam que apesar da EC se caracterizar pela informalidade, tal não significa uma redução na exigência educacional. Ao contrário, enfatiza as diferenças educacionais e privilegia aqueles que tem mais acesso à educação.

Em paralelo a esta crítica, Oakley (2016) também destaca a sub-representação de mulheres e pessoas de cor na EC. Ela aponta que no Reino Unido, por exemplo, em 2012 apenas 5,2% dos trabalhadores são negros ou asiáticos. Ainda, 36% das posições dentro da EC são ocupadas por mulheres. Ainda que estes dados sejam relativos ao Reino Unido, a autora destaca que o país serve como um exemplo para entender as diferenças no âmbito mundial. Por último, a autora também destaca que as atividades da EC estão principalmente concentradas nas grandes cidades o que acentua as diferenças regionais.

No relatório do colóquio internacional “*Culture For the Future*” (Cultura Para o Futuro) ministrado em Bruxelas, escrito por Giovinazzo e Williams (2019) e subsidiado pela União Europeia, introduzi-se algumas críticas e recomendações às problemáticas em torno da EC. Algumas delas sublinham que é necessário que os profissionais criadores se beneficiem de treinamentos, fundos, instrumentos legais e mais ferramentas para terem uma participação justa no mercado. Também advogam para a criação de uma estrutura cultural nos países em desenvolvimento onde as pessoas possam ter mais acesso aos diferentes tipos de cultura. Para isso é fundamental o desenvolvimento de atividades formais e não formais de educação.

Não obstante, essas sugestões, por mais contundentes e coerentes que sejam, significam envolvimento e ação estatal, o que não dialoga com o alinhamento neoliberal assumido pela EC. Assim, por meio disto compreende-se o paradoxo da EC, que é a expectativa ao redor desta temática, a sua potencialidade como setor econômico simples e moldável para ser aplicada em diversos estratos sociais, e seu alinhamento neoliberal que precariza e flexibiliza o trabalho, indo na contramão do desenvolvimento socioeconômico.

Ou seja, a EC é utilizada como a imagem de uma ferramenta benéfica e necessária para o desenvolvimento, principalmente o desenvolvimento nas camadas mais baixas. Contudo, reproduz o sistema que segue beneficiando um grupo social, aprofundando a diferença entre os indivíduos, diferenças que agora são principalmente, laborais. Assim, a EC não é algo novo, mas sim algo que já estamos habituados, o capitalismo em outras vestes, que encontra também e sobretudo nos solos dos países em desenvolvimento as carências necessárias para se redesenhar e aprimorar suas técnicas de exploração.

### Capítulo III – Economia Criativa na África do Sul: Experiências e Desafios

Não é possível começar a falar sobre a EC na África do Sul sem antes fazer uma sucinta recapitulação sobre a história do país. Um estudo realizado por Ribeiro e Visentini (2010) apontou que antes da presença dos europeus, o país era habitado principalmente pelos grupos indígenas *Khoikhoi*, *Sans* e *Bantus*. Os portugueses foram os primeiros europeus a ocuparem, muito parcialmente, o território sul-africano no século XV, contudo, o domínio e a exploração territorial iniciam-se de fato com a chegada dos holandeses por meio da Companhia Holandesa das Índias Orientais no século XVII.

Neste momento, alguns trabalhadores da companhia decidem se estabelecer no território e formam então o grupo dos *boers*, do qual os autores os citam como a “África branca”, em razão a identidade territorial criada por esse grupo no continente africano. Posteriormente, os *boers* passam a serem identificados como os *afrikaners*. A presença dos *boers* na região dá início ao conflito direto com os povos nativos, obrigando-os ao trabalho escravo e à segregação racial.

Com a chegada dos ingleses no século XVIII finaliza-se o desenho dos grupos instalados na África do Sul. A conquista inglesa trouxe consigo uma lei sobre igualdade racial e fim do sistema escravocrata. Entretanto, isso não impediu os *afrikaners* de continuarem a promover o sistema de opressão institucionalizado de racismo e segregacionismo com a população negra. Pereira (2010) elucida que quando o país se emancipa da Coroa Britânica, em 1910, os *afrikaners* instalam leis explicitamente segregacionistas, tal como a proibição do voto e o não direito à propriedade privada aos negros.

De tal modo, o país se dividiu entre negros e brancos, onde 7% do território nacional foi deixado aos negros que compunham 75% da população, enquanto 93% do melhor território foi destinado aos brancos que representavam 10% da população. Também ficou proibido o casamento inter-racial, ameaçando a desintegração familiar caso o ato fosse desacatado, a proibição da presença de negros nos redutos brancos, e a regulamentação da exploração do trabalho negro. Todas as medidas mencionadas eram fiscalizadas através do controle policial para garantir o cumprimento das leis.

Deste modo, estabelecem-se os primeiros pilares legislativos que deram origem ao *Apartheid* em 1948 e culmina em 1994. O sistema fora feito para dividir nativos africanos e perpetuar o domínio da minoria branca. Neste sistema vigoram-se as medidas que já haviam sido tomadas anteriormente, porém agravada em diversos aspectos, tal como a desorganização da educação para negros, a proibição de negros nas cidades e centros urbanos – a criação dos *townships*<sup>17</sup>, a política de preferência de trabalho cujo branco deveria ser sempre priorizado em uma vaga, dentre outros.

Em oposição ao sistema, os movimentos antirracistas organizados surgem desde o início do século XX, e se organizam por meio de partidos e conferências de modo pacífico e não violento. Contudo, com a introdução oficial do *Apartheid*, esses movimentos tornaram-se ilegais, levando à prisão vários opositores do sistema, tal como Nelson Mandela. De modo geral, o sistema segregacionista provocou problemas não somente na esfera social e política, mas principalmente na esfera econômica devido às sanções internacionais aplicadas ao país devido ao *Apartheid*.

Além disso, o *Apartheid* também influencia na estrutura organizacional e trabalhista da África do Sul, afetando a economia local. O país que havia sido considerado como uma das nações mais ricas pelo FMI, começa a ter uma forte crise econômica entre 1970 e 1980 desestruturando as bases do *Apartheid* (Pereira, 2010). A queda no preço do ouro e a queda do preço das matérias-primas desestabilizaram a estrutura que mantinha o *Apartheid*. Por fim, as sanções financeiras e a retirada de crédito e investimento do país levaram a África do Sul a declarar moratória da dívida<sup>18</sup> internacional. Ao mesmo tempo, o mundo estabelecia um boicote ao país em reação ao sistema segregacionista, o que o obrigou a África do Sul a acabar com algumas das leis e restrições fundamentadas na raça dos indivíduos.

---

<sup>17</sup> De acordo com Phillip (2018), *townships* são originalmente assentamentos urbanos destinados exclusivamente a pessoas negras durante o *Apartheid*. Construídos a uma considerável distância dos centros comerciais e indústrias. Em outras palavras, era o dormitório dos trabalhadores negros com limitados recursos sociais e econômicos. No pós-*Apartheid*, devido ao crescimento urbano e a distância entre novos bairros e o centro, tais áreas foram mantidas e continuam servindo de habitação para uma grande parte da população periférica de Joanesburgo.

<sup>18</sup> Declarar a moratória da dívida significa que o devedor não tem recursos suficientes para cumprir com o pagamento da dívida no prazo determinado, e assim o credor estende o prazo de pagamento da dívida. Tal tipo de situação ocorre quando o governo está enfrentando crises econômicas extremamente graves (Marques e Werlang, 1989).

Essas medidas não tinham por objetivo acabar com o *Apartheid*, mas sim aliviar a tensão que o país se encontrava. Porém, as tensões sociais se agravaram tanto entre brancos e negros, acontecendo então o enfraquecimento do sistema tanto nacionalmente quanto internacionalmente (Pereira, 2010). Em 1990 Nelson Mandela e demais presos políticos são libertos dando início de forma gradativa ao fim do *Apartheid* que se encerra definitivamente em 1994 com a primeira eleição democrática do país (Pereira, 2010). A recém-formada democracia sul-africana de 58 milhões de habitantes, multirracial, mas composta por uma maioria negra.

De acordo com o governo sul-africano, 80.7% da população é composta por negros, 8.8% de pardos, 2.7% de asiáticos, e 7.9% de brancos (Stats AS, 2019). Porém, apesar do fim do *Apartheid*, e de negros serem a maioria no país, a África do Sul ainda continua a enfrentar muitos desafios raciais e socioeconômico. Cook (2020) informa que, muito embora o país é a principal economia do continente africano, contando com uma infraestrutura moderna, diversificada, e com um avançado sistema financeiro e capacidade inovadora, nos últimos vem sofrendo com um baixo crescimento econômico.

Para Cook (2020), os motivos que levam a esse baixo crescimento econômico se dão em razão dos baixos preços nas *commodities*, a pouca credibilidade oferecida aos investidores e os rígidos mercados laborais. Em outras palavras, problemas ligados às políticas neoliberais. Além disso, o país também sofreu uma forte crise política com os escândalos de corrupção do ex-presidente Jacob Zuma (2009 – 2018). Cook (2020) enfatiza que mesmo após o fim do *Apartheid*, os problemas socioeconômicos afetam desproporcionalmente a população negra em seus respectivos *townships*. O problema da divisão de terras desigual onde negros são desfavorecidos ainda é latente na sociedade sul-africana e os avanços na temática são lentos. Adicionalmente, o país lida com altos índices de crimes e violência, e altos níveis de desemprego, principalmente entre os mais jovens.

Dessarte, tendo em vista o contexto exposto, a administração atual do presidente Ramaphosa (2018), guiado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (NDP) tem como objetivo principal o crescimento econômico para reduzir os índices de pobreza, desigualdades e desemprego. E é nesse cenário, de um país que tenta se reestabelecer os longos anos de opressão às minorias, de uma democracia recém-



formada e frágil, com profundas problemáticas sociais que a EC se estabelece.

### 3.1 Desenho Geral da Economia Criativa na África do Sul

A primeira iniciativa pública em relação à EC na África do Sul acontece em 1996<sup>19</sup> com a divulgação do Relatório sobre Arte, Cultura e Patrimônio (*White Paper on Arts, Culture and Heritage*), realizada pelo Departamento de Arte, Cultura, Ciência e Tecnologia (DACST). Em seguida, em 1998, o governo sul-africano desenvolve o primeiro plano estratégico nacional de ampliação e investimento no setor criativo. A chamada Estratégia de Crescimento da Indústria Cultural (*Cultural Industries Growth Strategy*), que culmina em um segundo relatório chamado África do Sul Criativa, (*Creative South Africa*) também em 1998. Ambos documentos definem as metas e objetivos do país em relação ao setor, além de criar uma consciência nacional sobre o significado e impacto socioeconômico da EC e seu potencial desenvolvimentista para o país (DACST, 1998; Gregory, 2016).

Em 2006 o governo divulga o programa de Iniciativa de Crescimento Acelerado e Compartilhado para a África do Sul (*Accelerated and Shared Growth Initiative for South Africa*), que identifica o turismo e o artesanato como recursos para o desenvolvimento sustentável. Por último, em 2014 o governo divulgou o Plano de Ação da Política Industrial (*Industrial Policy Action Plan*). Embora não seja um documento específico em referência à EC, nele se reafirma a importância da indústria criativa como uma das principais dinâmicas de crescimento econômico ao nível mundial e conseqüentemente a importância que esta vem a ter na África do Sul (Gregory, 2016).

Embora o setor criativo não seja tão expressivo como outros países desenvolvidos, tal como Reino Unido, Canadá e Austrália, por exemplo, este é significativo para a economia local (Shafi, Sirayi e Abisuga-Oyekunle, 2020). O relatório do Departamento de Arte, Cultura, Ciência e Tecnologia (1998) destaca que a África do

---

<sup>19</sup> Em razão da África do Sul ter sido uma colônia britânica, o país atualmente faz parte da Commonwealth, uma organização que conta com 53 países (antigas colônias britânicas e atuais protetorados britânicos). A organização visa contribuir para o desenvolvimento, economia, política e bem-estar social de seus estados membros, por meio das relações multilaterais (Suveren, 2020). Lembrando que a EC como política pública consagrada nasce de ideias do Reino Unido e da Austrália, e assim se explica a rápida adesão da África do Sul pela EC.

Sul é rica em recursos culturais, onde se encontra elementos tradicionais e contemporâneos que tem capacidade de atrair o público.

Desde a música com a produção de importantes cantores, com uma culinária influenciada por várias culturas globais, e a característica marcante dos povos africanos tradicionais, a África do Sul se consolida como um dos países mais diversos em cultura e patrimônio histórico ao nível mundial. Apesar disso, a EC é importante no país para além da riqueza cultural. Como dito por Oyekunle e Sirayi (2018), a África do Sul apresenta um crônico problema de desemprego entre jovens, uma taxa que varia entre 24% e 64% entres os jovens de 15 a 24 anos. Assim, o governo visualiza na EC a oportunidade para desenvolver políticas voltadas para a população jovem, unindo o desenvolvimento socioeconômico com a necessidade de transformar os legados deixados pelo *Apartheid*.

Na perspectiva da UNCTAD (2008) a indústria criativa na África do Sul, mais especificamente na Província de Gauteng, tem feito explícitas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico da região. Segundo este organismo internacional, a EC tem incentivado a participação da comunidade em atividades culturais, tem promovido a integração regional africana, contribui para o alívio da pobreza, principalmente, dos grupos mais vulneráveis, além de criar parcerias estratégicas entre o setor público e privado em programas de apoio ao carnaval, aos festivais e as danças indígenas.

Em suma, a EC é também reconhecida como um caminho possível para lidar com os problemas econômicos e sociais, sendo uma política oficial do governo, e reforçada a partir da criação da Federação das Indústrias Culturais e Criativas da África do Sul (CCIFSA). Medida que se popularizou e é uma aposta para o desenvolvimento socioeconômico do país (Snowball, Collins e Tarentaal, 2016). Em suma, o continente africano teve um crescimento de 7% no setor de EC e Indústrias Criativas entre 2011 e 2016, em especial, a África do Sul planeja que até 2030 sejam criados 11 milhões de novos postos de trabalho na área (Hadisi e Snowball, 2017).

Ainda de acordo com Hadisi e Snowball (2017), em 2015 a EC foi responsável por 6.72% dos postos de trabalho no país, que se somam em quase um milhão de empregos. As regiões com maior ocupação da indústria são os centros urbanos de Gauteng com 31.5% dos trabalhos culturais, KwaZulu-Natal com 15.5% e Western Cape com 15.1%. Cerca de U\$ 598,79 milhões de bens criativos foram exportados, e

U\$1.840,33 milhões de bens criativos importados em 2014. Em 2018 as indústrias criativas contribuíram com 1.7% para a economia sul-africana contabilizando R74.4 bilhões<sup>20</sup> (Olowu *et al.*, 2020). Para muitos autores, a EC na África do Sul é uma opção de desenvolvimento econômico e criação de postos de emprego. Como exemplo, a indústria cinematográfica em 2017 contribuiu com U\$92 milhões para a economia local (UNCTAD, 2018). De modo geral, Gregory (2016) relata que há duas grandes áreas de atuação da EC na África do Sul, a indústria de filme e televisão e o turismo e artesanato. Ainda, há destaque no setor de Design e Serviços Criativos, Performance e Celebração (Snowball, 2018).

Todavia, Shafi *et al.* (2020) explicam que, embora o governo tenha tomado algumas iniciativas importantes, infelizmente são poucas políticas públicas eficazes aplicadas pelo governo nacional a favor da EC. Neste sentido, Gregory (2016) assinala que apesar do reconhecimento ao nível nacional da EC como política pública, os maiores esforços e iniciativas têm sido realizados por organizações e iniciativa privada no nível regional e local. Shafi *et al.* (2020) colocam que muitos autores defendem que o trabalho que vem sendo feito desde 1998 pelo governo nacional é insuficiente e não atende as demandas de desenvolvimento do país.

Para Shafi *et al.* (2020), medidas favoráveis a EC não foram realmente incorporadas à agenda desenvolvimentista. Para eles, a EC como se encontra agora é a perpetuação das fragmentações raciais e sociais na África do Sul. Ou seja, desde modo, além das desigualdades socioeconômicas já instaladas, e que continuam a serem reproduzidas, alguns dos principais empecilhos ao crescimento da EC no país é a competição internacional, os baixos salários oferecidos à classe criativa, a reduzida capacidade de criação e inovação em razão a falta de investimento nacional, e a ausência da demanda criativa feita pelo mercado local, o que influencia diretamente na disponibilidade de investimento no setor (Gregory, 2016).

Adiante, observando a presença dos grupos étnicos e de gênero da EC na África do Sul, Hadisi e Snowball (2017) afirmam que dentro setor cultural de trabalho há uma divisão racial maior do que em comparação às atividades não-culturais. Segundo eles,

---

<sup>20</sup> Segundo a cotação do xe.com no dia 01 de Setembro de 2021, 74 bilhões de Rand Sul Africano é equivalente a 4,3 bilhões de Euros.

nas ocupações culturais 66.5% são negros e 20.6% são brancos, as demais proporções são ocupadas por pardos e asiáticos. Já nas ocupações não-culturais, cerca de 74% dos trabalhadores são negros e 12.5% brancos. É importante destacar que embora os negros componham a principal força de trabalho na África do Sul, nessa pesquisa foi apontado que somente 18% ocupavam posições qualificadas e 48% semiquilificadas (Snowball *et al.*, 2016). Ou seja, embora os negros sejam a maioria na força de trabalho, são os brancos que ocupam os cargos qualificados.

Snowball *et al.* (2016) acrescentam que, a fim de reconfigurar o desenho racial no mercado de trabalho, e possibilitar mais oportunidade a pessoas negras nos cargos qualificados, um plano nacional de empoderamento econômico às pessoas negras foi criado em 2003. O plano intitulado por *Black Economic Empowerment* (BBE) – Empoderamento Econômico Negro, incentiva a participação de pessoas negras como donos de estabelecimentos, gerência, dentre outros investimentos.

Todavia, apesar deste plano, observa-se que a maioria dos cargos qualificados dentro das indústrias culturais ainda são ocupados por pessoas brancas. Em contrapartida, ao observar as indústrias culturais pela lente das atividades informais, observa-se que a maioria dos estabelecimentos são majoritariamente preenchidos por pessoas negras, com baixo nível de escolaridade, que acabam optando pela informalidade por não se encaixarem no setor formal.

Neste mesmo relatório Snowball *et al.* (2016) notaram que dentro das empresas que são registradas no setor criativo, 85% das empresas de Performance e Celebração, 83% das empresas de Artes Visuais e Artesanato, 86% das empresas de Publicação e 74% das empresas de Cultura e Herança Cultural contam com ao menos uma pessoa negra, asiática ou parda empregada. Design e Serviços Criativos é a que apresentou o menor índice com 68% das empresas. Para os autores, considerando a população negra e a composição da força laboral no país, para esses dados serem genuinamente representativos, os trabalhadores negros, asiáticos ou pardos, deveriam representar 88% dos funcionários.

Em termos de gênero, Hadisi e Snowball (2017) e Snowball *et al.* (2016) relatam que as mulheres quando empregadas ocupam cargos de menor qualificação que homens, muito embora as mesmas são mais qualificadas que homens. No setor criativo, os

homens são a maioria e representam 56.8% da força de trabalho. 32% das mulheres no ramo apresentam o ensino superior, 29.2% o nível médio completo, 24% o ensino médio incompleto e 13.9% o ensino primário. Dos homens, 31.4% têm o nível superior, 25.6% o ensino médio completo, 29.5% o ensino médio incompleto e 11.9% o nível primário. De modo geral, o setor criativo emprega mais pessoas qualificadas do que o setor não criativo. Ainda, observa-se que, em uma ampla perspectiva, apesar de uma estreita diferença, as mulheres são mais qualificadas do que os homens na indústria criativa, mas ainda assim, os homens predominam no setor criativo.

Com base nestes dados, assim como em outros países, tal como o Reino Unido (O'Brien *et al.*, 2016), observa-se que na África do Sul a EC ainda é dominada por homens brancos e a atividade não provoca em larga escala a igualdade de gênero, raça e classe na sociedade. Do contrário, esta se evidencia-se como mais um agente capaz de conduzir a sociedade ao aprofundamento das desigualdades sociais. E como expõem estes autores, este é só um dos problemas no cenário da EC sul-africana.

Shafi *et al.* (2020) destacam que em uma análise feita entre 2009 e 2015, a EC se mostrou pouco empregatícia em relação aos demais setores econômicos, atribuindo a uma diminuição na oferta de trabalhos culturais a partir de 2013 que se agrava em 2015. Na perspectiva internacional, o valor dos bens exportados pelo país é muito baixo para contribuir expressivamente com a economia nacional, uma característica que segundo os autores, também está presente em outras nações em desenvolvimento.

Outro problema destacado por Joffe (2014) é a insuficiência de dados empíricos e analíticos (qualitativo e quantitativo) para se aprofundar os estudos sobre a EC na África do Sul. Embora muito já tenha sido alcançado em termos de pesquisa, tal como os relatórios contínuos do Observatório Cultural Sul Africano – *South African Cultural Observatory* (SACO), ainda não é o suficiente para entender em extensão o cenário do setor criativo do país.

A dificuldade na ampliação das pesquisas e obtenção de dados, acontece segundo o autor devido à grande quantidade dos negócios informais e a tendência para combinar os dados de vários setores em uma só modalidade. Por exemplo, misturar os dados da indústria do turismo e do entretenimento e avaliá-los como um objeto só. A verdade é que trata-se de duas áreas que se correlacionam, mas são distintas. Ainda, das

limitadas pesquisas disponíveis, pouco se revela sobre a ocorrência EC, e seu impacto socioeconômico nos *townships* dos grandes centros urbanos como Joanesburgo e Cidade do Cabo.

Sobre essa característica da informalidade, enquanto no setor não-criativo 65.7% dos postos de trabalho são formais e menos de 40% no setor informal, nas indústrias criativas cerca de 43% dos trabalhos são formais e 48% informal. Como já fora explicado na sessão anterior, a informalidade traz consigo a flexibilidade das horas de trabalho, o que para alguns é uma vantagem. Contudo, esse estudo já mostrou anteriormente que, as estatísticas apontam que aqueles que mais atuam no setor informal são pessoas negras, com baixos níveis de escolaridade, que não tem outra possibilidade a não ser a informalidade.

Deve-se ressaltar que, os relatórios indicaram que dos negócios iniciados por pessoas negras, 70% das iniciativas foram financiadas com o próprio dinheiro, e 79% não apresentavam conta em bancos. O que mostra que a maioria das iniciativas depende de um incentivo privado. Ao todo, são 22.1% das empresas criativas que não são registradas e atuam de modo informal (Hadisi e Snowball, 2017). Por atuarem na informalidade, estes estabelecimentos não têm acesso a recursos públicos, como financiamento e empréstimos. Os domínios da Cultura e Herança Natural e Publicação são aqueles que apresentam o maior investimento público, pois são espaços ligados às bibliotecas, livrarias, museus e afins. Contudo, os setores como Filmes e Vídeos, Design e Serviços Criativos são os setores com o menor investimento público e maior investimento privado (Snowball *et al.*, 2016).

Outra problemática apontada por Snowball *et al.* (2016) que condiciona a precarização da EC no país é relacionada com a forma de trabalho. A maioria dos vínculos empregatícios relacionados com ela é estabelecido por meio de contratos-projetos ou trabalho de meio período. Com esses contratos-projetos, quando estes projetos acabam, acaba também o vínculo de trabalho o que dá margem para a vulnerabilidade e insegurança. Afinal, não há uma garantia que haverá um outro contrato-projeto ao fim do contrato atual.

Por último, não é possível deixar de mencionar a pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) datada no final de 2019. Além das mortes e altos

índices de infectados em diversos países, causou também fortes danos econômicos se caracterizando como o maior desafio do século XXI (Pires Brito *et al.*, 2020). A África do Sul foi o país do continente africano com o maior número de casos confirmados, com 2.777.659 milhões de pessoas infectadas e 75.774 pessoas mortas – dados de 1 de setembro de 2021<sup>21</sup>.

Para lidar com o rápido avanço do vírus em todo o mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aconselhou o isolamento dos indivíduos como medida a ser utilizada, conduzindo ao fechamento de todos os estabelecimentos e fechamento das fronteiras obrigando as pessoas a ficarem em casa. Assim, a África do Sul implementa seu sistema de isolamento em março de 2020 com o relaxamento de algumas medidas em junho e setembro do mesmo ano. Fecharam escolas, comércios, proibiram encontros públicos, proibiram os cidadãos de saírem de casa, senão por causas essenciais, proibiram o consumo de cigarro e bebidas alcoólicas, dentre outras medidas que levou o país a ser uma das nações com as mais severas medidas de isolamento do mundo (Cook, 2020).

As medidas tiveram um efeito devastador na população. Contudo, Cook (2020) ressalta que aqueles que se encontram nas camadas mais pobres e dependentes do setor informal sofreram ainda mais com as consequências do isolamento social. A maioria dos governos mundiais, e não diferente o governo sul-africano, ofereceu uma renda mensal além de fornecimento alimentar às camadas mais desfavorecidas da população. Todavia, críticos apontam que tais políticas não foram suficientes para conter a crise socioeconômica e os níveis de pobreza e desemprego que dispararam no país<sup>22</sup>.

De modo geral o autor destaca que, a crise econômica provocada pela pandemia aprofundou a recessão que o país já vinha passando. Muitas empresas declararam falência, muitos empregados foram demitidos, salários foram cortados e afins. Em razão a essas mudanças, o FMI acredita que a economia sul-africana irá se contrair em 8%. No setor criativo, a crise sanitária e econômica se agrava em razão da dependência de público para que eventos e atividades aconteçam.

---

<sup>21</sup> Dados disponíveis em: <<https://www.worldometers.info/coronavirus/country/south-africa/>> Acessado em 01 de setembro de 2021.

<sup>22</sup> Em Junho de 2021 o governo sul africano informou que a porcentagem de desemprego no país era de 32,6% da mão de obra ativa, a maior taxa de desemprego desde 2008. Entre os jovens de 15 a 34 anos, a taxa sobe para 46,3% (Africa, 2021).

Música, Performance, Dança, Festivais e outros que necessariamente precisam de público, precisaram se adaptar à realidade virtual no período de isolamento, e apesar da criação de eventos online, estes ainda assim foram extremamente prejudicados financeiramente. Durante o período de isolamento houve uma drástica redução de produção de bens e serviços, redução da demanda nacional e internacional, além da redução dos investimentos em diversos setores criativos, justificando os prejuízos financeiros (Cook, 2020).

Acredita-se que as indústrias culturais, recreativas e esportivas terão um declínio de 32% no nível de empregabilidade. Em uma pesquisa online realizada entre março e abril de 2020 pela SACO, apontou-se que devido à forte presença da informalidade na EC, muitos trabalhadores da área não puderam ter acesso aos benefícios providenciados pelo governo sul-africano durante o período de isolamento. Das empresas formais, 5000 se aplicaram no esquema do Departamento de Esporte, Cultura e Arte para ter o acesso ao fundo de alívio, no entanto, somente 105 tiveram acesso a esse recurso. De acordo com o departamento, muitos pedidos foram rejeitados por não se enquadrarem nos requisitos legais ou comprovar alguns documentos (Olowu *et al.*, 2020).

Como forma de dar suporte ao setor, além desse fundo de alívio oferecido, o Departamento de Esporte, Cultura e Arte financiou por três meses a transmissão ao vivo de eventos e performances. Infelizmente não há apoio por parte destes para firmas e indivíduos não registrados, tal como os trabalhadores que atuam no artesanato ou no turismo nos *townships*. Porém, algumas organizações e indústrias privadas ofereceram fundos a trabalhadores *freelance*. Somado a isso, o governo providenciou também um auxílio por três meses de R350,00<sup>23</sup> por pessoa, que apesar de ser um valor baixo, ajudou o setor informal. Também foi oferecido empréstimos para pequenos negócios que operam no setor formal.

Dessarte, a crise pandêmica também evidenciou a precarização do trabalho cultural que foi por muito tempo vinha sendo ignorado pelos formuladores de políticas públicas. Estes também costumam enxergar a EC, principalmente as áreas mais ligadas

---

<sup>23</sup> Segundo a cotação da xe.com no dia 01 de setembro de 2021, 350,00 Rand Sul africano equivale a 20,5 Euros.



às artes, como um setor resiliente e com mais chances de recuperação. Porém, a verdade é que o setor criativo apresenta períodos de rápido crescimento econômico, mas é extremamente vulnerável à crise e ações voláteis do mercado financeiro e econômico (Olowu *et al.*, 2020).

### **3.2 Joanesburgo e o Setor Criativo: o quadro geral**

De acordo com a prefeitura de Joanesburgo, a cidade abriga 5,5 milhões de habitantes, 10% de toda a população da África do Sul, sendo a cidade mais populosa do país. Além disso, 40% da sua população é ativa, com idade entre 25 e 44 anos. Joanesburgo encontra-se em constante crescimento e se caracteriza como o principal e maior centro de criação de emprego e renda do país (Johannesburg, 2020). Embora Cidade do Cabo e Durban também sejam importantes centros urbanos no país, o poder político e econômico de Joanesburgo se sobrepõe a estas cidades (Crankshaw e Parnell, 2004).

Joanesburgo é considerada o coração econômico não só da África do Sul, mas de toda a região sul do continente africano (Crankshaw e Parnell, 2004). Assim, é o destino de muitos jovens africanos e sul africanos que buscam por melhores oportunidades. Os principais setores econômicos na cidade são as finanças, os serviços e o comércio. Ao todo, a cidade contribui com 14,91% para o PIB nacional. Contudo, a prefeitura também aponta que 45% da população vive em estado de pobreza, com acessos limitados aos serviços básicos e um espaço geográfico que desfavorece as regiões mais pobres. Uma herança do *Apartheid* (Johannesburg, 2020).

Sobre o setor criativo, é também em Joanesburgo onde há o mais complexo e desenvolvido *hub* criativo do país, contando com a maior concentração de empreendimentos culturais na África do Sul (Government, 2005). A prefeitura destaca que 70% da indústria cinematográfica do país se localiza na Província de Gauteng, mais precisamente, em Joanesburgo. Somado a isso, é historicamente o *hub* internacional para companhias de rádio e televisão. A CNBC África, que é um serviço de televisão digital, que tem as suas operações comandadas na cidade e atua em mais de 41 países africanos.

Tal também é referência internacional para as indústrias de imagens geradas por computador (CGG), necessária para o desenvolvimento de filmes 3D e outros efeitos

especiais utilizados em filmes e programas de televisão (Joburg, 2018). Conta também com uma forte infraestrutura cultural com uma significativa quantidade de museus, livrarias, bibliotecas, teatros e estúdios musicais. Em suma, na Província de Gauteng, do qual Joanesburgo e Pretória são as principais cidades, 36.99% dos empregos são culturais e 31,50% não são culturais, evidenciando o quão forte e estabelecido é o setor nessa região (Hadisi e Snowball, 2017).

Em 2005 dois documentos importantes são divulgados pelo governo da Província de Gauteng. O primeiro, intitulado, *Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento de Gauteng (Gauteng Growth and Development Strategy)*, e o segundo, *Estrutura de Desenvolvimento das Indústrias Criativas da Província de Gauteng (The Gauteng Provincial Creative Industries Development Framework)*. A Estrutura de Desenvolvimento das Indústrias Criativas da Província de Gauteng tinha como propósito o (i) desenvolvimento das indústrias criativas a fim de maximizar a participação na economia nacional; (ii) cooperar para a formulação de uma ação conjunta e estruturada no setor; e (iii) alinhar as políticas de incentivo às indústrias criativas com a Estratégia de Desenvolvimento. O plano contava com a colaboração de atores públicos e privados (Government, 2005).

Já a Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento de Gauteng tratava-se de uma ampla ação estratégica voltada para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico da Província de Gauteng de modo geral. Tal apresentava seis grandes metas, sendo elas: (i) Prover uma infraestrutura econômica e social; (ii) Acelerar a absorção laboral do setor; (iii) Estabelecer um desenvolvimento sustentável; (iv) Melhorar a cooperação e eficiência governamental; (v) Aprofundar a participação democrática nas esferas locais e nacionais; (vi) e Contribuir para o alcance das metas da Novas Parcerias para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) – programa das Nações Unidas para promover o desenvolvimento socioeconômico africano (Government, 2005).

Para atingir tais metas, o governo regional entendeu que seria necessário implementar as seguintes estratégias: (i) Investir e dar suporte nas indústrias inteligentes, no comércio, no serviço de indústrias e no turismo; (ii) Dar um amplo suporte à política de empoderamento econômico as pessoas negras (BBE); (iii) Estimular habilidades e técnicas de desenvolvimento; (iv) Expandir o programa de obras públicas; (v) Criar uma governança eletrônica e projetar centros comunitários

multifuncionais; (vi) Incentivo às relações intergovernamentais; (vii) Integração estratégica e integrada da província; (viii) Integração de problemas que sejam transversais; e o (ix) Estabelecimento de concessões e serviços sociais (Government, 2005).

Ao mesmo tempo, o governo regional naquele momento entendia que a EC poderia servir como uma resposta aos problemas provenientes do crescimento urbano, o que por conseguinte dialogaria com os objetivos e metas da Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento de Gauteng. Os mesmos também acreditavam que o setor artístico e cultural poderiam contribuir diretamente para revitalizar comunidades, reduzir os índices de criminalidade e agregar no desempenho educacional das zonas mais vulneráveis. Deste modo, o governo pretendia atrelar o incentivo à EC com as metas da Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento de Gauteng. Ou seja, investir na EC seria a forma de ir ao encontro com a Estratégia de Desenvolvimento. De modo resumido, a relação feita fora a seguinte: na primeira meta, infraestrutura econômica e social, determina-se que é necessário maximizar a já existente infraestrutura voltada para a EC, por meio da multifuncionalidade das indústrias.

Na segunda meta, aceleração da absorção de mão de obra, tal se conecta com a EC dada a ideia de que a EC tem um bom índice de empregabilidade, e a mesma é capaz de estimular outros setores como o hoteleiro e o alimentício (bares e restaurantes). Na terceira meta, desenvolvimento econômico sustentável, a EC, segundo eles, era por natureza um recurso renovável, que se comporta como um elemento capaz que conectar patrimônios culturais do presente e do futuro por meio da inovação. A quarta meta, que diz respeito sobre a melhora na cooperação e eficiência governamental, se ajusta com a EC pelo fato de que dentro da EC já há um forte histórico de parceria entre os setores público e o privado, do qual agora visa ser aprofundado, principalmente nas comunidades locais, a fim de gerar maior eficiência nas relações.

A penúltima meta, que busca o aprofundamento da participação democrática e cidadã, se atrela com EC por meio da ideia de que a cultura é um bem coletivo nacional e característica de coesão e cooperação nas comunidades, ou seja, incentivar a cultura e incentivar a participação popular democrática. A última meta visava o alcance dos objetivos do NEPAD, pelo que seria útil à EC por meio das diversas parcerias

relacionadas à indústria criativa com outras nações africanas. Deste modo geral, o governo local se comprometeu a alcançar tudo que se esperava da EC, afirmando que:

O quadro de desenvolvimento irá operar criando uma série de intervenções claras e práticas que irão: maximizar os recursos e infraestrutura atualmente na província. Coordenar os esforços do governo. Investir no desenvolvimento da força de trabalho criativa, dos *clusters* criativos e das empresas que os constituem. Desenvolver e promover os produtos e serviços dos *clusters* criativos e empresas. Investir no apoio e no desenvolvimento de comunidades criativas por meio de programação, desenvolvimento e manutenção de infraestrutura e criar acesso a atividades e oportunidades culturais. Criar uma série de iniciativas específicas do setor em áreas de crescimento identificadas (Government, 2005, p. 17).

Assim, embora o desenvolvimento da EC na África do Sul seja oficialmente reconhecido e implantado em 1998, é somente em 2005 que a EC se consolida na Província de Gauteng (Joanesburgo e Pretória) como uma política pública sólida, diferente da realidade nacional, apresentando um plano elaborado e contando com a participação integral da esfera pública e privada. Nos anos seguintes mais políticas e estratégias foram desenvolvidas. Em 2006, ainda sob instância regional, é criada a Plataforma de Desenvolvimento das Indústrias Criativas (*Creative Industries Development Framework*), que forneceu políticas detalhadas e mecanismos para fortalecer o desenvolvimento da EC e suas respectivas indústrias. Por fim, também promoveu coordenadas para o direcionamento de investimentos e implementação da EC (Gregory, 2016).

Sete anos mais tarde, em 2012, foi divulgado um relatório com resultados de análises sobre a implementação e conquistas alcançadas por parte da Plataforma de Desenvolvimento das Indústrias Criativas (2005). Neste relatório, Gregory (2016) explica que o governo fora capaz de criar consideráveis progressos em diferentes áreas de atuação. Alguns dos resultados destacados neste relatório são: i) o desenvolvimento do *The Joy of Jazz Festival* (Festival de Alegria de Jazz) cujo objetivo era dar suporte aos jovens músicos em início de carreira; ii) Criação do MOSHITO, plataforma de compartilhamento de dados e comercialização de música; iii) Criação do *Ishashalazi Theatre Festival* (Festival de Teatro Ishashalazi) que se trata de uma plataforma para o desenvolvimento do teatro na região; e iv) a criação da *Johannesburg Art Fair* (Feira de Arte de Joanesburgo). Além disso, outros documentos também foram disponibilizados, onde mostram o avanço em detalhe em cada setor criativo.

Ainda, como produto final dessa análise, Gregory (2016) explica que se criou a Plataforma de Estratégia de Implementação das Indústrias Criativas (*Creative Industries Implementation Strategy Framework*), que tinha por objetivo o aprimoramento da já existente Estrutura de Desenvolvimento das Indústrias Criativas (2006). Neste novo plano há um destaque para duas novas políticas que buscaram suprir as lacunas da EC na região. Primeiro foi pensado e aplicado o desenvolvimento da EC por meio da educação criativa, do qual visava o ensino de habilidades voltadas para o trabalho criativo, ou seja, fomentar a classe trabalhadora criativa. Segundo, buscou-se aproximar a cultura das comunidades locais para alcançar um público maior e assim criar uma demanda aos serviços e produtos criativos (Gregory, 2016).

No nível municipal, a cidade de Joanesburgo divulgou o Plano de Crescimento e Desenvolvimento de Joanesburgo (2011) (*Johannesburg Growth and Development Plan*), o Plano de Desenvolvimento Integrado (2013) (*Integrated Development Plan*), e a Política de Desenvolvimento Econômico e Estrutura de Estratégia (2008) (*Economic Development Policy and Strategy Framework*). Em todas essas guias, a EC é reconhecida como uma ferramenta essencial para alcançar o desenvolvimento socioeconômico e urbano da cidade e promover melhor qualidade de vida para seus residentes.

Quanto aos resultados qualitativos e quantitativos destas políticas mencionadas, exceto a Estrutura da Estratégia de Implementação das Indústrias Criativas (2012), muitos dados não são emitidos por parte do governo local o que dificulta entender em profundidade o quão eficaz e eficiente estas políticas foram. Entretanto, alguns importantes estudos acadêmicos foram realizados nos últimos anos em Joanesburgo, o que permitirá visualizar por um olhar qualitativo o atual estágio da EC criativa na cidade e seu impacto no alívio da pobreza.

### **3.3 A Cartografia da Economia Criativa em Joanesburgo**

Segundo Gregory e Rogerson (2018), a EC e suas respectivas indústrias se localizam na maioria dos casos, nos centros das cidades. Porém, Joanesburgo foge deste padrão e estabelece os seus principais *hubs* e *clusters* criativos na região norte; um processo de descentralização das indústrias e setores comerciais do centro para os subúrbios de Randburg e Sandton. Uma transformação que se inicia nos anos 2000 com a mudança de localização do prédio da Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE) que antes

era no centro da cidade e atualmente se localiza em Sandton. Ao lado de Randburg e Sandton, os bairros de Rosebank e Midrand formam o centro financeiro de Joanesburgo.

Gregory e Rogerson (2018) também informam que havia 2.325 empresas criativas instaladas em Joanesburgo em 2015, empregando cerca de 60.500 trabalhadores, sendo em sua maioria, trabalhadores informais (Gregory, 2016). Destes, 726 negócios representavam o setor de serviços criativos (arquitetura e publicidade, por exemplo). Em porcentagem, o setor de Serviços Criativos é responsável por 31% das atividades criativas, empregando 20.000 pessoas (Gregory, 2016), consolidando-se como o campo mais importante da EC na cidade.

Posteriormente, o segmento de Audiovisual é responsável por 23% das empresas com 19.400 trabalhadores, sendo 11 200 trabalhando em trabalho formal e 8 200 trabalhando de modo informal (Gregory, 2016). Em sequência, o setor de Artes Visuais ocupa 14% com 5.800 trabalhadores e design com 10% com 2.500 trabalhadores (Gregory, 2016). Em menor escala, há o setor de Performance e Patrimônio Cultural que é responsável por 7% do setor e emprega 5.800 e 800 trabalhadores respectivamente (Gregory, 2016).

Dos 2,325 negócios criativos, 598 estão em Sandton, 529 em Randburg, e 269 em demais subúrbios ao norte. Ou seja, nestas regiões localizam-se 60% de todas as indústrias e atividades criativas. Já no centro da cidade estão localizadas 172 empresas, e nos subúrbios ao sul, tanto do lado leste e oeste, são as zonas com os menores números de indústrias criativas, e é também onde está concentrada a maior parte da população negra e periférica da cidade. Então observa-se que dois terços de toda a estrutura criativa de Joanesburgo se localiza na zona norte; região que é historicamente considerada como “áreas brancas” da cidade (Beall, Crankshaw e Parnell, 2000).

No intuito de evidenciar de modo nítido e conciso essas divisões, exibir-se-á dois mapas que colaboram para entender a cartografia da EC em Joanesburgo. O primeiro trata-se do mapa da cidade e as suas divisões dos subúrbios. No segundo mapa, mostra-se onde as indústrias e atividades criativas estão localizadas na cidade. De modo dinâmico, apresentar-se-á o primeiro mapa e a sua seguinte análise e então segue-se para o segundo mapa.

**Figura 1: Mapa da cidade de Joanesburgo**



*Fonte: Relatório da Cidade de Joanesburgo (Joburg, 2020).*

Iniciando a análise, nota-se que a cidade é dividida em 7 partes, classificada da letra A à letra G. De acordo com a prefeitura, a região A agrupa os subúrbios de Diepsloot, Ivory Park e Midrand. Diepsloot e Ivory Park são zonas residenciais que abriga uma população relativamente pobre. Midrand por outro lado conta com algumas pequenas propriedades comerciais, como armazéns e centros de distribuição (setor logístico), que contribuiu em 12% com a economia da cidade em 2018 (Joburg, 2020).

Na região B, que reúne os subúrbios de Randburg, Northcliff, Rosebank e Parkton, a prefeitura afirma que nesta região é onde está concentrado o centro financeiro e comercial da cidade. É onde se encontra as sedes das empresas de telecomunicações, finanças e outras companhias. Essa zona contribuiu em 13% para com a economia da cidade em 2018. Ao lado, a região C, em Roodeport e Northgate, localiza-se um parque industrial que também tem uma forte presença de armazéns (Joburg, 2020).

Ao sul, a região D se configura como a zona que agrupa a maior quantidade da população negra e periférica da cidade. É a região mais populosa da cidade; 24% da

população vive nesta área, porém, é também onde há o maior índice de desemprego na cidade, 43%. É formado por Soweto, Diepkloof e Doornkop. Por fim, também conta com um antigo parque industrial e há pequenos negócios ligados ao mercado da agricultura e manufatura. Sua contribuição para a economia local foi de 8% em 2018 (Joburg, 2020).

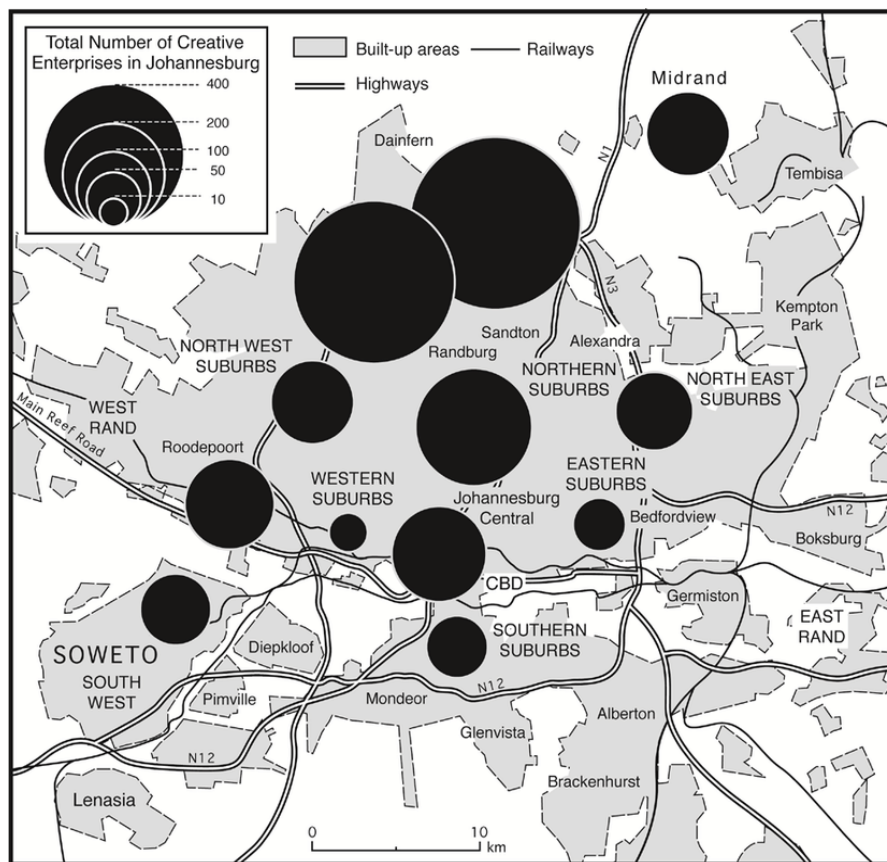
Ao norte de Joanesburgo na zona leste, há a região E com os subúrbios de Sandton, Alexandra, Wyberg, Woodmead e Bruma. De acordo com a prefeitura, esta é uma região peculiar da cidade, pois é neste subúrbio que se localiza o bairro com o metro quadrado mais caro de todo o continente africano – Sandton. Todavia, ao lado, há Alexandra, o *township* mais antigo e pobre da África do Sul. Trazendo um cenário de desigualdade para essa região. Exceto por Alexandra, nesta zona, o setor financeiro, de varejo e armazéns compõe a força econômica da região, do qual contribuiu para a economia da cidade em 27% dos lucros (Joburg, 2020).

Por sua vez, a região F é o Distrito Central de Negócios (CBD), ou seja, o centro político da cidade de Joanesburgo. É onde as sedes de bancos e prédios públicos estão localizados. Apresenta um polo de produção de manufaturados e conseqüente setor de armazenamento. A região contribuiu em 23% para a economia local em 2018. Por último, a região G, a zona onde estão os subúrbios mais ao sul da cidade, é formada por uma população de classe média, e historicamente habitada por asiáticos e pardos. É a segunda região mais populosa e também com o maior índice de desemprego; 28% da população é desempregada. Em 2018 contribuiu com 4% para a economia local.

Assim, reafirmar-se o que já fora colocado anteriormente; a parte sul da cidade é onde encontram-se as populações mais periféricas, com o maior número de desemprego e também a região mais habitada. Com exceção de Alexandra que fica ao norte, a zona sul é onde está concentrado a habitação de pessoas negras, pardas e asiáticas. Ao norte, observa-se que é onde está concentrado as regiões com maiores oportunidades de emprego e desenvolvimento socioeconômico. Dessarte, abaixo notar-se-á o segundo mapa, do qual se destaca a distribuição espacial da EC em Joanesburgo.



**Figura 2: Mapa da distribuição das Indústrias Criativas em Joanesburgo**



Fonte: *Suburban creativity: The geography of creative industries in Johannesburg* (Gregory e Rogerson, 2018)

Na segunda imagem a quantidade de atividades e indústrias criativas em Joanesburgo são apresentadas por meio dos círculos pretos, onde as maiores circunferências representam a maior incidência de EC, e as menores representam a menor incidência das mesmas. De modo geral, o que esse mapa mostra, é a concentração da EC no centro e no norte da cidade. Como já fora colocado, Sandton e Randburg compõe 60% de toda a atividade criativa de Joanesburgo, enquanto isso, 7% das indústrias criativas se encontram na zona sul (Gregory e Rogerson, 2018).

Os autores ainda destacam que enquanto no centro e norte de Joanesburgo as principais atividades desenvolvidas são relacionadas com serviços criativos e produção de audiovisual, que também são os setores mais lucrativos da EC, no sul, principalmente em Soweto, o setor que tem maior presença é o de Patrimônio Cultural, que inclui o artesanato, o turismo, exposições culturais, museus e outros domínios artísticos; uma atividade que não é tão lucrativa e empregatícia quanto os outros serviços criativos.

Observando os dados disponíveis em relação à mão de obra criativa da cidade, não obstante, a realidade do país, Gregory (2016) informa que a maioria dos trabalhadores apresenta alguma formação profissional, seja o diploma de graduação e/ou pós-graduação. Contudo, também é apontado que essa classe de trabalhadores criativos precisam ter conhecimento para além do que os diplomas universitários oferecem. A importância de ter mentores e/ou experiência de trabalho com negócios é fundamental para o desenvolvimento de atividades criativas de sucesso e a longo prazo.

Como já evidenciado em outras partes do texto, a área é preenchida principalmente por trabalhadores informais, que são empregados por projetos e precisam ter não só o conhecimento criativo, mas também o conhecimento de administração e mercado. Ou seja, são profissionais multifuncionais. Por fim, foi analisado que o setor artesanal é onde há a menor carência de formação acadêmica sendo mais importante específicas habilidades artísticas (Gregory, 2016).

Quanto aos investimentos aplicados no setor criativo da cidade, viu-se que a maioria destes estão concentrados ao norte de Joanesburgo. Contudo, Gregory (2015, 2016) ainda adiciona que, com a descentralização das atividades econômicas do centro para o norte da cidade no início dos anos 2000, muitos espaços que eram armazéns e fábricas ficam abandonados, o local fora desvalorizado e negligenciado pela gestão pública.

Porém, a partir de 2008, Maboneng – nome do bairro no centro, recebeu um massivo investimento mobiliário (totalmente privado) que reurbanizou o local. Foram construídos diversos complexos residenciais, seguido de construção de escritórios, galerias de arte e estúdios que se nutriu em uma atmosfera única que combina produção cultural, residencial e comércio. Atualmente a área é uma dos principais *hubs* de consumo cultural de Joanesburgo. Apesar da positiva reurbanização, a privatização do espaço público provocou a exclusão de moradores de baixa renda dos bairros vizinhos, colaborando para a polarização e não integração da comunidade local no processo de reurbanização (Gregory 2015, 2016).

Assim, levando em consideração o plano de desenvolvimento para a EC em Joanesburgo formulado em 2005, e observando a análise da EC na cidade e com os dados dos subúrbios disponibilizados pela prefeitura, depreende-se em primeira instância que

a EC tem sido utilizada em menor escala e com menos presença nas zonas mais periféricas da região. A atividade também mostra participação no processo de polarização das desigualdades e dificuldade em criar políticas horizontais e inclusivas, ou seja, que alcance por igual todos os nichos da população local.

A fim de se aprofundar para entender melhor a dinâmica da EC nas zonas mais periféricas de Joanesburgo, debruçar-se-á primeiro em entender melhor quais são as atividades que acontecem nas *townships* e o impacto no alívio da pobreza local.

### **3.4 Economia Criativa Desenvolvida nos *Townships***

Como indicado por Gregory e Rogerson (2018), a principal atividade econômica criativa na zona periférica de Joanesburgo é o setor de Patrimônio Cultural. O que não é necessariamente uma surpresa, pois como afirma Hagg (1991), o capital cultural sempre esteve presente no cotidiano da população negra, sendo o resultado da luta racial e resistência a opressão. Assim, a música – jazz, reggae, a performance, as celebrações culturais, a estética e a dança fazem parte da identidade e subjetividade de comunidades negras. Dentro disto, Hoogendoorn *et al.* (2020) e Rogerson (2008), apontam que o turismo cultural é uma das principais atividades do setor, de forte presença nos *townships* da cidade, especialmente em Soweto. Ao lado, festivais e artesanato também conjugam-se como atividades de forte presença. Portanto, abaixo observam-se os estudos e apontamentos feitos sobre tais atividades, e o impacto do mesmo para a população.

Iniciando com o turismo cultural, Rogerson (2008) explica que tal emerge a partir da transição democrática em 1994. Soweto, entre outros *townships* que eram moradias exclusivamente destinadas à população negra, eram áreas de restrito acesso; somente os moradores locais podiam entrar e sair. Estas zonas eram consideradas ‘*no go*’ – não vá [tradução nossa]. O turismo acontecia exclusivamente nas ‘*white areas*’ – áreas brancas [tradução nossa] da cidade. Com o fim do regime segregacionista, Soweto recebeu investimentos públicos e privados em infraestrutura e urbanização permitindo a abertura para o público, e se tornando símbolo da “nova África do Sul” (Rogerson, 2008, p.397). A zona passou a atrair turistas nacionais e internacionais que consideram que conhecer o local é fundamental para entender em sua totalidade a experiência sul-

africana, em razão do seu contexto histórico (lugar onde importantes líderes moravam e eventos ligados ao *Apartheid* aconteceram).

O autor ainda sublinha que o turismo foi usado em Soweto como uma ferramenta para incentivar a criação de pequenos e médios empreendimentos, o que gerou crescimento socioeconômico para a comunidade local. Por fim, com a presença dos turistas, Soweto conquista também a oportunidade de recontar as histórias de luta e resistência que os moradores viveram no período do *Apartheid*. Rogerson (2008) assinala que os principais pontos turísticos de Soweto são os locais relacionados aos eventos datados ao período segregacionista. São locais onde aconteceram importantes eventos e se consolidaram como marcos e pontos históricos na história da cidade e do país. Entre eles, temos o Museu Hector Pieterse, a Casa de Mandela em *Vilakazi Street* (Orlando West), a Igreja Regina Mundi – espaço usado por ativistas como ponto de encontro - e a Escola Morris Isaacson – local onde ocorreu a Revolta dos Estudantes em 1976.

Entretanto, apesar dos pontos positivos levantados por Rogerson (2008), muitos debates se iniciam em torno das reais motivações que levam os turistas a visitar Soweto. Da percepção da população local sobre o turismo e por último, sobre o real impacto desta prática no cotidiano da comunidade local. Sobre estes pontos, um recente estudo etnográfico baseado em entrevistas a turistas e moradores locais de Soweto foi divulgado por Hoogendoorn *et al.* (2020), e apresenta importantes considerações. Hoogendoorn *et al.* (2020) iniciam argumentando que é inegável a transformação socioeconômica que Soweto passou desde a sua abertura.

De fato, a zona se tornou um modelo de urbanização, e é exemplo para demais cidades africanas. Os investimentos trouxeram para a zona a presença de teatros, de centros comerciais, de festivais, de feiras culturais e outros eventos artísticos e esportivos. Conseqüentemente, houve melhora no sistema público de transporte e a segurança também foi aperfeiçoada. Os resultados apontados por Hoogendoorn *et al.* (2020) mostram que 44% dos residentes entrevistados acreditam que o turismo cultural é positivo para a área. Para estes, a atividade promove o crescimento dos empreendimentos locais, cria mais oportunidade de emprego e movimentação da economia local com a venda de bebidas, comida, artesanato, roupas e outras formas de atividades econômicas relacionadas ao turismo. Entretanto, 38% dos residentes relataram o

oposto, acreditam que o turismo cultural não é positivo para a área e queixam-se de superlotação de pessoas em ruas e estabelecimentos, o aumento dos preços em alguns produtos e o comportamento inadequado de alguns turistas.

Quando questionados sobre o sentimento de benefício pessoal sobre o turismo cultural, 52% dos entrevistados acreditam que são pouco beneficiados, enquanto 48% acreditam são bem beneficiados. Neste estudo também se verificou que, de acordo com os turistas, a principal motivação em visitar a região não é o de ver como negros sul-africanos vivem, tão quanto observar a pobreza como atração turística. Ao contrário, para os turistas entrevistados, a ida a Sweto é para buscar o lazer e o aprendizado cultural dos legados deixados pelo *Apartheid*. Em suma, McGaffin, Napier e Karuri-Sebina (2015) assinalam que muito embora o turismo cultural em Soweto tenha atraído muitos turistas e beneficiado a comunidade e os moradores, o crescimento do setor turístico, de modo geral, depende muito do crescimento econômico do país; especialmente porque os turistas são majoritariamente internacionais.

Em contrapartida às frutíferas experiências do turismo cultural em Soweto, Leonard e Dladla (2020) revelam que no mais antigo *township* da África do Sul – Alexandra, apesar de esforços e investimentos, a prática cultural não é capaz de promover concretos e significantes impactos socioeconômicos na comunidade tão quanto acontecem em Soweto. Estes acreditam que isso é por conta de problemas estruturais, pobreza e criminalidade enraizados em Alexandra. Relembrando que, Alexandra se localiza ao lado de Sandton, a zona mais rica de Joanesburgo e também o maior *hub* econômico do país, é cercada por bairros de classe média alta e é o único *township* que fica a uma curta distância do centro da cidade. Vale destacar que Alexandra é tão rica quanto Soweto em heranças culturais, e tal como esta, desde o período de redemocratização também se abriu ao turismo com a expectativa de aumentar os postos de trabalhos disponíveis e aliviar os níveis de pobreza (Leonard e Dladla, 2020).

Ainda em relação a isso, os autores indicam que em 2001 dois importantes projetos foram desenvolvidos; Projeto de Renovação de Alexandra (ARP) e Projeto de Desenvolvimento do Turismo em Alexandra (ATDP). Ambas as iniciativas visavam o uso do turismo como meio objeto de política social para levar benefícios ao *township*. A fim de alcançar estes objetivos, em parceria com a Autoridade de Turismo de Gauteng

(GTA), um estudo fora realizado na comunidade para rastrear espaços com potencial de crescimento econômico e capacidade de atração turística. A este grupo também se juntou a Associação de Turismo de Alexandra (ATA) e o Time de Herança de Alexandra (AHT). Foram identificados cem lugares com capacidade para desenvolvimento econômico e cultural, tal como o Jardim do Mandela.

Além do rastreio desses pontos, e também em razão da Copa do Mundo FIFA de 2010 realizada na África do Sul, obras de infraestrutura foram realizadas levando ao local, rodovias, faixas de pedestres, passarelas, o desenvolvimento do comércio local (criação de restaurantes, lojas de artesanato, atividades culturais e outros). O governo também forneceu alguns treinamentos aos indivíduos que trabalham com o setor turístico e criativo em Alexandra e, deste modo, passou a ser também um ponto turístico em Joanesburgo (Leonard e Dladla, 2020). Contudo, os autores ressaltam que apesar de todas essas iniciativas, estudos indicam que o bairro continua a viver em condições extremas de pobreza, com altos índices de desemprego, e com os moradores a carecerem de serviços básicos. O turismo não trouxe significativas mudanças para os moradores, assim como não contribuiu expressivamente com a criação de novos postos de trabalho.

As principais razões encontradas por Leonard e Dladla (2020) que justificam este fato são as seguintes: super crescimento da população e ambiente sem condições e inapropriado para receber turistas; altos índices de violência e crime que impacta na segurança dos turistas; ausência de lideranças, corrupção e má gestão dos fundos públicos; ausência de conhecimento e habilidade por parte dos moradores locais para lidar com o turismo e a gestão de pequenos negócios; e a exclusão de mulheres no processo de desenvolvimento socioeconômico de Alexandra.

Como explica os autores, Alexandra fora construída para habitar uma média de 150.000 moradores, no entanto, a população atual é de aproximadamente 700.000 pessoas. Devido a sua localização 'privilegiada', e ao baixo preço de moradia, muitos imigrantes se instalam em Alexandra o que a faz ter um crescimento muito alto e rápido de moradores, porém a infraestrutura não acompanha o crescimento habitacional. Deste modo falta saneamento e acesso à água para muitos moradores. Nestas condições, a área passou a ser conhecida como um 'gueto', sendo uma das maiores problemáticas para o desenvolvimento do turismo.

Ao lado deste problema, os índices de violência e criminalidade em Alexandra são muito altos, e apesar de esforços públicos para promover a segurança, o local ainda é muito inseguro para os turistas e para os próprios moradores locais. Não obstante, os autores colocam que a corrupção, má gestão e ausência de uma liderança eficaz faz com as pessoas percam a expectativa de um futuro de mudanças para Alexandra. Devido à negligência do Estado e deficiência em promover os mínimos recursos para a qualidade de vida aos residentes, cria-se uma impressão de que a situação da comunidade nunca irá melhorar. Enquanto isso, as centenas de jovens desempregados veem as suas situações de pobreza serem aprofundadas.

Não obstante, Leonard e Dladla (2020) ainda colocam que o turismo cultural em Alexandra é omissivo em oferecer oportunidades às mulheres. Os autores destacaram que das poucas oportunidades que há no setor, a maioria dos empreendimentos são majoritariamente dominados por homens, aprofundando também as diferenças de gênero no mercado de trabalho. Por último, Leonard e Dladla (2020) apontam que falta aos moradores o conhecimento sobre empreendedorismo de modo geral e também conhecimento sobre o mercado do turismo. E ao não ter domínio e habilidades sobre o tópico, criam empreendimentos que não são economicamente sustentáveis e negócios não se consolidam.

Contudo, apesar de todas as problemáticas colocadas, Leonard e Dladla (2020) relatam que a comunidade local ainda assim busca promover algumas formas de turismo, promovendo passeios a pé e de bicicleta com os turistas na região, tal como acontece em Soweto. Dessarte, analisando tudo que fora exposto, nota-se que a transição democrática em 1994 possibilitou que o turismo fosse presente nas zonas periféricas da cidade, o que por conseguinte trouxe uma participação ativa e central dos negros na economia do país. A população negra também encontra no turismo cultural um meio de relatarem o que vivenciaram durante o *Apartheid*, trazendo suas perspectivas e experiências à temática. O que contribuiu diretamente para o desenvolvimento sociocultural da comunidade.

Entretanto, viu-se que o turismo cultural tem limitações. Sozinho não é capaz de promover drásticas mudanças econômicas e sociais. As diferenças apontadas entre Alexandra e Soweto evidenciam que é necessário investimento básico na população local para que possa existir terreno fértil para o desenvolvimento do turismo cultural. O

turismo cultural dialoga em conjunto com outras iniciativas públicas e privadas para ser efetivo, do contrário, não contará com uma estrutura adequada para o desenvolvimento. Ou seja, não é o turismo cultural que promove o desenvolvimento, mas sim o contrário, o investimento em infraestrutura e serviços básicos é o que permite que atividades, como o turismo cultural, sejam capazes de atuar em zonas periféricas.

Quanto ao artesanato, artesãos sul-africanos produzem bijuterias, decorações para casa, utensílios domésticos, esculturas, vasos e souvenirs (Lyons, 2016). Em uma fusão de técnicas artísticas e contemporâneas, centenas de famílias fazem disto a principal forma de rendimento familiar (South Africa, 2017). É necessário destacar novamente que são pouquíssimas as análises que investigam o trabalho dos artesãos e seus impactos sociais na África do Sul. Ainda assim, foi encontrado um estudo que auxilia na compreensão deste mercado nos *townships*. A pesquisa realizada por Moagi, Ivanovic e Adinolfi (2021), indica que a maioria dos artesões em Soweto, em razão das fracas políticas de desenvolvimento econômico aplicadas no bairro, acabam por se tornar vendedores de rua. Sem investimento e recursos para empreenderem um negócio formal, estes se instalam nas ruas ao redor das atrações turísticas da zona, e trabalham sob inadequada infraestrutura, expostos à chuva, sol e poluição do trânsito.

Moagi, Ivanovic e Adinolfi (2021) aplicaram um estudo qualitativo com entrevistas estruturadas e apuraram que existem ao todo 60 artesãos e vendedores de artesanato trabalhando nas áreas turísticas de Soweto. São 49 ao redor do Museu Nelson Mandela e 11 ao redor do Museu e Memorial Hector Pieterse. Destes, 75% deles têm entre 30 e 49 anos, 89% possuem ensino básico e/ou ensino médio completo, e a divisão de gênero é igual, ou seja, 50% de homens e 50% de mulheres. Ao serem questionados pelas razões de trabalharem com arte/artesanato nas ruas, 80% responderam que esta é a forma de sustentar a família, sendo esta a principal renda familiar.

Os entrevistados afirmaram que, para sustentar suas famílias, é necessário ganhar uma média de R11.018<sup>24</sup> por mês, o que de acordo com Moagi, Ivanovic e Adinolfi (2021) é 3.5 vezes mais que o salário mínimo na África do Sul<sup>25</sup>. Todavia, a

---

<sup>24</sup> De acordo com a cotação da xe.com no dia 01 de setembro de 2021, 11.018 Rands Sul africano é equivalente a 645 Euros.

<sup>25</sup> A pesquisa realizada por Moagi, Ivanovic e Adinolfi (2021) contou com dados de 2020, no qual o salário mínimo em dada altura era R 20,76 por hora. Em um trabalho de 40h semanais, ganhava-se R3 321. No



maioria dos entrevistados afirmou não conseguir ganhar o suficiente por mês para o sustento familiar. Todos os entrevistados concordaram que carecem de auxílios do governo para melhorarem seus empreendimentos, porém, como todos operam de modo informal e não são legalmente registrados, os mesmos não possuem o direito de aceder a empréstimos e financiamentos públicos.

Além disso, os artesãos e vendedores de artesanato relataram que a inadequada infraestrutura onde trabalham prejudica a saúde deles ao se exporem por longos períodos ao sol e à emissão de poluentes do tráfego na região. Na época de chuva também são prejudicados ao perderem tempo de trabalho devido à inviabilidade de trabalharem sem proteção. Ainda se queixam da ausência de espaços para armazenar as mercadorias. Em suma, Moagi, Ivanovic e Adinolfi (2021) também destacam a insegurança de crimes e violência na região. 78% dos entrevistados concordam que não há segurança suficiente, impactando na viabilidade de seus negócios. Eeden (2011) também informa que a maioria dos artesãos não mantém registros de vendas, lucros, gastos e outros dados relacionados ao negócio, o que conseqüentemente impacta as análises.

Considerando todos estes pontos, nota-se que o artesanato é uma fonte de renda e contribui para o sustento de algumas dezenas de famílias em Soweto. Como ainda coloca Moagi, Ivanovic, e Adinolfi (2021, p.96), “é uma oportunidade econômica para aqueles que possuem poucas chances de entrarem no mercado formal devido a uma variedade de fatores, incluindo baixos níveis de educação e falta de acesso a um capital econômico”. Em outras palavras, é uma atividade capaz de fornecer recursos para a sobrevivência destes trabalhadores.

Porém, em uma análise crítica sobre os fatos apontados acima, embora o século XXI tenha criado diferentes perspectivas de trabalho, em uma sociedade democrática que busca atender os direitos fundamentais, o trabalho não deve só garantir a sobrevivência do trabalhador. Ao contrário, deve garantir condições dignas de trabalho, promover estabilidade e ser capaz de sustentar todas as necessidades básicas do indivíduo independentemente do nível de escolaridade do grupo social, garantindo-o

---

entanto, em Fevereiro de 2021 o governo sul africano aumentou o salário-mínimo para R21,69, sendo então R3 470 em um trabalho de 40h semanais.

também a dignidade humana. O que não acontece com os trabalhadores criativos. Para mais, o trabalho artesanal é colocado pela UNCTAD (2008) como um instrumento da EC que possibilita um caminho acessível para o desenvolvimento sustentável. No entanto, vê-se que, na prática não é capaz de ir além de promover a sobrevivência de grupos desprivilegiados.

Por último, observando os festivais e eventos culturais que acontecem nos *townships* de Joanesburgo, a organização Arte e Artesanato de Soweto<sup>26</sup> indica que alguns deles são: (i) A Feira de Arte e Artesanato de Soweto (*Soweto Art & Craft Fair*) que acontece no primeiro sábado de cada mês desde 2013, e tem por objetivo criar um espaço cultural e engajamento que favoreça artesãos vendedores de artesanato, se tornando também um evento de atração turística; (ii) A Semana de Arte de Soweto (*Soweto Art Week*) que acontece anualmente em setembro, abrangendo todas as diferentes expressões artísticas presentes no *township* (iii) O festival Eu Amo Soweto (*I Love Soweto*) que também acontece anualmente no Teatro de Soweto e celebra a cultura e criatividade local.

De acordo com a Prefeitura de Joanesburgo<sup>27</sup>, há também em Soweto o Festival Internacional de Jazz em Soweto (*Soweto International Jazz Festival*). Trata-se de um evento musical e artístico que acontece anualmente, e foi o primeiro festival internacional que se dedica a relembrar e homenagear a história de Joanesburgo, educando e conectando a comunidade. O evento acontece em diversas partes do *township*, tanto em locais fechados como o Teatro de Soweto, como ruas, restaurantes, parques e afins.

Soweto também é palco de festivais de corais gospel. O Coro Gospel de Soweto (*Soweto Gospel Choir*) é o principal grupo do gênero, criado em 2003, e se apresenta em diversos locais, desde igrejas a teatros, e são internacionalmente conhecidos por mesclarem elementos da cultura africana com hinos cristãos, atraindo uma grande audiência para o grupo e o *township* de Soweto conseqüentemente (Virginia Arts Festival, 2018).

---

<sup>26</sup> Soweto Art & Craft Organisation <http://sowetoartandcraft.co.za/about.html>

<sup>27</sup> <https://joburg.co.za/soweto-international-jazz-festival/>

O grupo fez parte da celebração internacional do centenário de Nelson Mandela, participou da abertura da Copa do Mundo em 2010, cantou com cantores famosos como Shakira, John Legend e o grupo Black Eyed Peas. Uma de suas canções também fizeram parte de filmes da Disney *Wall-E*. Dentre as diversas conquistas alcançadas pelo grupo, os mesmos se dedicam a arrecadar milhões de dólares anualmente para sustentar uma organização não governamental criada por eles mesmos, que visa apoiar crianças órfãs com AIDS (Virginia Arts Festival, 2018).

Ainda em Soweto, de acordo com Potrč (2014), com a inauguração do Parque Ubuntu em 2014 em duas zonas periféricas do *townships*, a comunidade local passou a ter um espaço físico onde seria possível a realização de eventos culturais. Neste sentido, os moradores de Orlando East e Noordgesing fundaram o Festival a Rua de Soweto (*The Soweto Street Festival*), que tem um foco em celebrar a cultura local por meio da música, da dança e da leitura de poesia.

O festival além de promover atividades culturais para a comunidade, possibilitou a participação artística de uma organização infanto-juvenil que trabalha com o combate ao uso de drogas entre adolescentes nas ruas de Soweto. A autora não relata se o festival continuou a acontecer nos anos seguintes, porém afirma que o espaço continua a abrigar eventos culturais de modo auto-organizado pela comunidade local. Buscando outras experiências para fora do *township* de Soweto, o Instituto de Arte Pública<sup>28</sup> expressa que o Festival de Arte da África do Sul (*South African Art Festival*) que acontece anualmente no país, nasceu no *township* de Alexandra em 2001 e tem por objetivo transformar algumas casas da comunidade local em galerias de arte e as ruas do local em espaços para performance.

Em consequência, são capazes de introduzir a arte para a população local, e chama a atenção do resto da cidade para o espaço. Ao longo dos anos, mais de 70 casas se transformaram em galerias temporárias e mais de 50 artistas locais tiveram a oportunidade de exibirem suas obras. A prática atualmente atrai não só o público local mas também turistas internacionais.

---

<sup>28</sup> <https://www.instituteforpublicart.org/case-studies/maboneng-township-arts-experience/>

Infelizmente não foi encontrado nenhuma pesquisa que informasse sobre o perfil dos trabalhadores envolvidos na área, como também pesquisas que corroborassem para saber a rentabilidade destas atividades e/ou os impactos socioeconômicos que os festivais e eventos apresentam no nível macro. Contudo, o que fica evidenciado é que os festivais e eventos culturais estão intimamente relacionados com o artesanato – as feiras artesanais, por exemplo, e com o turismo, que atrai público para presenciar alguns dos festivais. É evidente também que tais atividades são oportunidades para artistas, músicos e demais trabalhadores relacionados a temática terem um espaço onde podem se inserir e adquirir alguma renda.

### **3.5 Economia Criativa e o Alívio da Pobreza em Joanesburgo**

É importante começar essa análise lembrando alguns pontos que o relatório da UNCTAD (2008, p.33,36) frisa sobre a EC em países em desenvolvimento. O relatório afirma que, i) “nos países em desenvolvimento, a economia criativa pode ser uma ferramenta para atenuar as tensões sociais. As atividades criativas, especialmente aquelas associadas às artes e festividades culturais tradicionais, são propícias à inclusão de minorias geralmente excluídas”; ii) a EC também é capaz de promover a erradicação da pobreza em razão ao empreendimento de pequenos negócios e geração de emprego e renda; contudo, iii) “em países em desenvolvimento, a EC não tem sido capaz de realizar seu pleno potencial, e os países mais pobres permanecem jogadores marginais nos mercados mundiais de bens e serviços criativos”.

Tendo posto isto, e considerando o que fora exposto nos tópicos anteriores, compreendeu-se que a EC pode vir a assumir um papel no combate à pobreza nas zonas mais periféricas de Joanesburgo. Contudo, essa possibilidade vai depender de alguns fatores importantes, tais como a concentração cultural em alguma dada região e os investimentos público e privado realizados no local. Deste modo viu-se que a EC não é capaz de sozinha ser um agente de desenvolvimento, tal apresenta limitações estruturais (tendência à precarização e flexibilização do trabalho, por exemplo). Também se viu que o elemento cultural por si só não é suficiente para criar um *hub* ou uma classe criativa. Sem uma infraestrutura adequada, a EC não alcança o seu esperado potencial.

Para a EC alcançar o que é esperado dela necessita-se obrigatoriamente de uma estrutura socioeconômica em condições para tal. Do contrário, não é possível esperar que a ideia da EC por si só vai solucionar problemas sociais básicos, como o de desemprego. Apesar da afirmação da UNCTAD (2008) da EC como uma ferramenta de igualdade, viu-se que neste ramo também existe diferenciação de classe, de gênero e de raça dentro das atividades da EC. Existem setores onde há um predomínio de gênero, classe e raça, criando e/ou afunilando desigualdades que vão contra as expectativas que são colocadas na EC.

Apesar disso, a EC traz consigo a ideia de que é uma economia viável e possível a todos os indivíduos da sociedade por ter a cultura como núcleo. Pois como a cultura é um elemento presente no cotidiano de qualquer indivíduo, conseqüentemente todos são possíveis gozar dos benefícios da EC, incluindo as camadas mais pobres da sociedade, o que diretamente ajuda a combater a pobreza.

E como coloca Collins e Cunningham (2017), isso individualiza o trabalho criativo e romantiza a EC, servindo para sustentar os discursos rasos de criação de renda e emprego nas zonas mais periféricas das cidades. Relembrando que essa tese não se ocupa de pensar e estudar os impactos da EC nas áreas de classe média e classe média alta de Joanesburgo, mas sim de observar os efeitos desta, nas zonas mais pobres da cidade. Notou-se que aos pobres destinam-se as formas menos lucrativas e com menor valor agregado de EC. Em Joanesburgo viu-se que nos *townships* a EC se apresenta por meio da venda de produtos artesanais, da prática do turismo e dos eventos culturais. Como já dito anteriormente, tais opções de trabalho são muitas vezes as únicas vias de sobrevivência para grupos com desvantagens sociais e econômicas.

Assim sendo, como ainda é possível que diversos organismos internacionais e pesquisas apontem para a EC como um método de combate à pobreza e efetiva condição de liberdade para as pessoas? (Bruton, Ketchen e Ireland, 2013; Francke e Alexander, 2019; Puteh *et al.* 2018; Sagnia, 2005; UNCTAD, 2008; UNDP e UNESCO, 2013) Por quê os pensamentos como o de Carvalho e Moraes (2016), ainda são amplamente usados para justificar a EC e engrenados como estratégia de combate à pobreza? Veja abaixo a síntese da EC defendida por (Carvalho e Moraes, 2016).

A economia criativa surge no cenário econômico [...] a favor do desenvolvimento econômico com um ingrediente diferenciado, haja vista que utiliza como principal

insumo a criatividade e o talento, individual ou coletivo. Foge dos interesses meramente especulativos comuns às atividades econômicas tradicionais, pois também integra socialmente. Deste modo, trata-se de uma meta de adequação aos anseios sociais já tão olvidados pelo Poder Público. É uma oportunidade (Carvalho e Moraes, 2016, p.49)

Para responder tais questionamentos, inicia-se com Lemu (2019) que reflete de forma muito crítica e realista ao apontar que mesmo com a entrada da EC nos *townships*, essas zonas ainda servem de espaço para a marginalização, exclusão e exploração dos indivíduos negros ao serviço do capitalismo. Um sistema que não dá opções às camadas mais desfavorecidas da sociedade. Mais ainda, para ele, trata-se de um sistema que transforma a pobreza em fonte de entretenimento e turismo (Rolfes, 2010) e conduz a novas formas de exploração disfarçadas de desenvolvimento. Contudo, são espaços “virgens” para o capitalismo atuar e seguir se reinventando, sendo a única opção que resta aos habitantes da região.

É o que Bauman (2012, p.10) chama de capitalismo parasitário. Trata-se da “engenhosidade com que busca e descobre novas espécies hospedeiras sempre que as espécies anteriormente exploradas se tornam escassas ou se extinguem. E também no oportunismo e na rapidez, dignos de um vírus, com que se adapta às idiosincrasias de seus novos pastos”. Em outras palavras, um sistema que mobiliza diversas forças e ferramentas a fim de extrair e exaurir lucro. Antes do fim do *Apartheid* os *townships* eram lugares insalubres que serviam de dormitórios para os trabalhadores negros após a longa jornada de trabalho mal paga nas zonas industriais da cidade. Um local onde o capitalismo não havia entrado e explorado. Agora, os *townships* são locais passíveis de serem explorados, contam com milhares de pessoas como habitantes que são absorvidos pela lógica de mercado e consumo.

Ao mesmo tempo, o mundo presencia a divulgação do discurso da criatividade humana como método para a inovação desenvolvimento econômico, um discurso guiado pelos mitos do empreendedorismo que tem alcançado cada vez mais mentes e almas (Collins e Cunningham, 2017). Porém, um discurso que implícitamente coloca a criatividade humana como um dever, ou seja, você precisa ser criativo para sobreviver no mercado atual. A capacidade de criar e inovar se tornou uma obrigação. E muito bem específica o filósofo Han (2020), o século XXI é marcado por uma sociedade onde o sujeito moderno deve ser o empreendedor de si mesmo, sendo esta a forma de alcançar não somente a liberdade financeira, mas como a liberdade individual. Junto a isto, Han

(2020, p.85-86) diz que a dialética dessa liberdade, são as novas formas de coações. “A coação do desempenho força-o a produzir cada vez mais. [...] em última instância, está concorrendo consigo mesmo”. Interações que estão completamente relacionadas com o modo de produção capitalista.

Ainda, em sua outra obra, *Psico-Política: Neoliberalismo e os Novos Poderes Tecnológicos*, Han (2017) aponta que o neoliberalismo transformou as pessoas em empreendedores, transformando a luta de classes na luta contra si próprios. E àqueles que falham dentro desse sistema, são responsabilizados pelos seus próprios fracassos e envergonhados. Ou seja, o neoliberalismo, por meio da EC, do empreendedorismo e demais formas de capitalismo, conduz a ideia de que o indivíduo é capaz de criar a sua própria riqueza e fechar ciclos de pobreza e miséria, pois agora ideias tem valor monetário agregado e o sistema financeiro não está atrelado somente às empresas e governos, mas também à ação dos indivíduos.

Mas essa crítica não é para pensar que o sistema fordista seria diferente e incluiria os indivíduos igualmente dando-lhes justas oportunidades. Revisitando a história nota-se que as minorias sociais<sup>29</sup> são sempre exploradas em qualquer que seja o sistema vigente. O que muda, é a forma como as responsabilidades e a exploração são colocados e percebidos na sociedade. No modelo vigente, se o sujeito não aceita a precarização, tem atribuído a si a culpa pelo desemprego. E, desta forma, molda-se uma sociedade responsável pelo seu próprio “desenvolvimento socioeconômico”. Explicando porque há tantos teóricos e organizações que defendem o empreendedorismo, a EC e o neoliberalismo como uma forma de auxiliar no combate a pobreza.

A responsabilidade do desenvolvimento socioeconômico não está somente nas mãos do Estado ou das multinacionais e organizações internacionais. Agora cabe aos próprios indivíduos criar caminho para vencer a pobreza, e o caminho é a criatividade humana, a concorrência consigo próprios, a liberdade inalcançável do sonho capitalista. E, por último, questiona-se: o que de fato o povo quer? A todo momento esse estudo vê o

---

<sup>29</sup> Definir o que são as minorias sociais é algo complexo devido ao sentido âmivalente do termo. Na difícil tarefa de em poucas linhas descrever o significado do termo, Silveira e Freitas (2017) explicam que as minorias sociais são grupos de indivíduos discriminados pelas diferenças históricas (racismo, gênero, classe...), do qual tiveram direitos e liberdades negados na sociedade em razão de suas diferenciações. Ou seja, quando fala-se de minorias não se remete à quantidade numérica deste grupo, mas sim por serem minorias no acesso a direitos, liberdade e cidadania.

que as organizações, os bancos e os estados pensam e agem sobre a pobreza, mas o que o povo, principalmente, os indivíduos das classes mais populares estão pedindo?

Em uma pesquisa feita na África do Sul por Fouksman (2020, p.17), que entrevistou moradores de Joanesburgo, mais especificamente, moradores de Jeppestown, um subúrbio ao leste, cuja maioria dos habitantes são negros da classe baixa, ao serem questionados tais perguntas anteriores, responderam que o que querem são “trabalhos e salários de verdade”. Em sua pesquisa, Fouksman (2020) aponta que os moradores sugeriram que o Estado deve ser o responsável por providenciar trabalhos bem remunerados. Trabalhos dos quais os beneficiários tenham acesso à aposentadoria, vida digna, livre dos constrangimentos decorrentes da privação econômica. Para eles, o Estado deve providenciar trabalho e garantir que nestes trabalhos a população tenha acesso ao retorno financeiro.

E é com este pensamento, da necessidade de criar trabalhos de verdade, que respeitem a dignidade e a existência humana independente da classe social, gênero e raça, sendo este um anseio popular, que se finaliza esse capítulo. O capitalismo é real, nomeadamente na sua configuração neoliberal, e os seus efeitos na vida dos indivíduos das classes baixas. Se é possível ou não fugir deste sistema, não se sabe. Contudo, o que se depreendeu deste capítulo é que a EC é mais uma representação das diversas facetas do capitalismo, acrescentado do princípio da criatividade e cultura como insumo para o discurso da mobilidade. É um sistema que segue beneficiando as elites e explorando as maiorias, contudo, de modo perspicaz e eficiente, o que garante a desejada ideia de liberdade e se vende no mercado como o melhor dos mundos.



## Conclusão

É importante começar a conclusão enfatizando que a EC não é totalmente eficaz no combate à pobreza. Em alguns casos ela pode vir a aliviar e gerar uma fonte de renda que é o mínimo para a sobrevivência humana, mas que, contudo, não é o suficiente para quebrar o ciclo da pobreza extrema. Ao longo do capítulo I, observaram-se as bases políticas e ideológicas que traçaram o caminho da EC antes mesmo dela ser estruturada como política econômica que é atualmente.

Em busca do desenvolvimento e encorajados pelo discurso da erradicação da pobreza, diversos países embarcaram na corrida pelo progresso e modernização, guiados por organismos internacionais que introduziram várias medidas para o crescimento econômico nacional. Apesar dos esforços, foram poucos os países que conseguiram mudar o seu *status* de subdesenvolvidos ou sair da Lista dos Países Menos Desenvolvidos do Mundo. Evidenciando a insuficiência das políticas desenvolvimentistas, tão quanto o seu núcleo que busca a perpetuação e ampliação do sistema capitalista.

Neste contexto, os países em desenvolvimento abriram as suas fronteiras para o neoliberalismo, para a dependência do capital estrangeiro e para a importação de políticas socioeconômicas ocidentocêntricas, isto é, do Norte global. E assim, como exibido no capítulo II, ao final da década de 90 e início dos anos 2000, a EC surge como uma repaginação do velho capitalismo (o capitalismo consciente), mas encoberto dos princípios intangíveis da humanidade: a criatividade e a cultura. A partir disso cria a impressão de uma economia que pode mudar o cenário do subdesenvolvimento, pois é uma economia de e para todos. Igualmente acessível já que o seu núcleo, a criatividade, é presente e compartilhado por todos em sociedade. A EC em seu primórdio foi inclusive colocada pelo inglês Howkins como um novo modelo de desenvolvimento.

Conseqüentemente, a EC foi anexada como política pública por países em desenvolvimento, por acreditarem em seu potencial socioeconômico, colocada como agenda política e assim se tornou um dos setores econômicos de maior crescimento no mundo. Contudo, ao esmiuçar o que é a EC e o seu papel nas zonas onde há maior concentração de pobreza (capítulo II e III), observou-se que cultura e criatividade não

são suficientes para transformar ideias em dinheiro. O que se viu é uma forte diferenciação da EC para as elites e para as zonas periféricas.

Todavia, quando se entende que a EC é também uma ferramenta para sustentar a ideia do capitalismo consciente, e, como adverte Lima e Bessa Ribeiro (2020), muito embora isso tenha consigo um discurso otimista, como a diminuição das desigualdades e uma economia justa e viável para a sociedade, o mesmo é insustentável. É insustentável por não ser o suficiente para romper com as características de exploração e extração infundável dos recursos humanos e ambientais, responsáveis por gerar os conflitos sociais de pobreza e desigualdade.

Ao analisar a EC nas zonas periféricas de Joanesburgo depreendeu-se que muito embora a EC apareça nos discursos como medida de combater os legados do *Apartheid*, notou-se que a EC não é nada menos que um paliativo para os graves problemas encontrados nos *townships*. Como coloca Shafi *et. al* (2020), é a perpetuação das fragmentações sociais. Neste estudo, compreendeu-se que, de modo geral, em Joanesburgo, dentro do setor criativo há uma maior divisão étnica. Ou seja, os negros não são devidamente representados dentro da EC. Como se mostrou, nos cargos mais qualificados no setor criativo a presença de indivíduos negros é ainda menor, sendo a maioria dos cargos ocupados por homens brancos, o que também não contribui para uma igualdade de gênero no setor criativo.

Além disso, também se viu que a maioria dos estabelecimentos criativos são frutos de trabalho informal, que não contam com suporte do governo para financiamento e empréstimos e necessitaram de capital próprio para o seu estabelecimento. Muito embora diversos planos políticos foram realizados ao nível local e nacional para dar suporte aos trabalhadores da área e buscar o aprimoramento das atividades criativas. Devido a essa informalidade, com a pandemia e as restrições sociais aplicadas devido ao Covid-19, esses trabalhadores se viram impossibilitados de buscarem por recursos/apoios públicos para os seus negócios.

Uma realidade que atingiu não somente os trabalhadores culturais sul africanos e sim os trabalhadores culturais de todo o mundo. Em Portugal por exemplo, (Gama 2020) nos diz que foi dada pouca atenção ao setor cultural no país no que concerne a decisão de políticas públicas para aliviar nos impactos da Covid-19. O resultado disso,

segundo Gama (2020), é uma aguda precarização e desemprego dos trabalhadores culturais.

Em adição, neste estudo foi evidenciado que a EC também contribui para o aprofundamento das desigualdades geográficas. Enquanto que nas partes mais ricas da cidade (região norte) se concentra as atividades criativas mais lucrativas, tal como a indústria de filmes e televisão. Verificou-se que, ao sul, onde estão os *townships*, as áreas mais pobres da cidade, se localizam as atividades menos lucrativas. Atividades como o artesanato que é usado muito mais como um dos poucos meio de sobrevivência e renda.

Ou seja, de um lado as elites de Joanesburgo criam atividades criativas e se conectam formando *hubs*. De outro, nas zonas mais pobres, a EC se manifesta por meio do artesanato, das festividades culturais e do turismo criativo, que apresentam pouco retorno financeiro, incapaz de saírem da pobreza. Em geral, são trabalhos realizados de forma precária, continuando a vulnerabilizar os que já estão em situação de vulnerabilidade social e econômica. No que concerne ao turismo cultural, viu-se que em Soweto a população está relativamente dividida quanto aos benefícios e malefícios do turismo local. Alguns acreditam que há bons retornos, movimento financeiro e fomento cultural na região. Contudo, uma parcela expressiva acredita que essa presença turística encarece a região e atrapalha o desenvolvimento local.

Em Alexandra, o outro *township* onde há o turismo cultural, apesar das investidas locais, a prática é muito precária e não conta com os mesmos recursos que há em Soweto. A população local acredita que isso acontece devido a problemas estruturais (altos índices de violência e má infraestrutura urbana) que fazem com que Alexandra não seja um espaço propício para o desenvolvimento do turismo apesar da riqueza cultural do local. Quanto ao artesanato, já fora exposto que os trabalhadores se concentram ao redor dos monumentos históricos, trabalhando sob sol e chuva como vendedores de rua, sem uma estrutura apropriada para o trabalho que exercem, expostos às inseguranças (violência) e totalmente dependentes dos turistas na região. Mais ainda, quanto aos festivais e eventos culturais, viu-se que as atividades acontecem em teatros, galerias e feiras, o que traz uma infraestrutura mais organizada para a atividade. Baseados nos dados encontrados, verificou-se que este setor é uma forma de relembrar e homenagear os legados culturais nos *townships* e promover a participação comunitária.

De modo geral, o que se depreende com esse estudo é a necessidade da existência de uma infraestrutura apropriada para o desenvolvimento da EC nas periferias. Ao analisar Soweto e Alexandra, por exemplo, notou-se que muito embora ambos os *townships* sejam símbolos históricos na cidade de Joanesburgo, por haver menos investimento privado e público em Alexandra, a EC tem ainda mais dificuldade de tornar uma economia viável. De modo geral, não é possível pensar em uma EC como uma política singular e horizontal. A EC apresenta diversas variáveis a depender do local onde a mesma se encontra. Ainda que Joanesburgo seja o maior *hub* criativo do continente africano e isso tenha uma grande importância para a economia da cidade como um todo, os *townships* não se beneficiam do mesmo modo. E isso serve para pensar que as políticas públicas voltadas à EC precisam considerar essas diferenças.

Adicionalmente, esta pesquisa mostrou que a EC também é responsável pela precarização e flexibilização do trabalho, pela instabilidade financeira e aprofundamento das desigualdades, típicas características de políticas capitalistas/trabalhistas da pós-modernidade. Já quanto aos aspectos positivos, a EC também se mostrou importante para evidenciar e valorizar a cultura das minorias. Em outras palavras, como foi apontado no capítulo II, a cultura nacional, em alguns países, tende a exaltar características singulares relacionadas nomeadamente com o legado imperialista e colonial, por exemplo, deixando de fora a cultura dos mais marginalizados, incluindo as suas expressões sob a forma de movimentos de resistência. Com a EC, a cultura das minorias tem mais espaço para expressão e manifestação, alcançando um largo público.

Para finalizar, depreende-se que é necessário realizar mais estudos nessa área, com mais coletas de dados qualitativos e quantitativos para aprofundar o conhecimento no campo. Um dado que seria importante para ter uma visão ainda mais ampla da EC frente à pobreza em Joanesburgo seria saber, por exemplo, a quantidade de pessoas que moram nos *townships* mas trabalham nas atividades criativas dentro dos *hubs* da cidade. Devido à ausência de dados, essa pesquisa se limitou a explorar a realidade dos trabalhadores criativos que moram e trabalham dentro dos *townships*. O que ainda assim revela um importante cenário, mas não evidencia o todo.

## Bibliografia

- Abisuga Oyekunle, Oluwayemisi Adebola, e Mziwoxolo Sirayi. 2018. "The role of creative industries as a driver for a sustainable economy: a case of South Africa". *Creative Industries Journal*.
- Acemoglu, Daron. 2003. "Root Causes: A historical approach to assessing the role of institutions in economic development". *Finance & Development*.
- Afonso, Óscar, Nuno Gonçalves, e Hélder Ferreira. 2015. *Economia informal e exclusão social*. Porto.
- Africa, Statistics South. 2021. "Quartely labour force survey (Quarter 1:2021)". *Quarterly labour force survey 000*(June):1-2.
- Aguiar De Medeiros, Carlos. 2002. *Distribuição de Renda como Política de Desenvolvimento*.
- Alkire, Sabina, e Ana Conconi, Adriana Pinilla-Roncancio, Mónica Vaz. 2019. "How to Build a National Multidimensional Poverty Index (MPI): Using the MPI to inform the SDGs". 160.
- Alkire, Sabina, e Maria Emma Santos. 2010. "A Multidimensional Poverty Index". *Emerging Issues in Economic Development* (July):57-80.
- do Amaral Filho, Jair, e Deborah B. L. Farias. 2016. "Celso Furtado: Culture and Creativity Matter". *Journal of Economic Issues* 50(2):444-51.
- Bakhshi, Hasan, Ian Hargreaves, e Juan Mateos-Garcia. 2013. *A Manifesto For The Creative Economy*.
- Barbosa, Denis Borges. 2010. "Uma introdução à propriedade intelectual". *Revista Eletrônica do IBPI (Europa)* 2:1-951.
- Barros, Patrícia Fernandes, e Daniel Duarte Flora Carvalho. 2019. "Paradoxos das Ajudas Internacionais na África Subsaariana". P. 150 in *O Mundo em Emergência: Relações Internacionais e Direitos Humanos*, organizado por Y. M. Macedo. Porto Seguro - BA: Editora Oyá.
- Bauman, Zygmunt. 1995. "A Vida Fragmentada". 311.
- Bauman, Zygmunt. 2012. *Capitalismo Parasitário e Outros Temas Contemporâneos*. Vol. 12. Zahar.
- Beall, Jo, Owen Crankshaw, e Susan Parnell. 2000. "Victims, Villans, and Fixers: The Urban Environment and Johannesburg's Poor". *HUMAN SETTLEMENT DEVELOPMENT IV*.
- Beck, Ulrich. 2010. *Sociedade de risco: Rumo a uma Outra Modernidade*. 1ª. São Paulo, Brazil: Editora 34 Ltda.
- Besley, Timothy, e Robin Burgess. 2003. "Halving Global Poverty". *Journal of Economic Perspective* 17(3):3-22.
- Bessa Ribeiro, Fernando. 2017. *Uma Sociologia do Desenvolvimento*. 1ª. V.N. Famalicão: Húmus.
- Bhattacharyya, Sambit. 2016. "Munich Personal RePEc Archive The Historical Origins of Poverty in Developing Countries". *Munich Personal RePEc Archive* (67902).
- Bilan, Yuriy, Tetyana Vasilyeva, Olena Kryklii, e Gulbarshyn Shilimbetova. 2019. "The creative

- industry as a factor in the development of the economy: Dissemination of european experience in the countries with economies in transition". *Creativity Studies* 12(1):75–101.
- Boccella, Nicola, e Irene Salerno. 2016. "Creative Economy, Cultural Industries and Local Development". *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 223:291–96.
- Bourdieu, Pierre. 1986. "The forms of capital". *The Sociology of Economic Life, Third Edition* 78–92.
- Brady, David. 2018. "Theories of the Causes of Poverty".
- Bruton, Garry D., David J. Ketchen, e R. Duane Ireland. 2013. "Entrepreneurship as a solution to poverty". *Journal of Business Venturing* 28(6):683–89.
- Bustillo-Pérez, Camilo. 2017. "The Making and Remaking of Human Rights: Contemporary Limits and Potential Contributions of Human Rights to the Eradication of Poverty, from the Perspective of the Global South". in *The Political Economy of Poverty and Social Transformations of the Global South*.
- Capello, Roberta, Silvia Cerisola, e Giovanni Perucca. 2020. "Cultural Heritage, Creativity, and Local Development: A Scientific Research Program". *Research for Development* v–vi.
- Cardoso, Ricardo Henrique, e Enzo Faletto. 2000. "Dependência e Desenvolvimento na América Latina". in *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL Vol 2*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Carmo, Renato Miguel do, e André Barata. 2017. "Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização". *Revista do Serviço Público* 68(2):319–42.
- Carvalho, Luciene Ferreira Mendes de. 2018. "Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos | Poverty and social inequality: social and historical foundations". *Revista Em Pauta* 16(41):139–53.
- Carvalho, Nathalie de Paula, e Filomeno Moraes. 2016. *A Transformação Promovida Pela Economia Criativa Na Sociedade Informacional: Uma Discussão Tendo Em Vista a Globalização*. Madri.
- Casaca, Sara Falcão. 2005. "Flexibilidade, trabalho e emprego: ensaio de conceptualização". *Socius Working Papers* 10:1–27.
- Castañeda, Andrés, Dung Doan, David Newhouse, Minh Cong Nguyen, Hiroki Uematsu, e João Pedro Azevedo. 2016. "Who Are the Poor in the Developing World? Poverty and Shared Prosperity Report 2016: Taking on Inequality Background Paper". *Policy Research Working Paper 7844* (October):1–39.
- Castilho, Denis. 2011. "Os Sentidos Da Modernização". *Boletim Goiano de Geografia* 30(2):125–40.
- Castillo, Juan José. 1998. "Em busca do trabalho perdido (e de uma Sociologia capaz de o encontrar...)". P. 186 in *Novos movos de produção: trabalho e pessoas*. Celta Editora.
- Chew, Sing C., e Leslie Sklair. 1995. *Capitalism and Development*. Vol. 24.
- Chibba, Michael. 2008. "Poverty Reduction in Developing Countries No consensus but plenty of solutions". *World Economics* 9(1):197–200.
- Collins, Patrick, e James A. Cunningham. 2017. *Creative Economies in Peripheral Regions*.
- Comeliau, Christian. 2007. "Le concept de développement durable". *L'Encyclopédie du*

*Développement Durable* 34(3).

- Comeliau, Christian. 2010. "L'économie contre le développement? Pour une éthique du développement mondialisé". *L'Encyclopédie du Développement Durable* 111:1-3.
- Cook, Nicolas. 2020. "South Africa: Current issues, economy, and U.S. relations". *Congressional Research Services* 1-33.
- Costa, Hermes Augusto. 2001. "O Futuro do Trabalho e os Caminhos da Formação Sindical". *Cadernos do Noroeste* 16(1-2).
- Cove, Glen. 2019. *HUMAN DEVELOPMENT INDEX: CONCEPTS AND MEASUREMENTS*. New York, NY.
- Crankshaw, Owen, e Susan Parnell. 2004. "Johannesburg: Race, inequality, and urbanization". *World Cities Beyond the West: Globalization, Development, and Inequality* 348-70.
- Crocco, Fábio Luiz Tezini. 2017. "Sobre o papel desempenhado pela cultura no projeto neoliberal". *Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar* 7(1):149-66.
- DACST. 1998. *Creative South Africa*.
- Davis, E. Philip, e Miguel Sanchez-martinez. 2014. "A review of the economic theories of poverty". *National Institute of Economic and Social Research* (435):1-65.
- Davis, Mike. 2009. "Planeta favela". *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP* 0(25):357.
- Diamond, Jared. 2009. *Guns, Germs and Steel: The Fates of Human Societies*. New York & London: W.W. Norton & Company.
- Duménil, Gérard, e Dominique Lévy. 2007. "Neoliberalismo: neo-imperialismo". *Economia e Sociedade* 16(1):1-19.
- Eeden, Amanda Van. 2011. "The geography of informal arts and crafts traders in South Africa's four main city centres". *Stads- en Streeksbeplanning = Town and Regional Planning* 2011(59):34-40.
- Escobar, Arturo. 1995. *Encountering Development*. organizado por S. B. Ortner, N. B. Dirks, e G. Eley. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Estanque, Elísio. 2001. "Novas Tecnologias e Recomposição do Trabalho em Portugal: Estagnações e Desafios". *Cadernos do Noroeste* 16((1-2)).
- Estenssoro, Luis. 2003. "Capitalismo , Desigualdade e Pobreza na América Latina". *Tese de doutorado* 286 pgs.
- Esteva, Gustavo. 2009. "Development". in *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*.
- Etges, Norberto J. 1992. "Conceito do Trabalho, Construção do Conceito e Trabalho do Conceito". *Perspectiva* 17 79-96.
- Florida, Richard. 2005. *Cities and the Creative Class*. New York & London: Routledge.
- Fouksman, E. 2020. "The moral economy of work: Demanding jobs and deserving money in South Africa". *Economy and Society* 49(2):287-311.

- Francke, Errol, e Bennett Alexander. 2019. "Entrepreneurial development in South Africa through innovation: A model for poverty alleviation". *Acta Commercii* 19(1):1-11.
- Freitas, Celma. 2012. "A Prática em Bourdieu". *Revista Científica FacMais* 1(1):11.
- Furtado, Celso. 2008. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Second edi. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras.
- Gallup, John, Jeffrey David Sachs, e Andrew Mellinger. 1999. "Geography and Economic Development". *Economic Record* 61(3):686-89.
- Gama, Manuel. 2020. "Impactos da COVID-19 no setor cultural português: primeiros apontamentos de um estudo em curso". 172-88.
- Garewal, Rameeta, Developing City, Developing World, e David Robinson. 2005. "Creative Economy in the Developing World - The Developed and the Developing City". P. 1-17 in.
- Giddens, Anthony. 2004. *Sociologia*. 4ª Edição. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.
- Giddens, Anthony. 2006. "Sociology. 5th Edition".
- Giovinazzo, Mercedes, e Guy Williams. 2019. *Culture for the Future - Creativity, Innovation and Dialogue for Inclusive Development*.
- Gomes, Laurentino. 2019. *Escravidão: Do primeiro leão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi de Palmares*. Vol. 1. organizado por A. da C. e Silva. Globo Livros.
- Government, Gauteng Provincial. 2005. "Gauteng Creative economy Development Framework". (October):32.
- Gregory, James J. 2015. "Creative Industries and Urban Regeneration - The Maboneng Precinct, Johannesburg". *SAGE Journals* 31(1-2).
- Gregory, James J., e Christian M. Rogerson. 2018. "Suburban creativity: The geography of creative industries in Johannesburg". *Bulletin of Geography* 39(39):31-52.
- Gregory, James Jenkins. 2016. "Creative Industries in Johannesburg: Geography, Operational Characteristics and Linkages to Urban Regeneration". University of Johannesburg.
- Haddad, Fernando. 1997. "Trabalho e classes sociais". *Tempo Social* 9(2):97-124.
- Hadisi, Serge, e Jen Snowball. 2017. *Employment in the Cultural and Creative Industries in South Africa*.
- Hagg, Gerard. 1991. "Every town should have one: The role of the arts centre in community development and employment provision". *South African Journal of Art History* 9(1):32-46.
- Hall, Stuart. 2017. "A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo". *Educação & Realidade* 22(2):1-23.
- Han, Byung-Chul. 2017. *Psycho-Politics: Neoliberalism and New Technologies of Power*.
- Han, Byung-Chul. 2020. *Sociedade do Cansaço*. 2ª. Rio de Janeiro: Vozes.
- Hariri, Nizar, e Grace Kassis. 2017. "The Cultural and Creative Sector in 5 Arab Mediterranean Countries: Skill-Mismatch and Active Labour Market Policies". 7881(August):182-97.
- Harriss, John. 2014. "Development Theories". P. 1-14 in *International Development: Ideas, Experience, and Prospects*. Vol. 1. Oxford Scholarship Online.



- Haughton, Jonathan, e Shahidur Khandker. 2009. *Handbook on Poverty and Inequality*. Washington: The World Bank.
- Henninger, Norbert. 1998. "Mapping and Geographic Analysis of Human Welfare and Poverty: Review and Assessment". *World Resources Institute, Washington, D.C, USA* (April).
- Hoogendoorn, Gijsbert, Nthabiseng Letsatsi, Thabisile Malleka, e Irma Booyens. 2020. "Tourist and resident perspectives on 'slum tourism': the case of the Vilakazi precinct, Soweto". *GeoJournal* 85(4):1133-49.
- Howkins, John. 2001. *The Creative Economy How People Make Money From Ideas*. Vol. 53. Penguin Books.
- Ikechukwu, Ozoigbo. 2016. "African Theories of Development and The Reality of Underdevelopment". *International Journal of Development and Economic Sustainability* 4(4):12-19.
- Inikori, Joseph E. 1996. "Measuring the unmeasured hazards of the Atlantic slave trade: documents relating to the British trade". *Revue française d'histoire d'outre-mer* 83(312):53-92.
- Inikori, Joseph E., e Stanley L. Engerman. 1992. *The Atlantic Slave Trade: Effects on Economies, Societies and Peoples in Africa, the Americas, and Europe*. Duke University Press.
- International Labour Organization. 2017. *Global Employment Trends for Youth 2015*.
- J. J. Rousseau. 1754. *Discurso sobre a origem da Desigualdade*. Ridendo Ca.
- Jameson, Frederic. 2001. *A cultura do Dinheiro: Ensaio sobre a globalização*. 2ª. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Jenkins, Rhys. 1995. "Capitalist Development in the NICs". in *Capitalism and Development*. Contemporary Sociology.
- Joburg. 2018. "Creative Industries". Recuperado 7 de novembro de 2021 ([https://www.joburg.org.za/work\\_/InvestInJoburg/Pages/Creative-Industries.aspx](https://www.joburg.org.za/work_/InvestInJoburg/Pages/Creative-Industries.aspx)).
- Joburg. 2020. *City of Johannesburg - Metropolitan GAU*. Johannesburg.
- Joffe, Avril. 2014. "Sector Studies Research Project". (April).
- Johannesburg, City of. 2020. *City of Johannesburg - Integrated Annual Report 2018/2019*. Johannesburg.
- Johnston, Sholeh. 2019. *The Anatomy of a Creative Cluster*.
- Kates, Robert W., Thomas M. Parris, e Anthony A. Leiserowitz. 2005. "What is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values, and Practice". *Environment* 47(3):8-21.
- Kharas, Homi, e Meagan Dooley. 2021. *Extreme Poverty in the Time of COVID-19*.
- Knop, Lilla, e Sławomir Olko. 2017. "Clusters in Cultural and Creative Industries in Europe – Specialisation and Activities". *Scientific Papers of Silesian University of Technology. Organization and Management Series* 2017(109):9-23.
- Krein, José Dari. 2008. "Neoliberalismo e Reforma Trabalhista". *Revista Sociologia Política* 16(30).

- Kufakurinani, Ushehweu, Ingrid Harvold Kvagraven, Frutuoso Santana, e Maria Dyveke Styve, orgs. 2017. *Dialogues on Development*. Vol. I. Institute for New Economic Thinking (INET).
- Lange, Matthew, James Mahoney, e Matthias Vom Hau. 2006. "Colonialism and development: A comparative analysis of Spanish and British colonies". *American Journal of Sociology* 111(5):1412-62.
- Leite, Ivonaldo. 2020. "In memoriam - Theotônio dos Santos: Legado e atualidade no campo das ciências sociais latino americanas (a propósito das onze teses sobre a herança neoliberal)". *Configurações* 25(25):170-82.
- Lemu, Massa. 2019. "Creativity of practice in African townships: a framework for performance art". *Burlington Contemporary* (1).
- Leonard, Llewellyn, e Ayanda Dladla. 2020. "Obstacles to and suggestions for successful township tourism in Alexandra Township, South Africa". *e-Review of Tourism Research* 17(6):900-920.
- Liu, Cathy Yang, e Wen Xie. 2013. "Creativity and inequality: The dual path of China's urban economy?" *Growth and Change* 44(4):608-30.
- Lorey, Isabell. 2011. "Virtuosos of Freedom: On the Implosion of Political Virtuosity and Productive Labour". in *Critique of Creativity - Precarity, Subjectivity and Resistance in the "Creative Industries"*, organizado por G. Raunig, G. Ray, e U. Wuggenig. London: Mayfly.
- Löwy, Michael. 2011. "' A contrapelo '. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940)". *Lutas Sociais* 25/26(1940):20-28.
- Lyons, Mark. 2016. "Arts and culture". *South Africa Yearbook* 59-62.
- Mahembe, Edmore, e Nicholas M. Odhiambo. 2018. "The Dynamics of Extreme Poverty in Developing Countries". *Studia Universitatis „Vasile Goldis" Arad - Economics Series* 28(2):18-35.
- Maimon, Dalia, Cristiane Carvalho, e Rita Afonso. 2014. "Economia criativa enquanto tecnologia social: um estudo de caso da favela da mangueira, rio de janeiro."
- Marques, Maria Silvia Bastos, e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang. 1989. "Moratória interna, Dívida Pública e Juros Reais".
- Martínez-Vela, Carlos A. 2011. "World Systems Theory".
- Martins, Sérgio Pinto. 2000. "Breve histórico a respeito do trabalho". *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo* 95(0):167.
- Marx, Karl. 2017. *Capital: A Critique of Political Economy*. Vol. I.
- Mattos, Laura Valladão de. 2011. "Alfred Marshall, o capitalismo e sua utopia social". *Economia e Sociedade* 20(3):637-59.
- McGaffin, Rob, Mark Napier, e Geci Karuri-Sebina. 2015. *South African Township Economies and Commercial Property Markets*.
- Meira, Fabio Bittencourt, Pedro Costa, e Ana Mercedes Sarria. 2016. *A Economia Criativa pode ser alternativa ao neoliberalismo?* Porto Alegre.
- Moagi, Thato Joseph, Milena Ivanovic, e Maisa Correia Adinolfi. 2021. "Business Challenges of Arts and Crafts Street Vendors at Key Tourist Attractions in Soweto, South Africa". *African*

- Journal of Hospitality, Tourism and Leisure* 10(1):85–101.
- Mogendorff, Janine Regina. 2012. “A Escola de Frankfurt e seu legado”. *Verso e Reverso* 26(63):152–59.
- Mosleh, Wafa Said, e Henry Larsen. 2007. “Exploring the complexity of participation”. *CoDesign* 1–19.
- Neto, José Guirado. 2015. “Encarando um mundo desigual, de Michael Burawoy”. *Plural (São Paulo. Online)* 22(1):142.
- Newbiggin, John. 2010. *A Economia Criativa: Um Guia Introdutorio*. London.
- Nunn, Nathan. 2008. “The Long-Term Effects on Africa’s Slave Trade”. *The Quarterly Journal of Economics*.
- Nuzzi, Vitor. 2019. “‘Reforma’ trabalhista: a história de uma falsa promessa e as mudanças da ‘destruição sem fim’ - Rede Brasil Atual”. *Rede Brasil Atual RBA*. Recuperado 7 de novembro de 2021 (<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/09/reforma-trabalhista-a-historia-de-uma-falsa-promessa-e-as-mudancas-da-destruicao-sem-fim/>).
- Nye, Joseph S. 1990. “Soft Power”. *Foreign Policy* (80):153–71.
- O’Brien, Dave, Daniel Laurison, Andrew Miles, e Sam Friedman. 2016. “Are the creative industries meritocratic? An analysis of the 2014 British Labour Force Survey”. *Cultural Trends* 25(2):116–31.
- Oakley, Kate. 2016. “Whose creative economy? Inequality and the need for international approaches”. *Les Enjeux de l’information et de la communication* N° 17/2(2):163.
- Offe, Claus. 1989. “Trabalho: a categoria-chave da sociologia?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 4(10):3–4.
- Olowu, Temitayo O., Aditya Sundararajan, Masood Moghaddami, Arif I. Sarwat, Obinna Unigwe, Dahunsi Okekunle, Aristides Kiprakis, Aadil Latif, Wolfgang Gawlik, e Prof Peter Palensky. 2020. *Measuring the impact of Covid-19 Crisis on the Cultural and Creative Industries in South Africa: An early assessment*. Port Elizabeth.
- Olsson, Ola, e Douglas A. Hibbs. 2005. “Biogeography and long-run economic development”. *European Economic Review* 49(4):909–38.
- ONU, United Nations. 2020a. *External debt sustainability and development Note by the Secretary-General Report prepared by the secretariat of the United Nations Conference on Trade and Development on external debt sustainability and development Summary*.
- ONU, United Nations. 2020b. *World Economic Situation Prospects*. New York & London.
- Organização das Nações Unidas. 2021. “Relatório do IPCC é um código vermelho para a humanidade”. *ONU News*. Recuperado 7 de novembro de 2021 (<https://news.un.org/pt/story/2021/08/1759292>).
- Pacheco, Adriano Pereira de Castro, e Elcio Gustavo Benini. 2018. “A Economia Criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de Celso Furtado”. *Revista de Economia Política* 38(2):324–37.
- Parker, Philip. 2000. *Physioeconomics: The Basis for Long-Run Economic Growth*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

- Pellin, Daniela Regina, e Wilson Engelmann. 2016. "As Corporações de Ofício e o Desenvolvimento Industrial das Nanotecnologias: Perspectivas para a Teoria Jurídica da Empresa a Partir dos Compassos do Tempo de François OST". *Conpedi Law Review* 2(3):372-94.
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2010. "A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição compactuada (1910-1994)". in *África do Sul - História, Estado e Sociedade*, organizado por P. G. F. Visentini e A. D. Pereira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Perroux, François. 1987. "A Ideia de Progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo". *Revue économique* 38(5):I.
- De Peuter, Greig. 2011. "Creative economy and labor precarity: A contested convergence". *Journal of Communication Inquiry* 35(4):417-25.
- Phillip, Kate. 2018. "Township Economic Development". 1-8.
- Piketty, Thomas. 2014. *O Capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro - RJ: Intrínseca.
- Pires Brito, Sávio Breno, Isaque Oliveira Braga, Carolina Coelho Cunha, Maria Augusta Vasconcelos Palácio, e Iukary Takenami. 2020. "Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI". *Vigilância Sanitária em Debate* 8(2):54-63.
- Pires, Felipe Miguel Leandro. 2016. "O Impacto das Alterações Climáticas Nos Fluxos Migratórios: O Caso de Bangladesh". Universidade de Lisboa.
- Poli, Karina. 2016. "Economia Criativa, HUBS Criativos e a Emergência de Uma Nova Forma de Organização do Trabalho". in *Economia Criativa, Cultura e Políticas Públicas*.
- Potrč, Marjetica. 2014. "The Soweto Project".
- Prates, Jane Cruz, Gissele Carraro, e Inez Rocha Zacarias. 2020. "A Produção de Pobreza e das Desigualdades no Capitalismo: Uma leitura a Partir da Obra Marxiana". in *Neoliberalismo e Desigualdades: Reflexões a Partir do Serviço Social*, organizado por L. Abreu. Porto Alegre: ediPUCRS.
- Pratt, Andy C., Jonathan Dovey, Simon Moreton, Tarek Virani, e Janet Merkel. 2016. "The Creative Hubs report". *British Council* (August):96.
- Prebisch, Raul. 2000. "O desenvolvimento na América Latina e alguns dos seus problemas principais". P. 490 in *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro.
- Prieto, Carlos. 2012. "Metamorfosis del trabajo en las sociedades actuales". P. 27-38 in *Trabalho, técnicas e o mundo: Perspectivas e debates*.
- Puteh, Anwar, Em Yusuf Iis, Azhar Hasan, Aiyub Yahya, e Nurul Mawaddah. 2018. "Development of a creative economy model as an alternative in poverty alleviation". *Indian Journal of Public Health Research and Development* 9(12):1910-14.
- Quijano, Anibal. 2000. *Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America*.
- Ribeiro, Luiz Dario Teixeira, e Paulo G. Fagundes Visentini. 2010. "O sul da África: das origens à 'descolonização branca' (até 1910)". in *África do Sul - História, Estado e Sociedade*, organizado por P. G. F. Visentini e A. D. Pereira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Rogerson, Christian M. 2008. "Shared Growth in Urban Tourism: Evidence from Soweto, South Africa". *Urban Forum* 19(4):395-411.

- Rolfes, Manfred. 2010. "Poverty tourism: Theoretical reflections and empirical findings regarding an extraordinary form of tourism". *GeoJournal* 75(5):421-42.
- Rostow, W. W. 1960. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. London: Cambridge University Press.
- Sachs, Jeffrey D. 2005. *The End of Poverty*. 1º ed. New York, NY: Penguin Group.
- Sachs, Wolfgang. 2009. *The Development Dictionary*.
- Sagnia, Burama K. 2005. "Strengthening Local Creative Industries and Developing Cultural Capacity for Poverty Alleviation". (November):54.
- Sanches, Debora, Samira Pereira, Maria Miguel Estrela, Mário Moniz, e Fátima Proença. 2016. *Futuros criativos - Economia e Criatividade em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe*.
- Sankof, David, Chungfang Zheng, e Aleksander Lenert. 2005. *Reversals of fortune*. Vol. 3678 LNBI.
- Santos-Duisenberg, Edna dos. 2008. "Creative Economy: Is it a feasible development option?" in *Creative Economy as a development strategy: a view of developing countries*, organizado por A. C. F. Reis. São Paulo, Brazil: Itaú Cultural.
- Sawaya, Rubens R. 2008. "Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia". *Estudos Avançados* 22(64):327-34.
- Schlesinger, Philip. 2017. "The creative economy: invention of a global orthodoxy". *Innovation* 30(1):73-90.
- Schultz, Mark F., e Alec Van Gelder. 2007. "Creative Development: Helping Poor Countries by Building Creative Industries". *Kentucky Law Journal* 97(13):79-148.
- Scott, Allen J. 2010. "Cultural economy and the creative field of the city". *Geografiska Annaler, Series B: Human Geography* 92(2):115-30.
- Seipel, Michael M. O. 1997. "Global poverty". *International Social Work: Sage Publication* 46(2):191-207.
- Sen, Amartya. 1988. "The Concept of Development". in *Development Economics*. Vol. I, organizado por H. Chenery e T. N. Srinivasan. Elsevier BV.
- Sen, Amartya. 2004. "How Does Culture Matter?" in *Culture and Public Action*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Senadza, Bernardin, e Peter Article Fiagbe, Agbemavor Korsi; Quartey. 2018. "The Effect of External Debt on Economic Growth in Sub-Saharan Africa". *International Journal of Business and Economic Sciences Applied Research (IJBESAR)* 11(1):61-69.
- Shafi, Ajebush Argaw, Mziwoxolo Sirayi, e Oluwayemisi Adebola Abisuga-Oyekunle. 2020. "Issues, challenges and contributions of cultural and creative industries (CCIs) in South African economy". *Creative Industries Journal* 13(3):259-75.
- Silva, Manuel Carlos. 2005. "Desigualdades e exclusões sociais: olhares sociológicos cruzados". *Configurações* 1:7-14.
- Silveira, Rebeca Costa Gadelha da, e Raquel Coelho Freitas. 2017. "Definindo Minorias: Desafios, Tentativas e Escolhas para se Estabelecer Critérios Mínimos Rumo a Conceituação de Grupos Minoritários". *Revista de Teoria e Filosofia do Estado* 3(2):95-116.

- Sklair, Leslie. 1995. "Capitalism And Development in Global Perspective". P. 638 in *Capitalism and Development*. Contemporary Sociology.
- Snowball, Jen. 2018. *Towards the Development of a Framework for Cultural Statistics for South Africa*.
- Snowball, Jen, Alan Collins, e Delon Tarentaal. 2016. *Transformation and job creation in the cultural and*.
- South Africa, Government. 2017. "Revision of The Department of Arts and Culture 1996 White Paper - Fourth Draft". (October).
- Stats SA. 2019. "Midyear Population Estimate 2019". *Statistics South Africa* (July):24.
- Stern, Mj, e Susan C. Seifert. 2008. "From creative economy to creative society". *Progressive Planning* January:1-15.
- Sunkel, Osvaldo. 2000. "Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante". in *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL Vol 2*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Suryanata, I. Gusti Ngurah Putra. 2018. "Poverty strategy by extension of expanding creative economy". *International Research Journal of Management, IT and Social Sciences* 5(6):71-79.
- Suveren, Doganay. 2020. "The Colonization of South Africa and the British Impacts on Development". (November 2019):0-23.
- UNCTAD. 2008. *Creative Economy Report 2008. The Challenge of Assessing the Creative Economy: towards Informed Policy-making*. Vol. 8. United Nations.
- UNCTAD. 2018. "Crative Economy Outlook Trends in International trade in Creative Industries 2002-2015: Country Profile 2005-2014". 238.
- UNDP, United Nations Development Programme, e United Nations Educational Scientific and Cultural Organization UNESCO. 2013. *Creative Economy Report*. New York, NY.
- United Nations, UN. 2019. *The Least Developed Countries Report 2019*.
- Virani, Tarek. 2015. "Re-articulating the creative hub concept as a model for business support in the local creative economy : the case of Mare Street in Hackney". (12):1-27.
- Virginia Arts Festival. 2018. "Soweto Gospel Choir".
- Visoná, Paula Cristina. 2017. "A emergência do ethos criativo como tendência sociocultural na contemporaneidade." *Revista do Programa Mestrado Profissional em Gestão em Economia Criativa ESPM* 2(6):83-101.
- Waitt, Gordon, e Chris Gibson. 2009. "Creative small cities: Rethinking the creative economy in place". *Urban Studies* 46(5-6):1223-46.
- Wallerstein, Immanuel. 1976. *The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York, NY: Academic Press.
- World Bank. 2020. "COVID-19 to Add as Many as 150 Million Extreme Poor by 2021". Recuperado 23 de setembro de 2021 (<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/10/07/covid-19-to-add-as-many-as-150-million-extreme-poor-by-2021>).

Zhou, Yang, e Yansui Liu. 2019. "The geography of poverty: Review and research prospects". *Journal of Rural Studies* (February).

Zucchetti, Dinora Tereza. 2016. "O Trabalho Como Conceito, Valor E Formação". *Prâksis* 2(1):9-14.